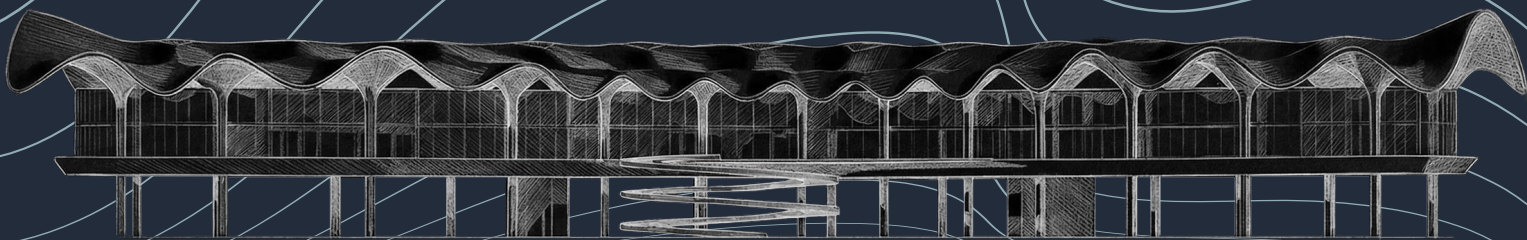




Limiar:

Centro Cultural na divisa Goiânia-Aparecida



Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Artes Visuais, UFG
Professor Orientador: Dr. Juan Carlos Guillen Salas
David Augusto Lustoza Rocha

Trabalho de Conclusão de Curso
2025.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): David Augusto Lustoza Rocha

Título do trabalho: LIMIAR: Centro cultural na divisa Goiânia-Aparecida

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Juan Carlos Guillen Salas, Usuário Externo**, em 15/12/2025, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **David Augusto Lustoza Rocha, Discente**, em 15/12/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5854455** e o código CRC **3A35EA0C**.

Referência: Processo nº 23070.064231/2025-80

SEI nº 5854455

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Artes Visuais
Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso

Limiar:

Centro Cultural na divisa Goiânia-Aparecida

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obten-
ção do título de Bacharel em Arquitetura e
Urbanismo da Faculdade de Artes Visuais
(FAV) da Universidade Federal de Goiás
(UFG), sob orientação do Prof. Dr. Juan
Carlos Guillen Salas

David Augusto Lustoza Rocha
Orientador: Prof.Dr. Juan Carlos Guillen

Goiânia 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rocha, David Augusto Lustoza
Limiar [manuscrito] Centro Cultural na divisa Goiânia
-Aparecida / David Augusto Lustoza Rocha. -2025.
CXVI, 113 f.: 2025

Orientador: Prof. Juan Carlos Guillen Salas
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Arquitetura e Urbanismo, Aparecida de
Goiânia, 2025.

1. Arquitetura Paramétrica. 2. Biomimética. 3. Arquitetura
Contemporânea. 4. Sustentabilidade. 5. Centro Cultural.

I. Salas, Juan Carlos Guillen, orient. II. Título.

CDU 72



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de 2025 iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “LIMIAR: Centro cultural na divisa Goiânia-Aparecida”, de autoria de David Augusto Lustoza Rocha, do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Artes Visuais da UFG. Os trabalhos foram instalados pelo prof. Dr. Juan Carlos Guillen Salas - orientador (FAV/UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: prof.^a Dr.^a Luana Miranda Esper Kallas (FAV/UFG); Prof.^a Dr.^a Christine Ramos Mahler (FAV/UFG); e Arq.^a Daniella da Silva Pereira Rangel - membra externa . Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição do estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 9,2 , tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Juan Carlos Guillen Salas, Usuário Externo**, em 15/12/2025, às 22:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luana Miranda Esper Kallas, Professora do Magistério Superior**, em 15/12/2025, às 22:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Christine Ramos Mahler, Professora do Magistério Superior**, em 16/12/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Da Silva Pereira Rangel, Usuário Externo**, em 06/02/2026, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5854479** e o código CRC **DE05FB72**.

Agradecimentos

Ao professor e orientador Juan Carlos Guillen, agradeço pelos ensinamentos e pela orientação que tornaram este trabalho possível.

À UFG e FAV e a todo o corpo docente do curso de Arquitetura e Urbanismo, minha gratidão pela formação e pelo suporte acadêmico.

Aos amigos que a jornada me trouxe, agradeço pela parceria e pelo apoio nos desafios.

Aos meus colegas e amigos de trabalho como Danilo, Kardec e especialmente Amanda pela ajuda nessa reta final.

Por fim, dedico um agradecimento especial ao meu pai e à minha mãe, cujos esforços, sob muito sol, me conduziram até aqui a este espaço de sombra que hoje também é deles.

Resumo

O trabalho apresenta o desenvolvimento do Centro Cultural Limiar, implantado na divisa entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, região marcada por desigualdades socioespaciais e carência de equipamentos públicos culturais. A pesquisa parte da compreensão de que a cultura é um direito urbano fundamental e que sua ausência nas periferias aprofunda processos de exclusão territorial. O estudo articula referenciais teóricos sobre equipamentos urbanos, direito à cidade, inclusão sociocultural e identidade territorial, apoiando-se em autores como Lefebvre, Borja & Muxí, Neves, Gehl, Givoni, Pawlyn e Schumacher. A metodologia envolve revisão bibliográfica, estudos do lugar em múltiplas escalas, análises climáticas e urbanas, levantamento dos grupos sociais do entorno e estudos de caso nacionais e internacionais. A proposta arquitetônica adota princípios de biomimética, arquitetura paramétrica e bioclimatismo, visando desempenho ambiental, conforto, acessibilidade universal e integração comunitária. O partido organiza o edifício a partir de um térreo livre, permeável e sombreado, com eixos de conexão alinhados aos fluxos urbanos e às diretrizes ambientais. O resultado é um equipamento cultural multifuncional que busca democratizar o acesso à cultura, fortalecer vínculos sociais e atuar como vetor de inclusão e qualificação urbana na fronteira Goiânia—Aparecida.

Palavras-chave: centro cultural; inclusão sociocultural; direito à cidade; biomimética; arquitetura paramétrica; bioclimatismo.

Abstract

The present work develops the Limiar Cultural Center, located on the boundary between Goiânia and Aparecida de Goiânia, an area marked by socio-spatial inequalities and a lack of public cultural facilities. The research assumes that culture is a fundamental urban right and that its absence in peripheral regions reinforces territorial exclusion. The theoretical framework addresses urban facilities, the right to the city, socio-spatial inclusion and territorial identity, drawing from authors such as Lefebvre, Borja & Muxí, Neves, Gehl, Givoni, Pawlyn and Schumacher. The methodology includes bibliographical review, multiscale site analysis, climatic and urban studies, mapping of local social groups and national and international case studies. The architectural proposal incorporates biomimicry, parametric design and bioclimatic strategies to achieve environmental performance, comfort, universal accessibility and community integration. The design adopts a permeable, shaded ground floor and circulation axes aligned with urban flows and environmental conditions. The result is a multifunctional cultural facility aimed at democratizing access to culture, strengthening social ties and acting as an instrument of inclusion and urban qualification along the Goiânia—Aparecida border.

Keywords: cultural center; socio-spatial inclusion; right to the city; biomimicry; parametric architecture; bioclimatic design.

01

Introdução	10
1.1 Introdução	12
1.2 Objetivos	14
1.3 Metodologia	15
1.3.1 Pesquisa Teórica	15
1.3.2 Estudos do Lugar	15
1.3.3 Estudos de Caso	15
1.3.4 Partido Preliminar	15

02

Fundamentação	16
2.1 Equipamentos Urbanos como Infraestrutura de Cidadania	18
2.2 Equipamentos Culturais Públicos, Arquitetura e Propósito social	19
2.3 Centros Culturais Artísticos e a Arquitetura como Expressão Social	20
2.4 Cultura como Direito e Inclusão Socioespacial	21
2.6 Função Social da Arquitetura em Contextos de Vulnerabilidade	23

03

Contextualização Urbana	24
3.1 Estado de Goiás	26
3.3 Fronteira entre Goiânia e Aparecida	28
3.4 Bairro Parque Amazônia	30
3.5 Análise de Viária	32
3.6 Análise de Pontos de interesse	34
3.7 Análise Climática	36
3.8 Análise de Tipológica	38
3.9 Análise de Volumétrica	40
3.10 Análise Hipsométrica	42
3.10 Análise de Declividade	44
3.11 Plano Diretor de Goiânia	46

04

Relações Urbanas	47
4.1 Levantamento de Equipamentos culturais Culturais Existentes	48
4.2 Acessibilidade e Conexão Urbana	48
4.3 Identificação dos Grupos Sociais a Serem Atendidos	51

05

Diretrizes Projetuais	53
5.1 Biomimética na Arquitetura	54
5.2 Arquitetura Paramétrica	54
5.3 Bioclimatismo	56

06

Estudos de Caso	58
6.1 Centro Cultural Oscar Niemeyer	60
6.2 Google Bay View	63
6.3 Museu do Amanhã	70

07

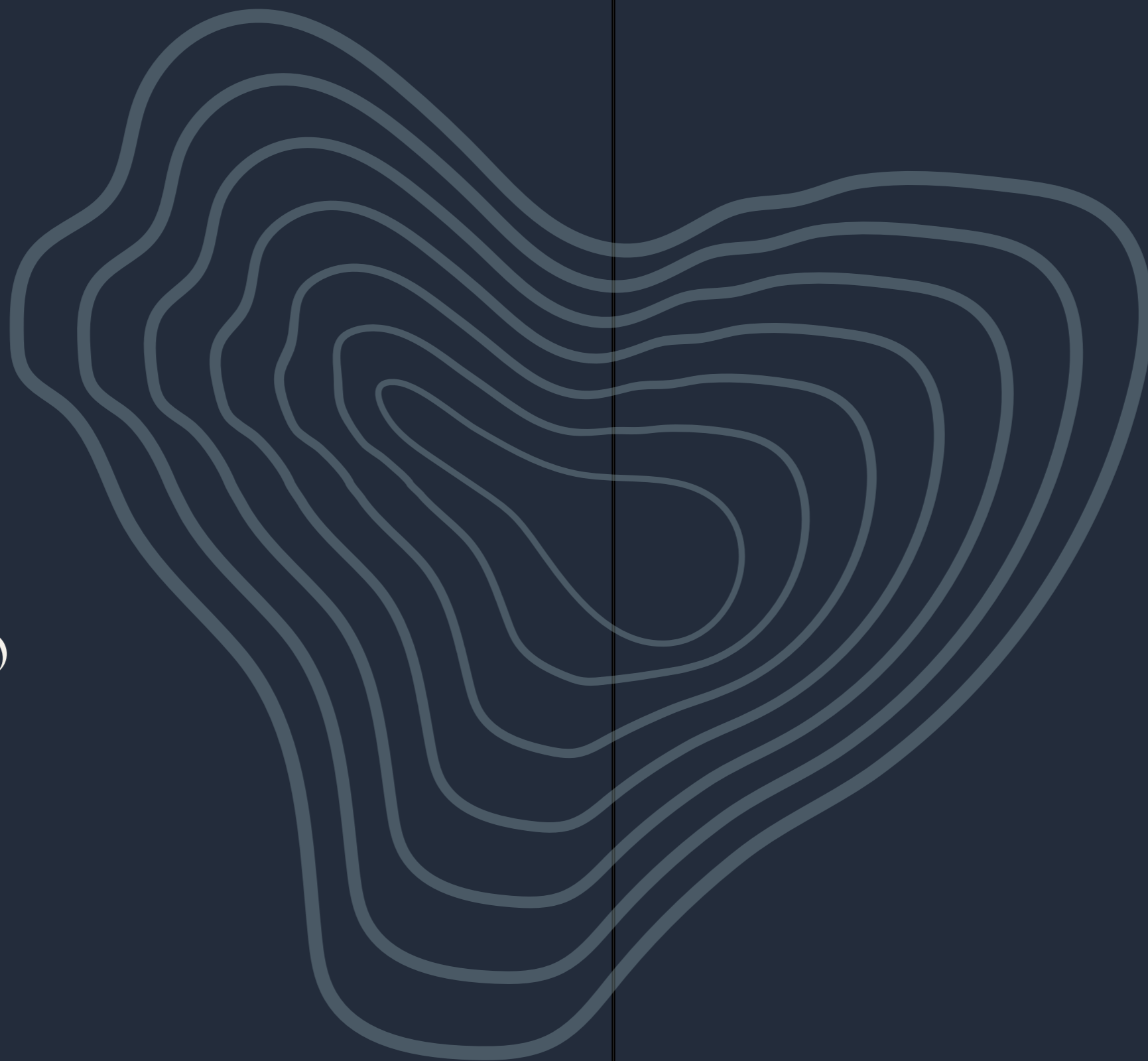
Partido Arquitetônico e Conceito	74
7.1 - Estudo de Condicionantes Ambientais	76
7.2 - Diagrama Explodido	78
7.3 - Diagrama de Acessos	80
7.4 - Diagrama Explodido	82
7.5 - Estudo de Manchas	84
Diagrama Explodido	86
7.6 - Implantação	86
7.7 - Planta Baixa - Subsolo	88
7.8 - Planta Baixa - Térreo - Praça Cultural	90
Planta Baixa - Pav 1 Cultural	92
7.9 - Planta Baixa - Pav. 1 - Cultural	92
7.10 - Planta Baixa - Pav. 2 - Educacional	94
7.11- Cortes	96
7.12 - Diagrama - Elevação - Fachada	98
7.13 - Diagrama - Concepção de Cobertura	100
7.14 - Diagrama - Projeto Estrutural	102
7.15 - Perspectivas	104
7.16 - Quadro de Áreas	110

08

Referências Bibliográficas	112
---	------------

01

Introdução



1.1 Introdução

A cidade contemporânea enfrenta desafios estruturais relacionados à segregação socioespacial, à carência de equipamentos públicos e à exclusão de parcelas da população do acesso à cultura, lazer e educação. No Brasil, o crescimento acelerado dos centros urbanos evidenciou contradições no tecido urbano, especialmente nas regiões de fronteira entre municípios conurbados. A Região Metropolitana de Goiânia, formada por uma malha urbana interdependente, reflete essas tensões com clareza: de um lado, Goiânia concentra equipamentos culturais consolidados; de outro, cidades como Aparecida de Goiânia (Figura 02) sofrem com a escassez de estruturas públicas voltadas à cultura (SOARES, 2014; SAFADI, 2017).

A Avenida Rio Verde, eixo estruturante que divide fisicamente os municípios de Goiânia e Aparecida, é também uma linha simbólica das desigualdades no acesso à cultura e aos espaços urbanos qualificados. O bairro Parque Amazônia, situado em Goiânia, mas em contato direto com o limite municipal, representa uma dessas áreas de transição — dotado de infraestrutura urbana, mas carente de equipamentos públicos que estimulem a convivência, o pertencimento e a valorização cultural das comunidades vizinhas. Essa condição híbrida reforça a necessidade de iniciativas que promovam integração urbana e inclusão sociocultural.

TEMÁTICA TEMA

Equipamentos culturais como Vetores da Inclusão Socioespacial

Arquitetura paramétrica, biomimética e bioclimática aplicada à requalificação urbana em zonas de fronteira.

Figura 01: Elaborado pelo autor

Nesse cenário, a arquitetura assume um papel essencial ao propor soluções que atuem sobre o espaço urbano como mediadoras de transformação social. Equipamentos culturais bem planejados e estrategicamente localizados podem reverter processos históricos de exclusão territorial e fortalecer comunidades autônomas, promovendo vínculos, reconhecimento e apropriação do espaço. Como destaca Neves (2013), centros culturais públicos contribuem para democratizar a cidade e criar pontes entre os diversos grupos sociais presentes no território.

Embora Goiânia concentre boa parte da estrutura cultural institucional da metrópole, grande parte dessa estrutura está restrita ao centro e a bairros consolidados. Em áreas de fronteira como o Parque Amazônia, o acesso à cultura ainda se dá de forma fragmentada, sendo muitas vezes suprido por iniciativas informais ou esporádicas. Ao propor a implantação de um centro cultural nesse território liminar, o presente projeto busca, sob esse tema (Figura 01) propor um espaço cultural acessível e comunitário, que respeite e preserve a cultura local.



Figura 02: Mapa Goiânia-Aparecida, Elaborado pelo autor; Base de dados Google Earth 2025

1.2 Objetivos

O conjunto de objetivos apresentados na Figura 03 abaixo orienta a elaboração do projeto arquitetônico com base em princípios que articulam inclusão sociocultural, inovação tecnológica e responsabilidade ambiental. A proposta do centro cultural parte da premissa de que o espaço construído deve não apenas atender a demandas funcionais, mas também atuar como agente integrador no tecido urbano, promovendo o pertencimento e o acesso democrático à cultura. A utiliza-

ção de ferramentas digitais como a modelagem BIM possibilita maior precisão e compatibilidade entre as disciplinas do projeto, enquanto a adoção de estratégias biomiméticas e paramétricas contribui para uma solução formal contextualizada, eficiente e sensível ao meio.

Dessa forma, os objetivos específicos não se apresentam de forma isolada, mas como diretrizes interligadas que conferem coerência ao processo projetual e fundamentam a concepção do Centro Cultural LIMIAR como equipamento urbano contemporâneo, inclusivo e expressivo.

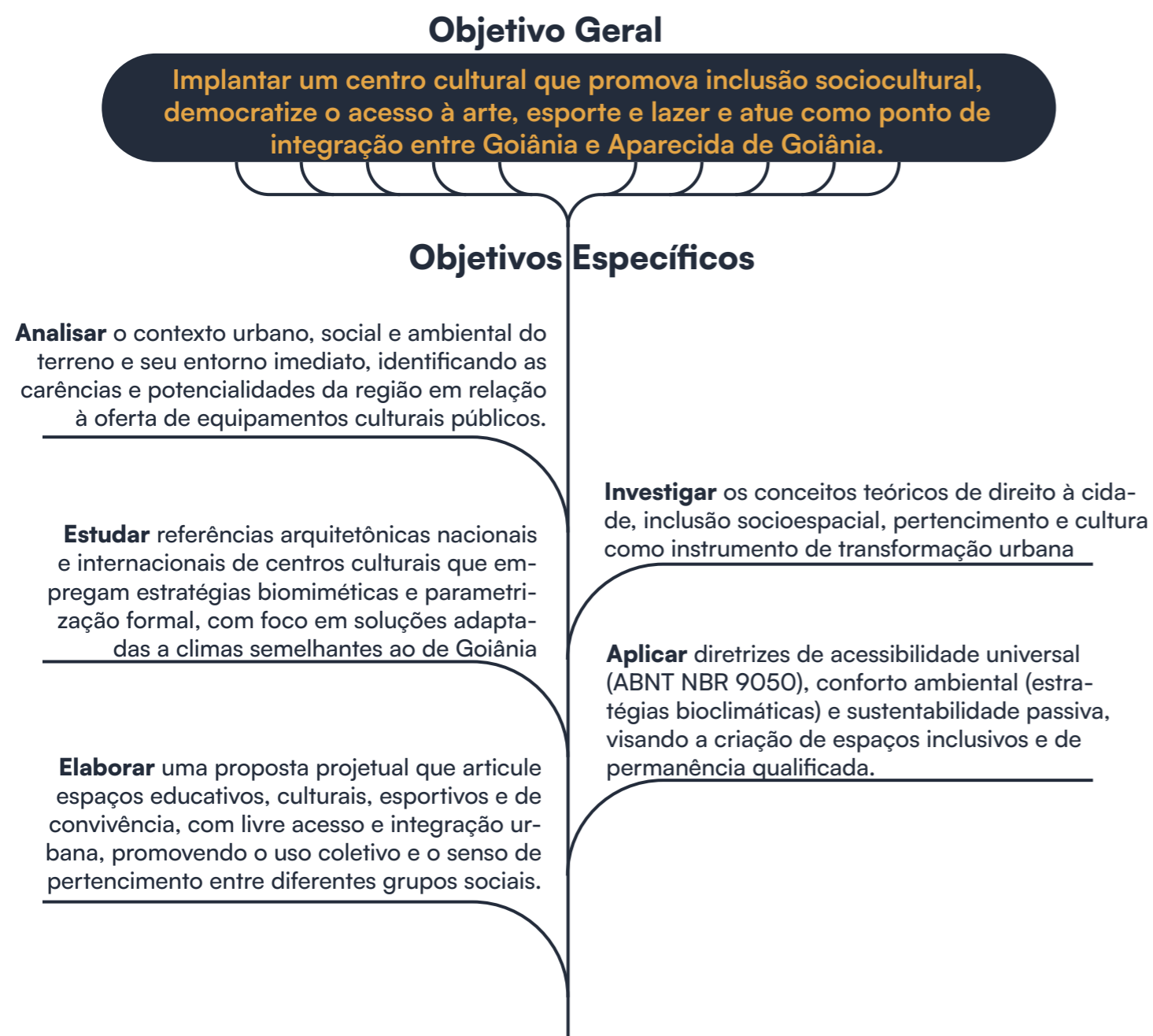


Figura 03: Diagrama de Objetivo Geral e Objetivos Específicos.
Fonte: Elaborado pelo autor

1.3 Metodologia

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho baseia-se em uma abordagem qualitativa, estruturada em etapas que visam construir embasamento teórico, analisar referências arquitetônicas relevantes e compreender as especificidades do local de intervenção. A proposta busca articular conhecimentos acadêmicos com a prática projetual, partindo de quatro pilares fundamentais:

1.3.1 Pesquisa Teórica

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre equipamentos culturais públicos, arquitetura parametrizada e biomimética, abordando autores que tratam do direito à cidade, inclusão socioespacial, estratégias bioclimáticas e modelagem digital no campo da arquitetura.

Essa etapa visa embasar criticamente as decisões de projeto, consolidando fundamentos conceituais e metodológicos que orientam a proposta do centro cultural como instrumento de integração urbana e democratização do acesso à cultura.

1.3.2 Estudos do Lugar

A análise do contexto urbano parte da escala metropolitana até o lote, abordando aspectos do território como infraestrutura viária, presença de centralidades, equipamentos públicos existentes, acessibilidade, relações com o entorno e carências socioculturais da região. No nível do terreno, serão considerados dados como topografia, orientação solar, regime de ventos, variações climáticas e possibilidades de acesso. Esse levantamento foi fundamental para gerar uma proposta arquitetônica integrada ao lugar, tecnicamente viável e ambientalmente sensível.

1.3.3 Estudos de Caso

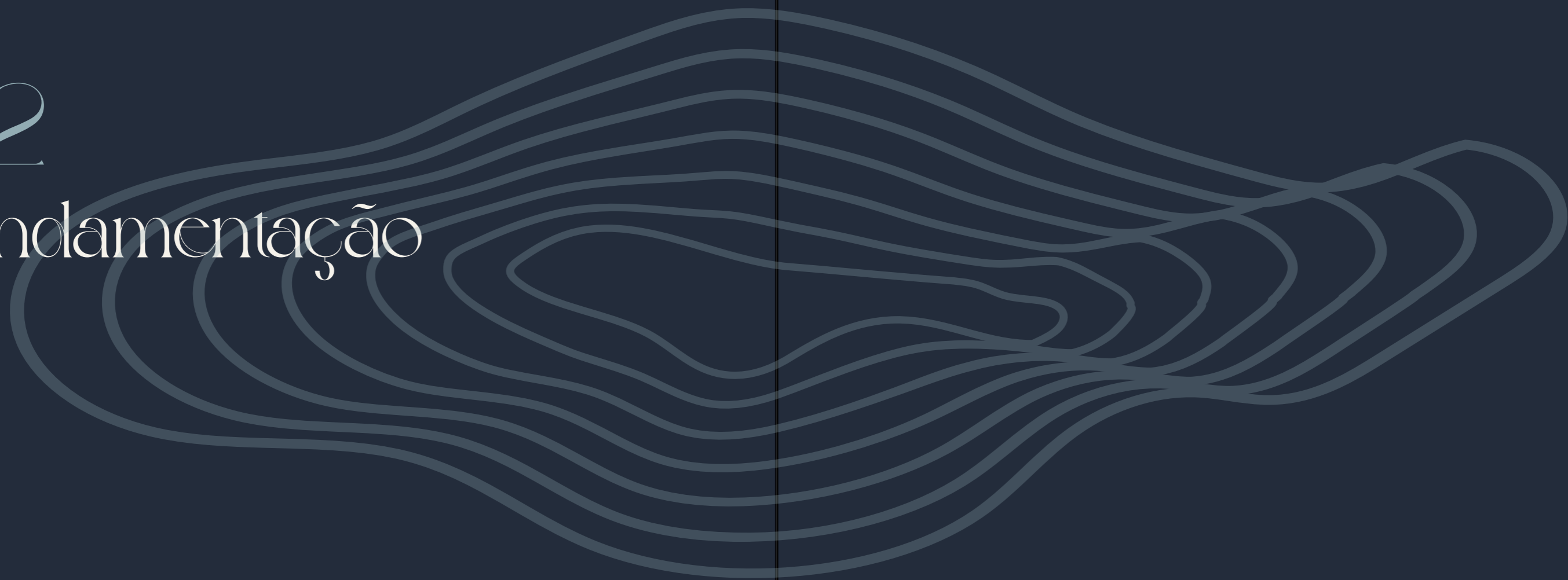
Serão analisados projetos de centros culturais nacionais e internacionais que se destacam por suas soluções formais, estruturais e sociais, com foco na aplicação de estratégias paramétricas, princípios biomiméticos e inserção urbana qualificada. Os estudos contemplam edifícios construídos em contextos climáticos e sociais semelhantes ao da Região Metropolitana de Goiânia, permitindo compreender estratégias bem-sucedidas de acolhimento, apropriação coletiva e eficiência ambiental, além de embasar a definição de diretrizes espaciais e estéticas do projeto.

1.3.4 Partido Preliminar

Com base nas etapas anteriores, foi desenvolvido o partido arquitetônico do Centro Cultural LIMIAR, orientado pelos princípios de inclusão, acessibilidade universal, sustentabilidade e valorização da cultura local. A proposta buscará integrar ferramentas como modelagem BIM, estratégias bioclimáticas e morfologias parametrizadas para explorar soluções formais contemporâneas, sem perder a dimensão social e comunitária da arquitetura. O projeto propõe gerar um espaço plural, simbólico e acolhedor, que incentive o pertencimento e a apropriação coletiva do espaço urbano.

02

Fundamentação



A constituição desigual das cidades brasileiras, marcada por disparidades socioespaciais e exclusões históricas, exige uma análise teórica que vá além das categorias físicas do espaço. No contexto deste trabalho, o desenvolvimento de um centro cultural em uma área de conurbação entre municípios demanda um embasamento crítico que evidencie as relações entre urbanização, cidadania, cultura e arquitetura. Para isso, esta fundamentação teórica está organizada em três seções interligadas (Figura 04), que partem da es-

cala macro — os equipamentos urbanos como garantidores de direitos —, passam pela reflexão sobre os equipamentos culturais públicos como instrumentos de inclusão socioespacial e chegam à escala micro, com a análise dos centros culturais artísticos enquanto expressões arquitetônicas do espaço se relacionam com o coletivo.

Essa abordagem escalonada visa construir um olhar integrado entre território, cultura e projeto arquitetônico.



Figura 04: Diagrama Macro-Micro de Equipamentos Culturais.
Fonte: Elaborado pelo autor

2.1 Equipamentos Urbanos como Infraestrutura de Cidadania

A infraestrutura urbana não se resume a redes técnicas e sistemas funcionais; ela é, sobretudo, a materialização de direitos sociais no espaço da cidade. Hospitais, escolas, bibliotecas, unidades de saúde, praças e centros comunitários não são meros edifícios, mas estruturas que garantem a operacionalização da vida coletiva e as condições de vida urbana.

Quando esses equipamentos são concentrados em áreas centrais ou au-

tes em regiões periféricas, revela-se uma desigualdade que vai além da carência física: trata-se de uma exclusão que nega a uma parte da comunidade Goiânia e Aparecidense o direito pleno à cidade.

Segundo o geógrafo Milton Santos (1993), os equipamentos urbanos devem ser compreendidos como parte dos “sistemas de objetos” que, articulados às ações humanas, conformam o território usado. Para ele, o espaço urbano revela as prioridades de uma sociedade, e sua estrutura evidencia as relações de poder que o atravessam. O autor sustenta que a cidadania

plena depende do acesso equitativo aos bens e serviços urbanos, bem como da participação ativa dos cidadãos na construção de seu cotidiano (SANTOS, 1993).

Já o filósofo francês Henri Lefebvre (2001) amplia esse entendimento ao propor o conceito de “direito à cidade” como um direito superior — aquele que engloba a liberdade, o habitat, a socialização e a transformação do espaço vivido. Em sua crítica à urbanização contemporânea, Lefebvre observa que o cidadão muitas vezes é reduzido à condição de consumidor, alienado do processo de produção do espaço urbano. Para ele, a cidade só é verdadeiramente habitada quando permite apropriação, vivência e reinvenção por parte de seus habitantes.

Os urbanistas Jordi Borja e Zaida Muxí (2003), por sua vez, destacam que os equipamentos urbanos são os únicos espaços onde, teoricamente, todas as pessoas têm o mesmo direito de estar. Para os autores, a arquitetura desses locais deve ser projetada como ferramenta de equidade, promovendo diversidade, acesso e pertencimento. Isso exige não apenas estruturas físicas, mas também formas simbólicas e sociais de reconhecimento e diálogo com os moradores.

Dessa maneira, a literatura analisada aponta que os equipamentos urbanos exercem papel estruturante na construção da cidadania e da justiça espacial. A distribuição desigual desses espaços contribui para a perpetuação das desigualdades sociais e territoriais. Por isso, mais do que fornecer serviços, os equipamentos públicos devem ser pensados como lugares de inclusão, onde se afirma o direito à cidade em sua plenitude.

2.2 Equipamentos Culturais Públicos, Arquitetura e Propósito social

A distribuição dos equipamentos culturais no território urbano brasileiro denuncia um padrão histórico de exclusão. Enquanto centros culturais monumentais são instalados em áreas centrais — muitas vezes como parte de estratégias de valorização imobiliária —, regiões periféricas carecem de estruturas voltadas à promoção do acesso à arte e à cultura. Tal desigualdade compromete o pleno exercício da cidadania cultural e convida à reflexão sobre os propósitos e os significados desses equipamentos.

O sociólogo britânico Leslie Sklair (2010) propõe uma leitura crítica da arquitetura icônica, frequentemente vinculada ao consumo e à espetacularização. Para ele, formas marcantes e expressivas podem também cumprir função democrática, desde que estejam enraizadas no território e comprometidas com as necessidades locais. A arquitetura, nesse sentido, torna-se suporte de experiências coletivas e não apenas um objeto de contemplação. Assim, a expressividade formal pode coexistir com a função pública quando o projeto respeita e dialoga com seu contexto.

Essa perspectiva pode ser vista no estudo do pesquisador Langley (2014) sobre o Dongdaemun Design Plaza — centro cultural projetado pelo escritório Zaha Hadid Architects em Seul. Embora a obra seja reconhecida por sua estética impactante e inovação formal, foi criticada por não dialogar com a memória histórica do bairro onde se insere. O episódio revela que a monumentalidade arquitetônica, isoladamente, não assegura identificação simbólica. Nesse ponto, Kevin Lynch (1997) destaca que marcos urbanos tornam-se elementos de pertencimento quando as-

sociados à memória coletiva e ao uso cotidiano, fortalecendo a imagem da cidade como um lugar vivido e reconhecido.

O Escritor Luís Milanese (2003) oferece outro ângulo ao argumentar que os centros culturais devem operar em três frentes essenciais: informar, discutir e criar (Figura 05). A experiência ativa do usuário, segundo ele, é o verdadeiro núcleo desses equipamentos. Assim, espaços como bibliotecas, oficinas e auditórios devem funcionar como territórios de formação crítica, e não apenas como cenários arquitetônicos.

Com base nas reflexões apresentadas, compreende-se que os equipamentos culturais podem — e devem — articular linguagem simbólica com função social. A estética não precisa ser negada, desde que esteja integrada à vivência urbana. Este trabalho, portanto, reconhece os centros culturais como infraestrutu-

ras híbridas, capazes de reunir expressão plástica, apropriação cidadã e estímulo à criação, reafirmando o papel da cultura como prática social e direito coletivo.

2.3 Centros Culturais Artísticos e a Arquitetura como Expressão Social

A arquitetura dos centros culturais, para além de sua função abrigadora, carrega consigo uma carga simbólica potente. Ela atua na construção de vínculos coletivos, ao mesmo tempo em que traduz valores, identidades e modos de vida. No entanto, quando se trata de áreas socialmente vulneráveis, ergue-se uma questão recorrente: como conciliar a expressividade arquitetônica com o compromisso com a acessibilidade, a apropriação cotidiana e o pertencimento?

O urbanista dinamarquês Jan Gehl (2013) alerta para os riscos da monu-

mentalidade descolada da escala humana. Em sua concepção, a qualidade do espaço público está ligada à capacidade que ele tem de convidar as pessoas a permanecer, circular e interagir. Projetos que priorizam a estética em detrimento da vivência correm o risco de afastar o público que deveriam acolher, especialmente em contextos de fragilidade social.

Em contraponto, a crítica de design Sophie Lovell (2015) argumenta que a força expressiva da arquitetura não precisa ser sacrificada em nome da simplicidade funcional. Para ela, a monumentalidade pode se tornar ferramenta de empoderamento quando resulta em espaços que incentivam o envolvimento e a apropriação por parte dos usuários. Essa é a base do que chama de arquitetura relacional — uma arquitetura que convida à participação e que valoriza a presença simbólica como elo entre espaço e comunidade.

Charles Jencks (2006), referência no debate sobre arquitetura pós-moderna, defende a utilização de linguagens complexas e ambíguas como forma de enriquecer a leitura e o uso do espaço. Para ele, edifícios culturais devem funcionar como palcos abertos a múltiplas interpretações, criando vínculos simbólicos que reforçam a diversidade social. Nessa visão, a expressividade formal não aliena, mas amplia o campo de significados, tornando-se um signo acessível e transformador.

A partir desses aportes, este trabalho compreende que centros culturais artísticos podem — e devem — apresentar uma linguagem arquitetônica instigante, desde que pautada pelo respeito ao território e à comunidade. A monumentalidade, quando bem fundamentada e contextualizada, transforma-se em ponte entre

estética e função, reforçando o papel da arquitetura como mediação entre o urbano e o simbólico, entre o coletivo e o sensível.

Neste trabalho, a arquitetura dos centros culturais é compreendida como linguagem expressiva de uma coletividade. O projeto escultórico e icônico não é entendido como oposição à função social, mas como catalisador de pertencimento e engajamento. A monumentalidade, quando enraizada na vivência local, é ressignificada como ferramenta de valorização simbólica e inclusão urbana.

2.4 Cultura como Direito e Inclusão Socioespacial

A cultura, no contexto urbano contemporâneo, deve ser compreendida como um direito coletivo e uma ferramenta essencial de inclusão social. Sua ausência nas periferias urbanas revela não apenas uma carência de infraestrutura, mas uma negação simbólica do pertencimento e da participação cidadã. O reconhecimento da cultura como direito está atrelado à construção de cidades mais justas, onde a produção simbólica não seja monopólio de zonas centrais privilegiadas.

O sociólogo Manuel Castells (2010) observa que a cultura atua como um campo de disputa simbólica nas metrópoles, sendo apropriada tanto pelo poder institucional quanto por coletivos periféricos. Essa apropriação cultural é uma forma de resistência urbana, como demonstra Renato Souza de Almeida (2013), ao analisar os grupos juvenis das periferias de São Paulo. Para esses coletivos, o ato cultural não é entretenimento, mas reivindicação de espaço e visibilidade.

Estudos recentes, como o dossiê

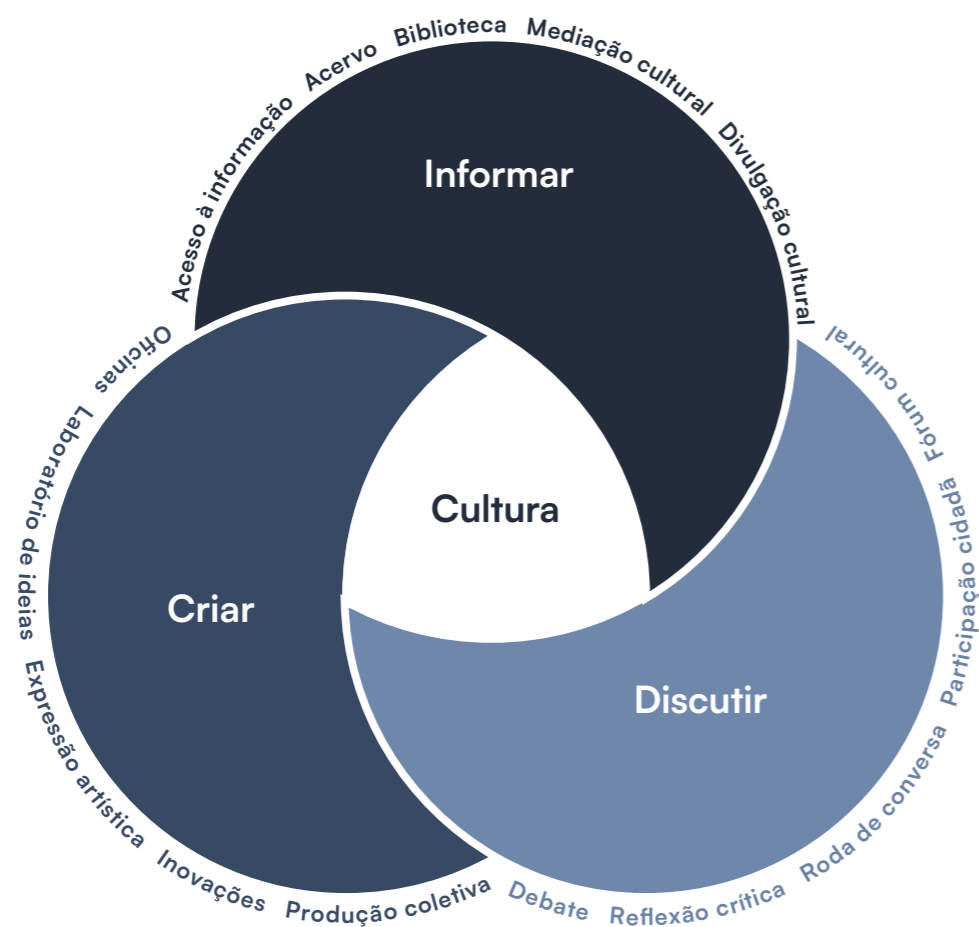


Figura 05: Diagrama de Venn, interpretando as três frentes principais da cultura segundo Milanese
Fonte: Elaborado pelo autor

“Direito à cultura” (Outras Palavras, 2024), evidenciam que as práticas culturais periféricas geram redes de pertencimento, configurando formas alternativas de ocupar a cidade. Essa dimensão simbólica da cultura amplia o conceito de cidadania urbana, ao propor o direito à expressão, à memória e à invenção do espaço. O centro cultural, nesse sentido, torna-se instrumento político de enraizamento territorial.

Autores como Rogério Haesbaert (2004) e Gilberto Velho (2003) reforçam que a territorialidade simbólica é componente estruturante do espaço vivido. Eles destacam que o sentimento de pertencimento nasce da prática cotidiana e da identificação com os símbolos locais. Equipamentos culturais, quando conectados a essas territorialidades, deixam de ser estruturas neutras e passam a consolidar identidades em disputa.

Assim, a cultura não é um luxo periférico nem um adorno urbano: é um direito que precisa ser garantido por meio de políticas públicas e infraestruturas culturais acessíveis. Este trabalho parte do princípio de que os centros culturais devem ser estruturados como vetores de inclusão, espaços onde a diversidade cultural se torna visível, valorizada e produtora de novas formas de cidadania.

2.5 Apropriação, Pertencimento e Identidade no Espaço Arquitetônico

No campo da arquitetura, a ideia de pertencimento é central quando se trata de espaços públicos e equipamentos culturais. Mais do que estruturas físicas, esses espaços devem provocar o reconhecimento simbólico do usuário, permitindo a construção de vínculos com o território. A apropriação, nesse

sentido, é não apenas ocupação, mas identificação e diálogo com o espaço.

Haesbaert (2004) propõe o conceito de “multiterritorialidade” para descrever como os sujeitos transitam e se conectam a diferentes espaços simultaneamente. A arquitetura, quando atenta a essa complexidade, pode ser mediadora de afetos, práticas e lembranças. Gilberto Velho (2003) reforça que a dimensão simbólica do espaço é constituída a partir da experiência vivida, sendo o cotidiano o principal cenário da construção de identidades urbanas.

Julio Gadelha (2021), ao estudar práticas de projeto participativo, destaca que a construção do pertencimento começa ainda no processo de concepção arquitetônica. Quando moradores são envolvidos desde as primeiras decisões, há maior identificação com o espaço resultante. Isso amplia a função do arquiteto, que passa de autor a mediador cultural, reposicionando o papel do projeto como processo dialógico.

As metodologias participativas têm sido fundamentais para garantir que os espaços culturais não apenas atendam demandas formais, mas reflitam as práticas, os afetos e as subjetividades locais. Em áreas periféricas, onde a carência de reconhecimento simbólico é estrutural, esse envolvimento é ainda mais necessário. O pertencimento não se impõe: ele é construído coletivamente.

Dessa forma, entende-se que a arquitetura cultural precisa ser sensível às dinâmicas sociais do território, promovendo espaços que acolham, comuniquem e representem. O centro cultural, nesse contexto, deve ser visto como extensão da identidade local — um espaço

que nasce das relações e devolve ao território um reflexo ampliado de si mesmo.

2.6 Função Social da Arquitetura em Contextos de Vulnerabilidade

A arquitetura, especialmente em contextos de vulnerabilidade urbana, não deve ser compreendida como arte autônoma ou objeto estético isolado. Ela é, antes de tudo, ação política materializada no espaço. Quando aplicada com consciência social, pode transformar desigualdades em oportunidades e tornar-se ferramenta de autonomia e desenvolvimento comunitário.

Sérgio Ferro (2006) critica o distanciamento entre o arquiteto e os usuários do espaço, apontando que a arquitetura deve nascer da prática e da escuta. Para ele, o “canteiro” é mais importante que o “desenho”, ou seja, o uso e a construção coletiva do espaço valem mais do que sua forma idealizada. Essa inversão de valores é crucial quando o objetivo é democratizar o fazer arquitetônico.

Lina Bo Bardi (2014) dá corpo a essa perspectiva ao afirmar que “a arquitetura não é o edifício, mas o que acontece dentro dele”. Seus projetos revelam a potência de espaços flexíveis, acessíveis e ativadores de encontros sociais. Mais do que estética, sua arquitetura é mediação cultural. Ela inspira práticas de projeto que priorizam o uso, o improviso e a potência da cultura popular.

Herman Hertzberger (1991) acrescenta a noção de que os edifícios devem ser “incompletos”, ou seja, abertos à apropriação. Ele defende a criação de espaços comuns, transitórios e adaptáveis, que possam ser modificados pelos próprios usuá-

rios. Essa arquitetura aberta à transformação reforça o valor da experiência cotidiana como elemento fundamental do projeto.

Por isso, este trabalho adota uma abordagem que compreende a arquitetura como linguagem social. O centro cultural, sobretudo quando situado em áreas de exclusão, não deve se impor como símbolo de ruptura, mas como plataforma de escuta e de criação coletiva. Sua forma deve nascer do lugar, do uso e da possibilidade de reinvenção permanente.

03

Contextualização Urbana



3.1 Estado de Goiás

O Estado de Goiás, situado na região Centro-Oeste do Brasil (Figura 06), apresenta uma dinâmica territorial marcada pela diversidade econômica, cultural e ambiental. Sua localização estratégica, entre importantes centros urbanos e corredores logísticos, confere-lhe um papel relevante no contexto nacional. Analisar o Estado de Goiás é fundamental para compreender os processos de urbanização que influenciam a Região Metropolitana de Goiânia e, conseqüentemente, o território de inserção do presente projeto.



Figura 06: Mapa do Brasil, com Goiás em destaque.
Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com professor e doutor em geografia, Roberto Lobato Corrêa (1997), a urbanização em Goiás é um reflexo das transformações econômicas ocorridas ao longo do século XX, sobretudo após a construção de Goiânia e da implantação de Brasília. A formação de po-

los urbanos articulados a eixos rodoviários impulsionou a integração de regiões interioranas, promovendo uma urbanização que, embora intensa, se deu de maneira relativamente recente em comparação às regiões Sudeste e Sul.

Santos (2006) reforça a ideia de que o espaço goiano é um espaço de fluxos e fixos, caracterizado pela coexistência de práticas tradicionais com dinâmicas globais. Essa característica híbrida do território influencia diretamente a configuração das cidades goianas, que combinam modernidade urbana com forte presença de traços rurais, inclusive nas áreas metropolitanas.

Segundo IBGE (2022), Goiás possui atualmente uma população estimada em 7,2 milhões de habitantes, sendo Goiânia o principal centro urbano. A economia estadual é diversificada, com destaque para os setores agropecuário, industrial e de

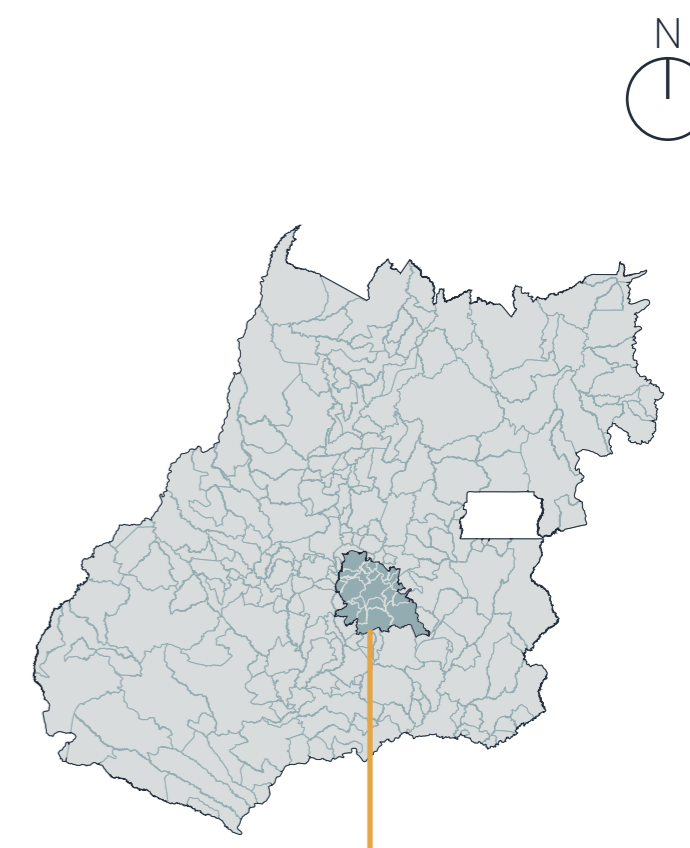
serviços, o que contribui para a expansão das manchas urbanas e a complexificação das relações cidade-campo no território.

Com base nas análises de Corrêa, Santos e nas informações do IBGE, é possível afirmar que Goiás é um estado em processo contínuo de transformação, onde os elementos locais e globais se entrelaçam para moldar seu espaço urbano. A leitura crítica dessas dinâmicas é essencial para fundamentar propostas de intervenção arquitetônica e urbanística que respeitem a complexidade do território goiano e suas especificidades.

3.2 Região Metropolitana de Goiânia

A Região Metropolitana de Goiânia (RMG) (Figura 07) configura-se como um dos principais exemplos de conurbação e crescimento urbano acelerado no Centro-Oeste brasileiro. Constituída por múltiplos municípios que compartilham fluxos econômicos, sociais e ambientais, a RMG representa um espaço de tensões e complementaridades. Analisar sua formação e características é essencial para situar o projeto de centro cultural no contexto mais amplo de articulação urbana regional.

Segundo Maricato (2001), as regiões metropolitanas brasileiras emergiram de processos de urbanização rápidos e desordenados, caracterizados por forte desigualdade socioespacial. Na RMG, essa dinâmica é visível na expansão de áreas periféricas, muitas vezes carentes de infraestrutura adequada, que se entrelaçam aos centros consolidados de Goiânia e Aparecida de Goiânia, compondo um mosaico urbano heterogêneo.



Região Metropolitana de Goiânia

Figura 07: Mapa de Goiás, com RMG em destaque.
Fonte: Elaborado pelo autor

Haesbaert (2014) amplia essa análise ao propor o conceito de “multiterritorialidade”, segundo o qual os habitantes das regiões metropolitanas não se restringem a um único território de vivência, mas circulam cotidianamente entre diferentes municípios. Na RMG, essa circulação é facilitada por eixos rodoviários, mas também evidencia a fragmentação do espaço urbano e a dependência de centralidades específicas para acesso a serviços, cultura e emprego.

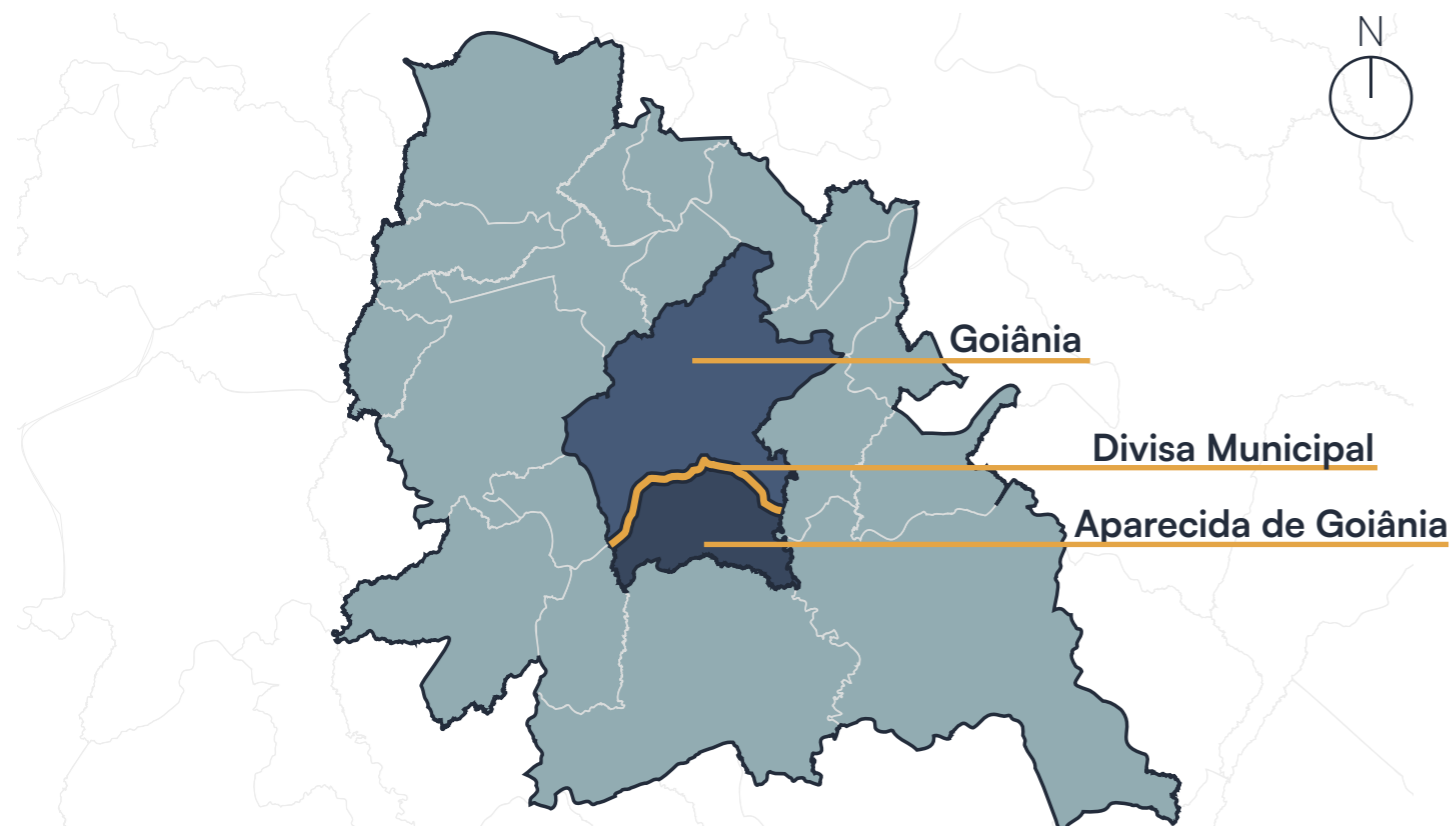
Dados da Agência Goiana de Estatística (2021) indicam que a RMG é composta atualmente por 20 municípios, abrigando mais de 2,5 milhões de habitantes. O crescimento acelerado de cidades

como Aparecida de Goiânia, Senador Canelo e Trindade reforça a complexidade de gestão territorial, uma vez que as fronteiras físicas entre os municípios tornam-se cada vez menos perceptíveis, enquanto as disparidades internas permanecem marcantes.

Com base nas reflexões de Maricato, Haesbaert e nas estatísticas regionais, constata-se que a RMG é um espaço multifacetado, onde coexistem dinâmicas integradoras e excludentes. Essa condição reforça a necessidade de projetos urbanos que atuem de forma crítica e propositiva, respeitando a pluralidade territorial e buscando minimizar as desigualdades socioespaciais na metrópole goiana.

3.3 Fronteira entre Goiânia e Aparecida

A região de divisa entre Goiânia e Aparecida de Goiânia (Figura 08) representa um exemplo típico de expansão urbana intermunicipal, onde as fronteiras administrativas são quase imperceptíveis no tecido físico da cidade, mas mantêm efeitos concretos na gestão urbana e no acesso à infraestrutura. O terreno de estudo localiza-se justamente nessa condição liminar, de frente para outro município, exigindo uma análise



28 Figura 08: Mapa da Região Metropolitana de Goiás, com destaque em Goiânia e Aparecida de Goiânia. Fonte: Elaborado pelo autor

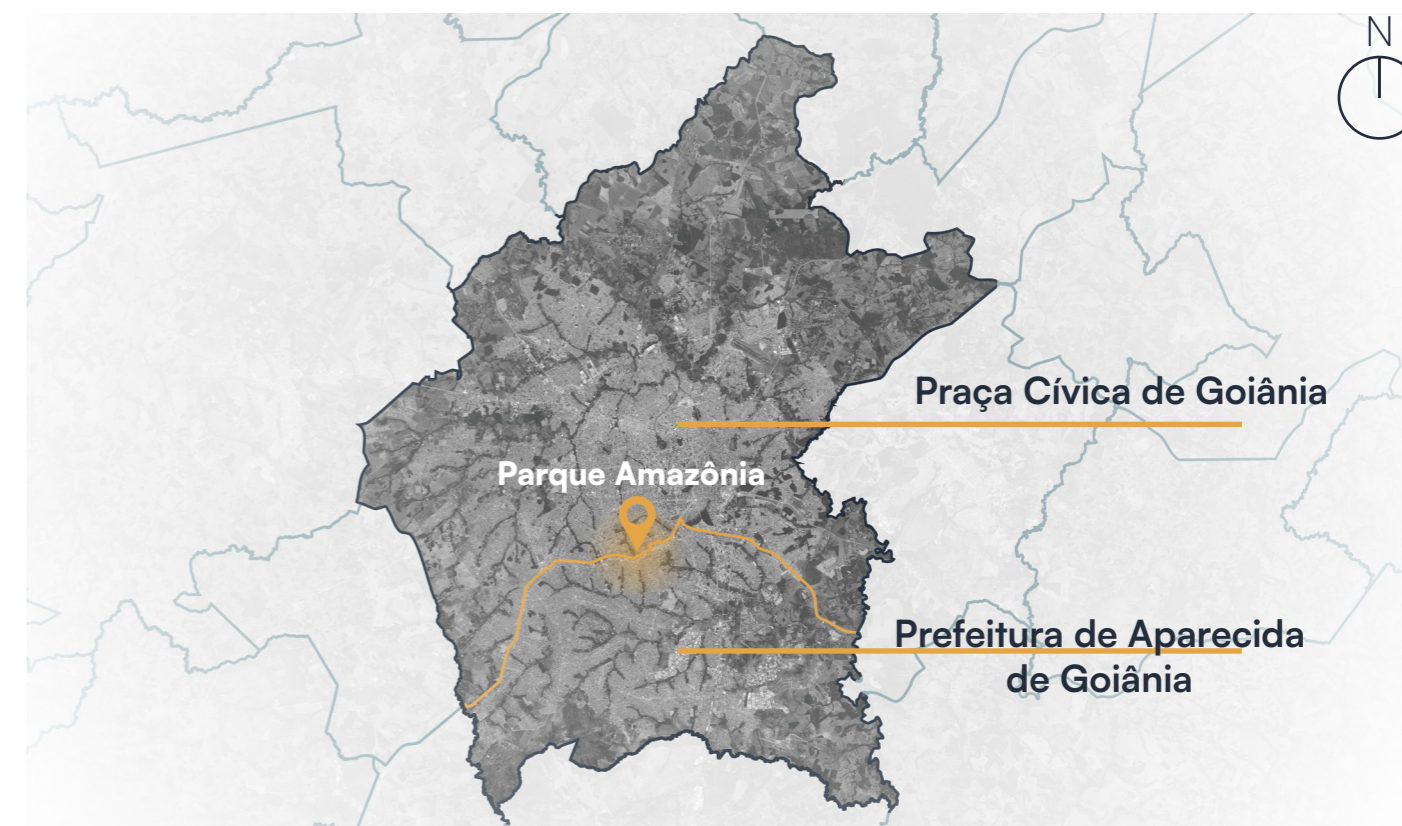
cuidadosa sobre as implicações espaciais, sociais e políticas dessa configuração.

Carlos (2007) destaca que o crescimento urbano brasileiro nas regiões metropolitanas é caracterizado pela ausência de planejamento articulado entre municípios contíguos, resultando em áreas de fronteira marcadas por carências de serviços públicos e descontinuidade urbana. A autora enfatiza que essa fragmentação na gestão territorial compromete a qualidade de vida da população, criando “territórios de ninguém” em que a responsabilidade pelo ordenamento é difusa.

Villaça (2001) argumenta que a lógica de segregação socioespacial nas cidades brasileiras se intensifica nas zonas de expansão periférica, como as áreas de divisa metropolitana. Segundo o autor, essas franjas urbanas são produto da dinâmica do mercado imobiliário e da falta de integração entre políticas públicas dos diferentes municípios, o que gera territórios vulneráveis, desprovidos de infraestrutura cultural, educacional e de lazer.

No estudo específico sobre Aparecida de Goiânia, Safadi (2017) analisa como a dinâmica de crescimento acelerado e a ausência de equipamentos culturais institucionais reforçam o sentimento de invisibilidade da população frente ao centro da metrópole. Ele observa que, mesmo em uma cidade de forte expansão econômica, o tecido cultural formal permanece concentrado, deixando a maior parte da periferia dependente de iniciativas locais autônomas.

Considerando as reflexões de Carlos, Villaça e Safadi, percebe-se que a localização do terreno em uma zona de fronteira entre Goiânia e Aparecida (Figura 09) não é apenas uma questão administrativa, mas revela profundas desigualdades na organização do espaço urbano metropolitano. Ao projetar um centro cultural nesse local, é fundamental considerar a vocação do equipamento como elemento de articulação e pertencimento, capaz de enfrentar as lógicas de fragmentação e exclusão que historicamente moldaram essa fronteira invisível.



29 Figura 09: Mapa de Goiânia e Aparecida de Goiânia, localizando o bairro Parque Amazônia. Fonte: Google Earth, 2025, modificado pelo autor

3.4 Bairro Parque Amazônia

A compreensão dos processos de valorização urbana é fundamental para analisar as transformações espaciais nas cidades brasileiras. Goiânia, como capital planejada, passou por dinâmicas complexas de crescimento e ocupação ao longo das décadas, evidenciando fortes contrastes entre regiões valorizadas e áreas historicamente marginalizadas. O setor Parque Amazônia (Figura 10) representa um exemplo emblemático desse fenômeno, revelando como a expansão urbana pode ressignificar territórios anteriormente con-

siderados periféricos (MARINHO, 2002).

Autores como Flávio Villaça (1998) destacam que a estrutura das metrópoles é fortemente marcada pela segregação socioespacial, sendo o valor do solo urbano uma expressão direta da concentração das classes sociais. Segundo ele, as elites tendem a ocupar e valorizar determinadas regiões, moldando o espaço urbano de acordo com seus interesses. Essa lógica contribui para o entendimento de como bairros inicialmente populares, como o Parque Amazônia, passaram por um processo acelerado de valorização.

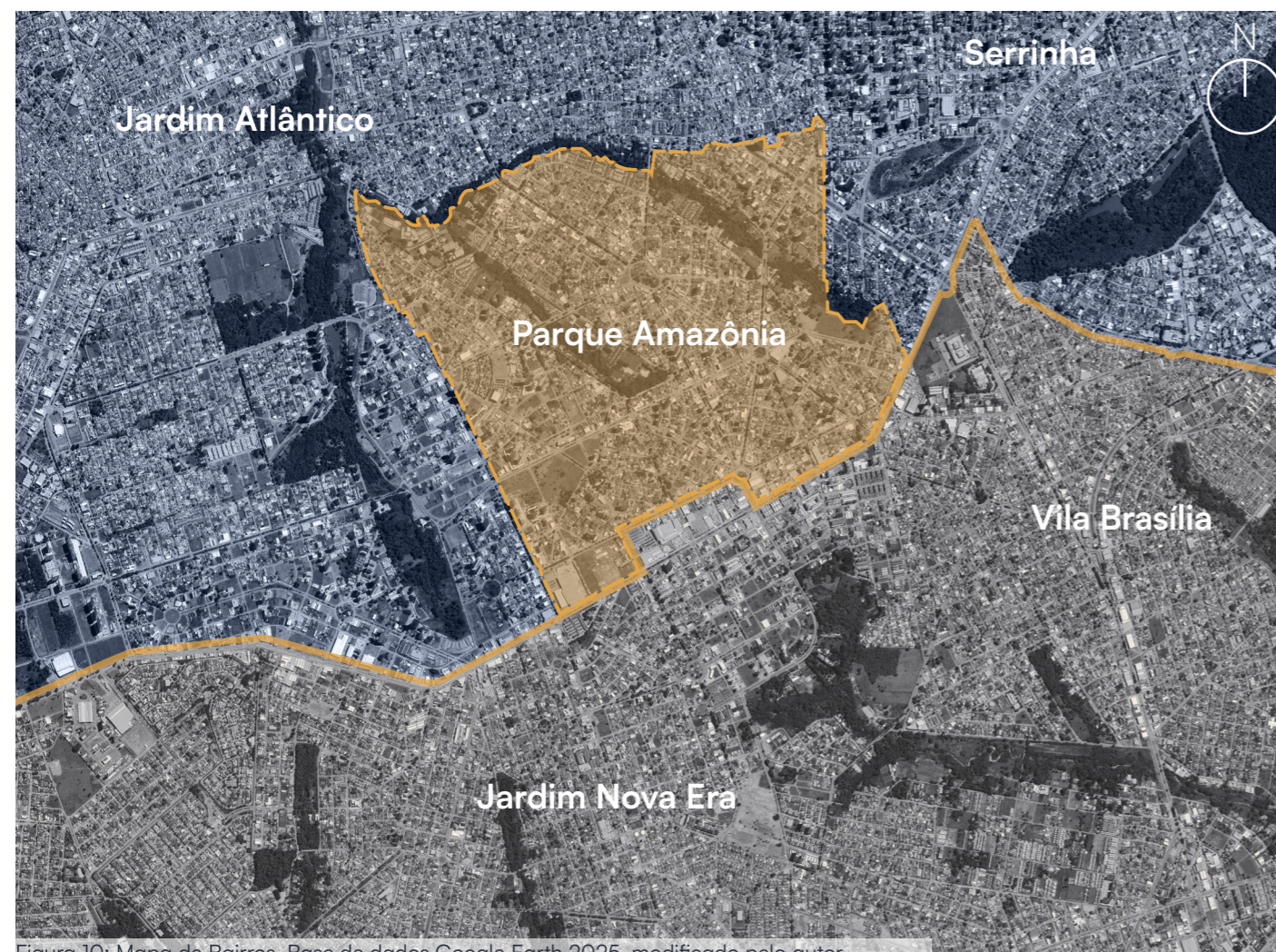


Figura 10: Mapa de Bairros, Base de dados Google Earth 2025, modificado pelo autor

No caso de Goiânia, a região sul tem concentrado os investimentos públicos e privados, tornando-se polo de atração para as camadas de média e alta renda. Marinho (2002) observa que, embora o Parque Amazônia tenha surgido na década de 1950 como um loteamento popular,

sua inserção no eixo sul e sua proximidade com bairros nobres como Nova Suíça e Jardim América favoreceram sua transformação. Essa valorização está diretamente associada à localização estratégica e à oferta de infraestrutura promovida pelo Estado e pelo mercado imobiliário.

A partir dos anos 1990, o bairro experimentou uma reconfiguração significativa: surgiram edifícios, casas de alto padrão, centros comerciais e hospitais, enquanto os antigos lotes vagos e barracões passaram a dividir espaço com construções modernas. Hoje, a paisagem do setor apresenta traços de verticalização e urbanização intensa, demonstrando uma mudança no perfil socioeconômico de seus moradores e no uso do solo. Esse processo confirma a tese de que o espaço urbano é resultado de disputas e interesses que envolvem tanto o mercado quanto o Estado (MARINHO, 2002).

Dessa forma, o caso do Parque Amazônia evidencia como a valorização urbana é impulsionada por múltiplos fatores, como localização, infraestrutura, presença de classes sociais específicas e ação do poder público. A análise conjunta desses elementos permite compreender os mecanismos que produzem desigualdades e transformações no tecido urbano, revelando como certos territórios são progressivamente ressignificados dentro da lógica de segregação e valorização das cidades brasileiras como pode ser visto nas Figuras 11 e 12 comparando o bairro entre 2002 e 2025.



Figura 11: Fotografia de Satélite, Base de dados Google Earth 2002



Figura 12: Fotografia de Satélite, Base de dados Google Earth 2025



Legenda

- Av. Rio Verde
- Vias Arteriais
- Vias Coletoras

3.5 Análise de Viária

Figura 13: Mapa viário, Elaborado pelo autor; Base de dados Google Earth 2025/ Google Maps

Situado no bairro Parque Amazônia, o terreno selecionado para o desenvolvimento do projeto, como é possível observar na Figura 13, possui frente voltada para a Avenida Rio Verde, uma das mais importantes e movimentadas vias da Região Metropolitana de Goiânia. Essa avenida, além de apresentar elevado fluxo di-

ário de veículos e pedestres, exerce papel fundamental na organização urbana local, atuando como um divisor físico entre os municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Sua relevância estratégica é reforçada pela presença de atividades comerciais, serviços e transporte público ao longo de sua extensão. O entorno imedia-

to do terreno também é servido por outras avenidas arteriais de grande importância, como a Avenida São João e a Avenida Alexandre de Moraes, que conectam diferentes setores urbanos e facilitam o acesso à área. A partir dessas vias principais, desdobram-se diversas vias coletoras e locais, responsáveis por estruturar o tec-

do urbano do bairro e integrar o terreno ao sistema viário da região, promovendo conectividade e acessibilidade ao futuro equipamento cultural.



3.6 Análise de Pontos de interesse

Figura 14: Mapa Localidades, Elaborado pelo autor; Base de dados Google Earth 2025/ Google Maps

A região onde se insere o terreno apresenta pontos de interesse relevantes (Figura 14), que reforçam sua centralidade e potencial de integração urbana. Dentre eles, destaca-se o Terminal de Ônibus Cruzeiro do Sul, localizado na própria Avenida Rio Verde, que desempenha papel estratégico na mobilidade urbana ao

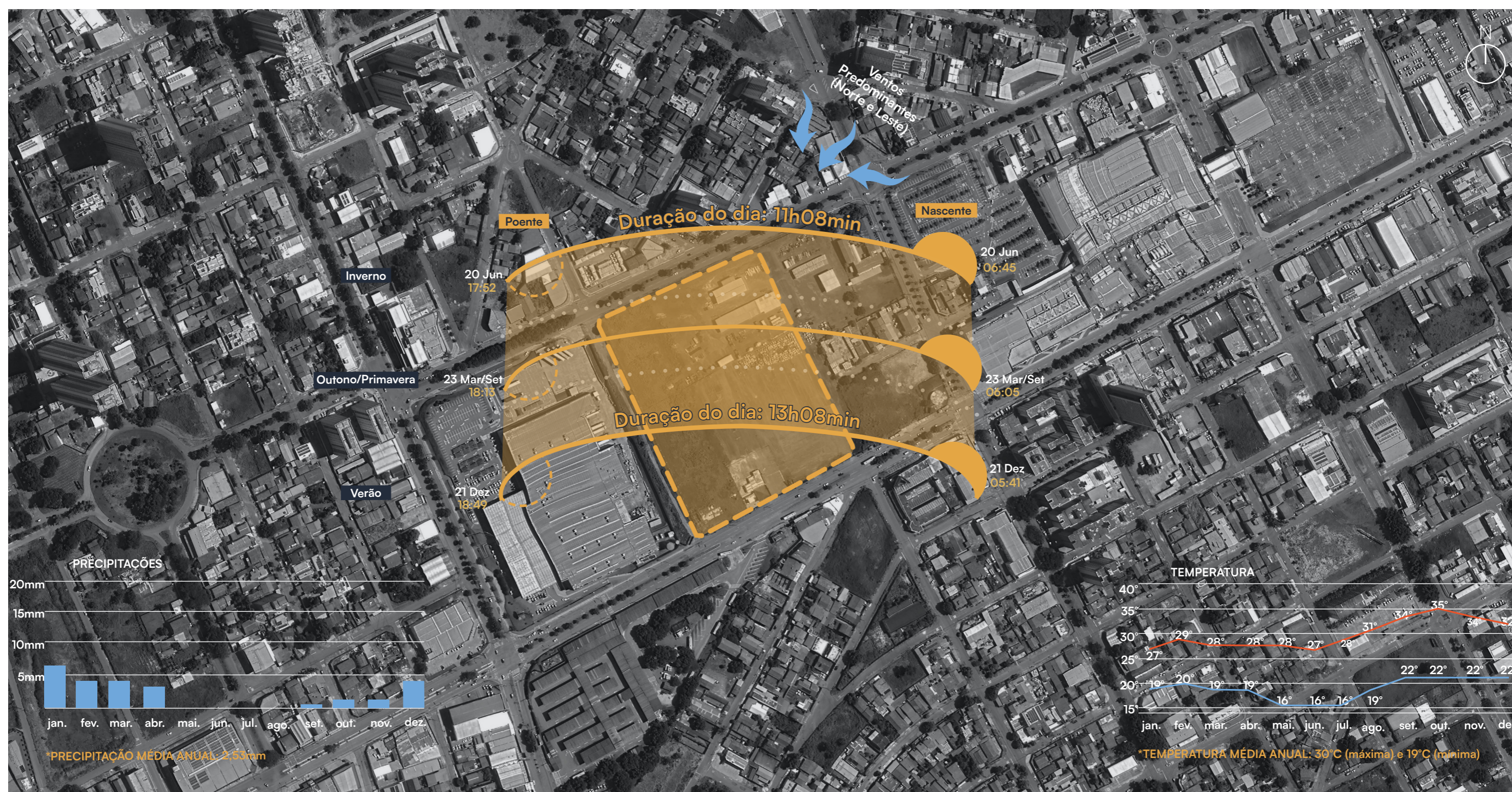
articular diversas linhas do transporte coletivo.

Na mesma avenida, encontra-se o Buriti Shopping, importante polo comercial e de serviços que atrai grande fluxo de pessoas diariamente. Apesar dessa infraestrutura consolidada, a região apresenta carência significativa de equipamentos

culturais públicos.

Observa-se a predominância de espaços esportivos privados, com acesso restrito, e a ausência de locais voltados à promoção da cultura de forma ampla e acessível, com exceção do Parque Cascavel, também localizado nas proximidades, configura-se como o único espaço públi-

co com potencial para práticas culturais, ainda que de maneira limitada e não planejada para tal fim. Essa lacuna evidencia a necessidade de um equipamento cultural que atenda às demandas sociais e culturais da comunidade local.



3.7 Análise Climática

Figura 15: Mapa Climático, Elaborado pelo autor; Base de dados Google Earth 2025/ Google Maps; Dados Climáticos por Foreca

Em uma análise mais aproximada do terreno, destacam-se as condições climáticas locais que influenciam diretamente as estratégias projetuais (Figura 15).

Com base em dados de 2024 do município de Goiânia, observa-se que a região apresenta um regime de ventos predominantes oriundos das direções leste e norte, com variação moderada de in-

tensidade, geralmente de baixa força.

O regime pluviométrico concentra-se entre os meses de setembro e abril, sendo janeiro o período mais chuvoso, com médias mensais que podem alcançar até 6 mm, dentro de uma média anual de 2,53 mm. As temperaturas variam ao longo do ano entre 19 °C e 30 °C, com os meses de setembro e outubro registrando

os picos de calor, enquanto junho e julho marcam o período mais frio.

A incidência solar também é expressiva, com duração média de 11 horas e 8 minutos de luz no dia mais curto do ano e até 13 horas e 8 minutos no dia mais longo.

Tais características reforçam a importância de adotar soluções bioclimáticas

no projeto, considerando sombreamento, ventilação cruzada e aproveitamento da iluminação natural.

3.8 Análise de Tipológica

Prédios Comerciais e Residenciais

- Tipologia de prédio comercial e condomínios verticais de alto porte
- 15 a 30 pavimentos
- Fachadas condominiais muradas
- Predominantemente volumes de ângulos retos
- Diversidade de fachada por meio de pintura, peles de vidro, diversos tipos de esquadrias

Extra, Hipermercado

- Tipologia de Galpão
- Fachada com grades e cartazes de promoções
- Extenso estacionamento

Bairro de Uso Misto

- Tipologia Mista
- Predominantemente com edifícios de 2 ou menos pavimentos
- Fachadas residenciais muradas

Condomínios Verticais Residenciais

- Tipologia Residencial de médio porte
 - 8 a 15 pavimentos
 - Fachadas condominiais muradas
- Predominantemente volumes de ângulos retos
- Diversidade de fachada por meio de pintura

Buriti Shopping

- Tipologia comercial
- Volumes horizontais de alturas diferentes com fachadas com vitrines e pórticos de embarque/desembarque

Área do Terreno

AV. Rio verde



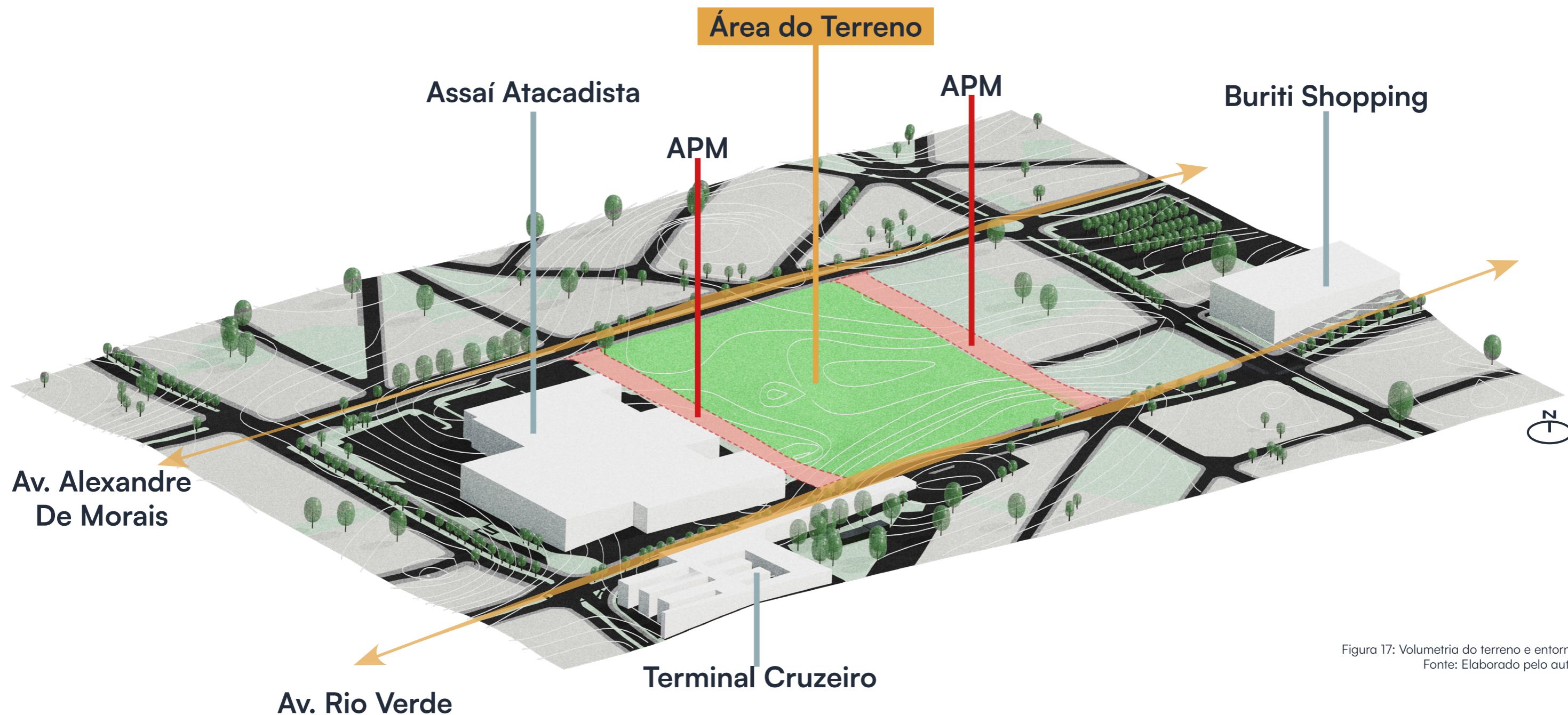


Figura 17: Volumetria do terreno e entorno.
Fonte: Elaborado pelo autor

O entorno imediato do terreno é formado principalmente por edificações residenciais unifamiliares e bifamiliares de até dois pavimentos (Figura 16), o que confere ao local uma ambiência de baixa densidade e predominância horizontal. Contudo, há a presença pontual de edifícios verticais com 10 a 25 pavimentos, revelando uma tendência de aden-

samento e verticalização que contrasta com a morfologia predominante, fator relevante para o diálogo com o contexto urbano na proposta arquitetônica.

Em escala próxima, destaca-se o Buriti Shopping (Figura 17), localizado na quadra vizinha, configurando-se como um dos principais centros comerciais da

cidade. Sua estrutura de grande porte atrai elevado fluxo de pessoas, impactando a mobilidade e o comércio local. Em frente ao terreno, o Assaí Atacadista, com volumetria de galpão e uso comercial intenso, reforça o caráter multifuncional da região.

A presença do Terminal Cruzeiro do Sul, nas proximidades, contribui significativamente para a acessibilidade do

terreno, qualificando-o para receber um equipamento cultural de médio a grande porte, devido ao suporte logístico e à facilidade de deslocamento proporcionada pelo transporte coletivo.

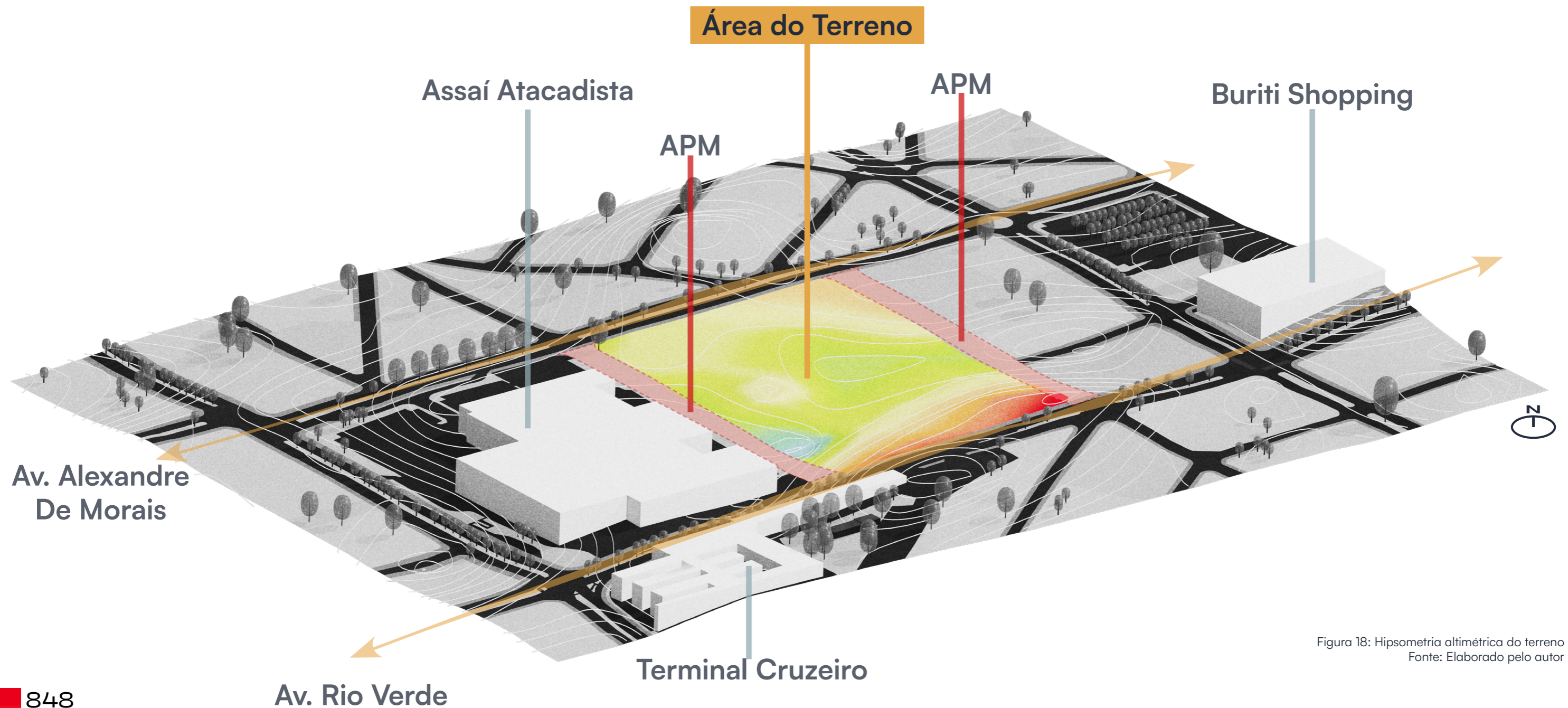


Figura 18: Hipsometria altimétrica do terreno
Fonte: Elaborado pelo autor

A análise hipsométrica do terreno (Figura 18) revela uma variação altimétrica de aproximadamente 9 metros entre seus extremos. O ponto mais elevado encontra-se voltado para a Avenida Rio Verde, na direção leste, justamente na face que confronta o Buriti Shopping. Já o ponto de menor altitude situa-se no extremo oposto, a oeste, próximo à área da APM e ao Hyper-

mercado Extra. Essa diferença de cota confere ao terreno uma leve inclinação em sentido leste-oeste. Embora se identifiquem algumas ondulações ao longo da superfície, estas não apresentam declividades significativas, o que indica uma topografia relativamente suave e passível de adequações arquitetônicas com intervenções moderadas em corte e aterro. Tal

configuração favorece a implantação de projetos que demandem acessibilidade e integração com o entorno imediato.

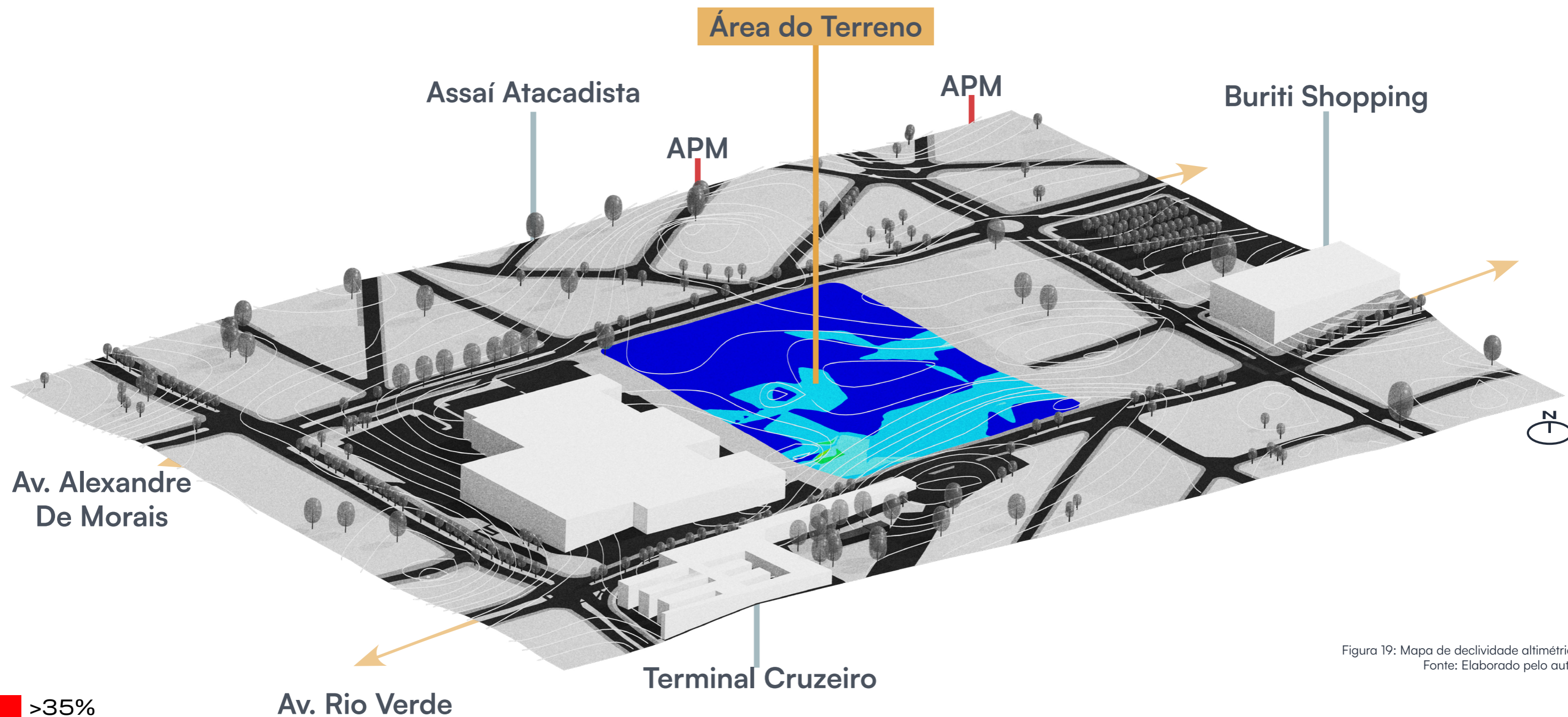


Figura 19: Mapa de declividade altimétrica
Fonte: Elaborado pelo autor

No que se refere à forma como a topografia se modifica ao longo da extensão do terreno, observa-se na Figura 19 que a declividade se mantém, em sua maioria, abaixo de 10%, com extensas áreas apresentando inclinação inferior a 5%. Essa condição torna o terreno amplamente favorável à ocupação arquitetônica, permitindo maior liberdade de implanta-

ção sem a necessidade de grandes movimentações de terra. A única exceção relevante encontra-se na porção próxima à APM oeste, onde há uma depressão que atinge cerca de 20% de inclinação. Apesar disso, tal variação não representa um impedimento significativo para intervenções, podendo inclusive ser incorporada ao partido arquitetônico de forma estra-

tégica. A suavidade geral da topografia sugere viabilidade para soluções que dialoguem com as curvas naturais do solo, incentivando propostas que respeitem o relevo original e minimizem impactos ambientais decorrentes de cortes e aterros.

3.11 Plano Diretor de Goiânia

Para contextualizar as diretrizes legais que orientam o ordenamento urbano de Goiânia, apresenta-se a seguir (Tabela 1) um resumo dos principais instrumentos previstos no Plano Diretor vigente, incluindo zoneamento, parâmetros de ocupação do solo, áreas especiais e diretrizes de mobilidade urbana. As informações serão organizadas em tabelas e diagramas esquemáticos para facilitar a visualização dos condicionantes urbanísticos aplicáveis ao terreno do projeto.

Parâmetros Urbanísticos:

Afastamento Corredor Exclusivo (Av. Rio Verde)	18,00 m (Eixo Via ao Edifício)	Lei nº 349/2022 - Plano Diretor Municipal
Recuo frontal	5,00 m (Hmáx: 63,50m)	Lei nº 349/2022 - Plano Diretor Municipal
Recuo lateral (Via de menor caixa)	2,00 m (Hmáx: 11,00m)	Lei nº 349/2022 - Plano Diretor Municipal
Taxa de ocupação	90% Subsolo 100% até 11m 50% acima de 11m	Lei nº 349/2022 - Plano Diretor Municipal
Coefficiente de aproveitamento	6,00 + 1,50 c/ TDC	Lei nº 349/2022 - Plano Diretor Municipal
Taxa de Permeabilidade	15%	Lei nº 349/2022 - Plano Diretor Municipal
Altura máxima da Edificação	Sem Limite	Lei nº 349/2022 - Plano Diretor Municipal
Usos Permitidos	Sem Restrição de Uso	Lei nº 349/2022 - Plano Diretor Municipal
Vagas de Estacionamento	Para o cálculo considera-se a atividade mais restrita	Lei nº 10.845/2022 - Controle Atividades Econômicas
Localção de Vagas	Raio de 300m	Lei nº 10.845/2022 - Controle Atividades Econômicas

Tabela 1: Legislação de Goiânia, Elaborada pelo autor. Fonte: Plano diretor de Goiânia-GO

04 Relações Urbanas

4.1 Levantamento de Equipamentos culturais Culturais Existentes

Com o objetivo de mapear o panorama cultural da cidade, elaborou-se um levantamento dos equipamentos culturais existentes em Goiânia e nas áreas vizinhas a Aparecida de Goiânia. São apresentados a seguir mapas de localização, tabelas com características ativas ofertadas, gestão, observações críticas) principais e registros ilustrativos, com o intuito de compreender a distribuição territorial da oferta cultural disponível.

Como mostram a Tabela 2 e a Figura 20, os centros culturais públicos estão concentrados em áreas centrais, deixando regiões como a do Parque Amazônia sem cobertura cultural acessível. Essa lacuna evidencia a necessidade de implantação de um equipamento que promova inclusão, reduza desigualdades e atenda à população local com regularidade.

4.2 Acessibilidade e Conexão Urbana

A acessibilidade urbana é um dos pilares para a construção de cidades mais justas, inclusivas e democráticas. No contexto do projeto do centro cultural, a análise das condições de mobilidade e acessibilidade é fundamental para garantir o pleno acesso de todos os grupos sociais, incluindo pessoas com deficiência, idosos e crianças. A qualidade das conexões viárias, a infraestrutura para pedestres e ciclistas, e a integração ao transporte público são aspectos centrais a serem considerados.

Segundo Jan Gehl (2013), a cidade deve ser planejada a partir da escala humana, priorizando o caminhar, o permanecer e o encontro. Para ele, a mobilidade urbana não se resume ao deslocamento rápido

de um ponto a outro, mas envolve a criação de espaços de qualidade que convidem à circulação e à convivência. A acessibilidade deve ser pensada como experiência urbana, garantindo percursos seguros, confortáveis e interessantes para todos.

Campanili (2007) reforça que a acessibilidade plena envolve não apenas a eliminação de barreiras arquitetônicas, mas também a superação de barreiras urbanísticas e sociais. A autora defende a implantação de rotas acessíveis conectadas a equipamentos públicos estratégicos, como centros culturais, para assegurar o exercício efetivo da cidadania urbana. Isso é especialmente relevante em áreas periféricas, onde a precariedade da infraestrutura é mais evidente.

A NBR 9050/2020, norma brasileira de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, estabelece diretrizes técnicas que asseguram condições adequadas de uso para todas as pessoas, de forma autônoma e segura. A norma orienta desde as dimensões mínimas de calçadas e rampas até aspectos de sinalização tátil e visual, sendo referência obrigatória para a concepção do centro cultural proposto.

À luz das contribuições de Gehl, Campanili e da NBR 9050, evidencia-se que a acessibilidade urbana deve ser tratada como um valor central no projeto do centro cultural. Mais do que cumprir exigências normativas, é necessário adotar uma postura propositiva que valorize a circulação universal e qualifique o espaço urbano como ambiente de inclusão e pertencimento. A implantação de percursos acessíveis e conectados à malha urbana é condição essencial para o sucesso do equipamento.

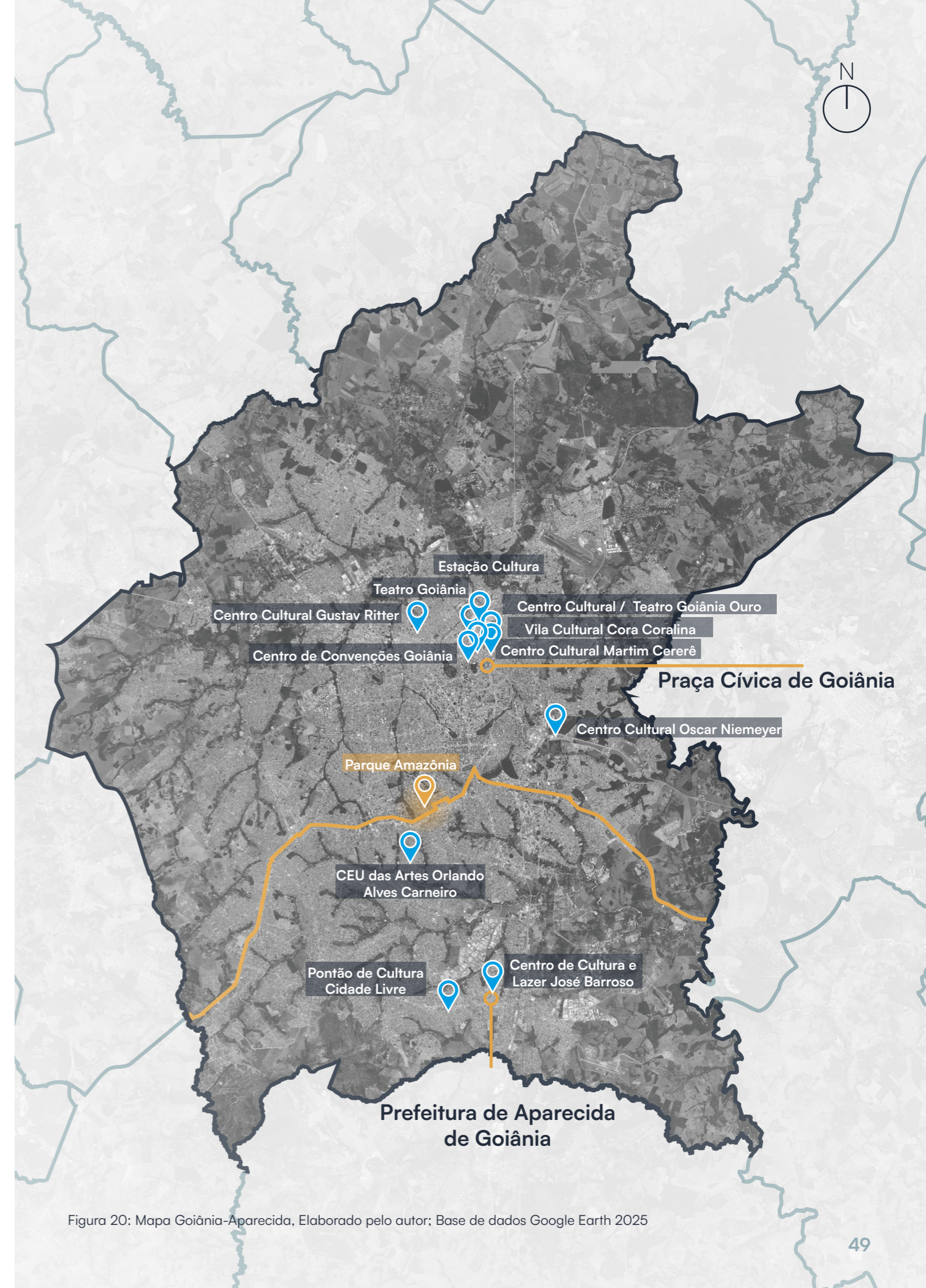


Figura 20: Mapa Goiânia-Aparecida, Elaborado pelo autor; Base de dados Google Earth 2025

	EQUIPAMENTO CULTURAL	ATIVIDADES OFERTADAS	OBSERVAÇÕES
GOIÂNIA	Estação Cultura	Exposições, museu, chorinho, contação de histórias	Espaço histórico revitalizado, mas subutilizado em dias úteis
	Teatro Goiânia	Teatro, dança, música, performances, literatura	Importante teatro público, porém com agenda cultural limitada
	Centro Cultural Gustav Ritter	Cursos de música, dança e teatro	Ensino gratuito com forte impacto social; Carece de Acessibilidade
	Centro de Convenções Goiânia	Congressos, simpósios, feiras, teatro, pavilhões	Grande porte, mas uso voltado mais a eventos comerciais
	Centro cultural / Teatro Goiânia Ouro	Teatro, cinema, biblioteca, loja, café, festivais	Forte apoio a artistas locais; referência na democratização do acesso
	Vila Cultural Cora Coralina. (Figura XX)	Exposições, lançamentos, feiras, cine-clube, oficinas	Boa diversidade de uso e com praça livre acima, porém pouco frequentada pela ausência de sombra e segurança.
	Centro Cultural Martim Cererê	Shows, teatro, oficinas urbanas, grafite, batalhas de rima	Marco na cena alternativa; sofre com manutenção e apoio limitado
	Centro Cultural Oscar Niemeyer (Figura XX)	Teatro, exposições, biblioteca, esportes, festivais, lazer	Ícone arquitetônico, mas criticado por falta de programação contínua e ausência de conexão urbana para pedestres
APARECIDA	Ceu das Artes Orlando Alves Carneiro	Oficinas, cursos, eventos culturais e comunitários	Equipamento novo e polivalente; integração comunitária forte
	Pontão de Cultura Cidade Livre	Oficinas, apresentações, feiras, protagonismo local	Autonomia e gestão comunitária; modelo de cultura viva
	Centro de Cultura e Lazer José Barroso	Cursos, eventos comunitários, atividades culturais	Ações pontuais, mas com potencial de crescimento em redes locais

Tabela 02: Quadro de Centros Culturais Públicos na proximidade do Parque Amazônia



Figura 21: Vila Cultural Cora Coralina
Fonte: Imagem da Internet



Figura 22: Centro Cultural Oscar Niemeyer. Fonte: Leonardo Finotti



Figura 23: CEU das Artes Orlando Alves Carneiro. Fonte: Arquivo Secom Aparecida

4.3 Identificação dos Grupos Sociais a Serem Atendidos

Considerando a proposta de inclusão e democratização cultural, foi realizado o levantamento dos principais grupos sociais presentes na área de intervenção, como estudantes, coletivos artísticos locais, idosos, crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Os dados obtidos são apresentados em tabelas e gráficos que sintetizam o perfil cultural da população potencialmente beneficiada pelo projeto.

A definição do público-alvo é um elemento fundamental no desenvolvimento de projetos culturais, pois orienta as decisões de programa de necessidades, linguagem arquitetônica e estratégias de inserção urbana. No contexto da área de intervenção, localizada na divisa entre Goiânia e Aparecida de Goiânia, é essencial compreender as características sociais, econômicas e culturais dos grupos que serão diretamente beneficiados pelo novo centro cultural.

Borja e Muxí (2003) defendem que a democratização da cidade passa pela criação de equipamentos urbanos capazes de atender aos diversos segmentos da sociedade, especialmente aqueles tradicionalmente excluídos das políticas culturais. Centros culturais implantados em áreas periféricas devem, portanto, ser

concebidos para acolher múltiplos públicos — crianças, jovens, idosos, artistas locais — e fomentar práticas de apropriação coletiva do espaço.

Segundo Sánchez (2006), o acesso à cultura e ao lazer é um direito urbano fundamental, especialmente para os grupos sociais mais vulneráveis, que frequentemente têm sua participação cidadã limitada pela precariedade da infraestrutura cultural disponível. A implantação de espaços inclusivos em áreas de menor oferta cultural contribui para a redução das desigualdades e o fortalecimento da identidade local.

Koga (2015) aponta que a configuração do público-alvo em projetos culturais deve considerar não apenas os perfis sociodemográficos tradicionais, mas também as práticas culturais existentes nas comunidades locais. Valorizar as manifestações culturais espontâneas, os coletivos artísticos independentes e os movimentos sociais é essencial para construir um equipamento enraizado na realidade sociocultural do território.

Essa compreensão teórica se confirma na realidade local, conforme apresentado na Tabela 3 e na Figura 24, que demonstram a presença de coletivos culturais com atuação diversificada e uma distribuição etária que evidencia deman-



Figura 24: Pirâmide Etária categorizada por faixa etária e demandas em equipamentos públicos. Fonte: IBGE, Censo de 2022 de Goiânia ; Adaptado de Lu et al. (2025), estudo intergeracional sobre demandas em espaços públicos comunitários



ONG OBDC — Organização Brasileira de Desenvolvimento e Cidadania

Goiânia (GO)

Atua com projetos de inclusão social, arte urbana e educação popular nas periferias de Goiânia. Desenvolve oficinas de grafite, dança e atividades com juventudes em situação de vulnerabilidade.



Santa Vaca Creations / Escola Creations

Goiânia (GO)

Escola gratuita de formação em teatro musical, com aulas de canto, dança e interpretação. Forma atores para o mercado profissional e realiza espetáculos, produções teatrais, audiovisuais e eventos corporativos.



Grupo Zabriskie Teatro

Goiânia (GO)

Coletivo teatral que desenvolve peças, intervenções urbanas e projetos de formação em artes cênicas. Trabalha com temas sociais e atua em escolas, praças e centros culturais, promovendo o acesso democrático ao teatro.



Companhia Brasileira de Capoeira Regional e Artes Marciais

Aparecida de Goiânia (GO)

Grupo dedicado à difusão da capoeira e de expressões afro-brasileiras, unindo prática corporal, musicalidade e tradição oral. Atua com aulas, apresentações e formação de jovens por meio da cultura afro.



Associação Comunitária Vila Alzira

Aparecida de Goiânia (GO)

Entidade local que realiza atividades educativas, culturais e de fortalecimento comunitário no bairro Vila Alzira. Organiza eventos de música, dança e oficinas de geração de renda com foco em participação popular.

Tabela 03: Quadro de Comunidades Culturais na proximidade do Parque Amazônia. Fonte: Ministério da Cultura

A leitura integrada desses dados reforça a necessidade de um centro cultural multifuncional, capaz de atender desde crianças e jovens — que requerem espaços lúdicos e de expressão — até idosos, que demandam conforto, acessibilidade e áreas de convivência. Assim, o projeto

arquitetônico pode se orientar por esse diagnóstico empírico, alinhando-se às diretrizes de inclusão e enraizamento comunitário apontadas pelos autores referenciados.

05 Diretrizes Projetuais

5.1 Biomimética na Arquitetura

A biomimética aplicada à arquitetura representa uma abordagem inovadora que busca inspiração nos sistemas naturais para resolver problemas projetuais e construtivos. Mais do que replicar formas da natureza, a biomimética propõe incorporar seus princípios de funcionamento, eficiência energética, adaptação ambiental e otimização estrutural, contribuindo para a criação de espaços mais sustentáveis e resilientes.

Segundo Pawlyn (2011), a arquitetura biomimética não deve se restringir à estética orgânica, mas sim adotar os processos ecológicos como matriz de concepção. Em projetos como o Eden Project (Figura 25), no Reino Unido, Pawlyn demonstra como estruturas geodésicas inspiradas em células vegetais permitem criar ambientes internos auto-regulados em termos de temperatura e umidade, promovendo o uso eficiente dos recursos naturais e minimizando impactos ambientais.



Figura 25: Domo Geodésico, estufa em The Eden Project
Fonte: Site oficial Eden Project

Zhao (2017) amplia essa perspectiva ao destacar que a biomimética também pode atuar no nível da materialidade e dos sistemas construtivos. Estudando o comportamento de superfícies naturais, como a pele de animais do deserto, pesquisadores desenvolveram materiais ar-

quitetônicos inteligentes capazes de otimizar a ventilação e reduzir a absorção térmica, soluções de alta relevância para climas tropicais como o de Goiânia.

Para Vincent (2006), a biomimética propõe uma mudança de paradigma no design: de uma visão mecanicista e fragmentada para uma visão sistêmica e integradora, onde forma, função e meio ambiente se entrelaçam. Esse enfoque sistêmico é particularmente valioso na concepção de centros culturais, cuja proposta deve aliar questões estéticas, funcionais e sociais a princípios de sustentabilidade ambiental.

Diante das contribuições de Pawlyn, Zhao e Vincent, entende-se que a biomimética na arquitetura é uma estratégia poderosa para construir espaços mais eficientes, simbióticos e conectados ao meio ambiente. Incorporar esses princípios ao projeto do centro cultural proposto significa não apenas inovar formalmente, mas também propor soluções que respeitem o clima local, otimizem recursos naturais e inspirem uma nova relação entre espaço construído e natureza.

5.2 Arquitetura Paramétrica

A arquitetura paramétrica representa uma abordagem projetual baseada em sistemas computacionais que permitem a manipulação de parâmetros e regras geométricas para gerar formas complexas, adaptáveis e integradas ao contexto como pode ser exemplificado e visto na Figura 26. Essa metodologia tem revolucionado a prática arquitetônica ao possibilitar o desenvolvimento de soluções formalmente sofisticadas e ambientalmente inteligentes.

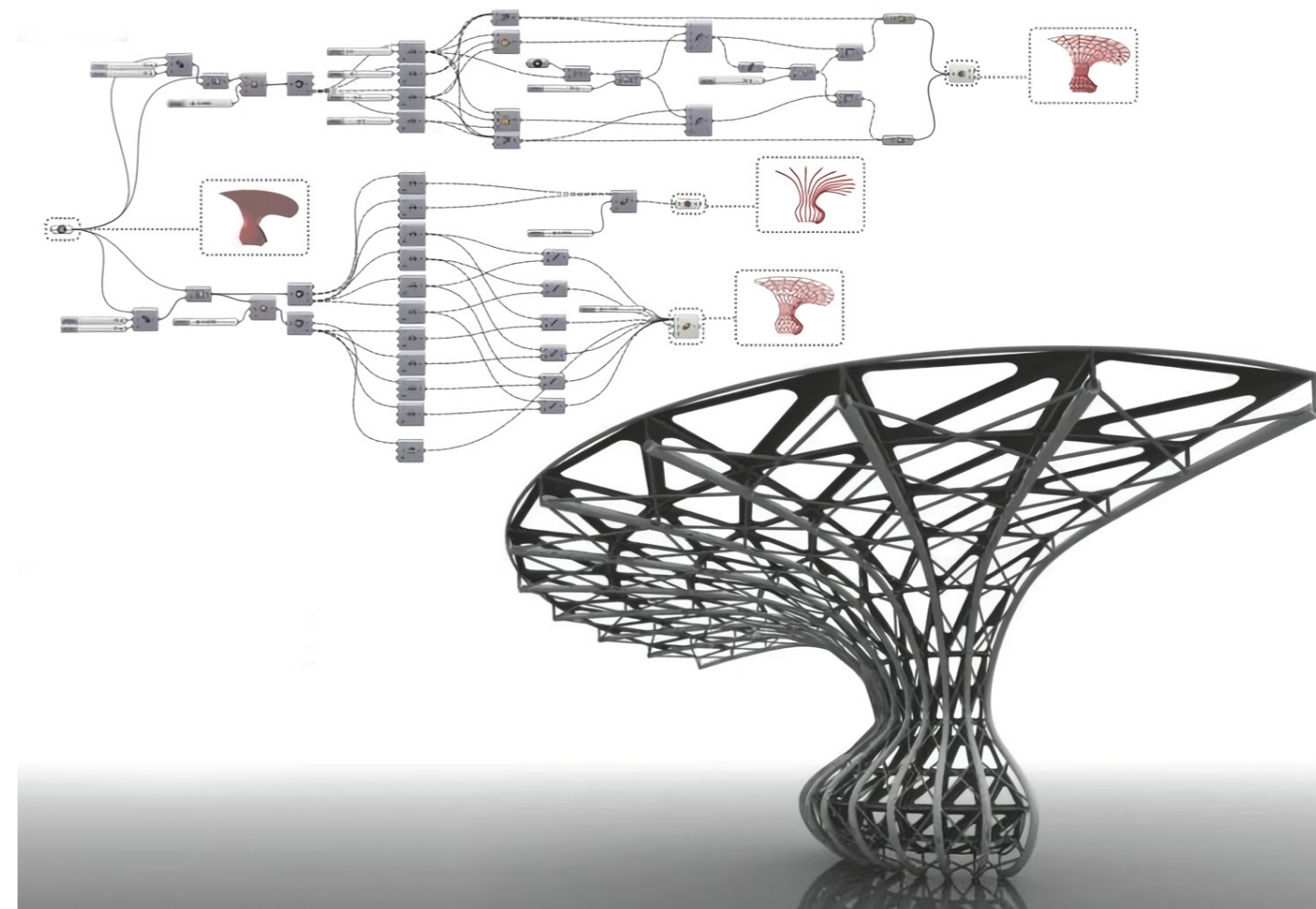


Figura 26: Diagrama de Nodes do Software Grasshopper utilizando de parâmetros para gerar estrutura arquitetônica
Fonte: Rodrigo Ruiz, 2014

Segundo Patrik Schumacher (2009), principal teórico do parametricismo, essa linguagem representa uma nova ordem estilística na arquitetura, marcada pela fluidez, continuidade e diferenciação sistemática. Para ele, a arquitetura paramétrica responde aos desafios contemporâneos de complexidade urbana e diversidade social com soluções altamente adaptáveis e responsivas.

Kolarevic (2003) complementa essa ideia ao destacar que os avanços em design computacional, fabricação digital e simulações ambientais permitem que arquitetos explorem formas não convencionais baseadas em desempenho e eficiência. Isso torna possível conceber edifícios que se ajustam ao clima, à iluminação e às necessidades programáticas com alta precisão e controle.

Reiser e Umemoto (2006) defendem que o paramétrico não é apenas uma questão de estética, mas uma mudança epistemológica na arquitetura, permitindo pensar o edifício como um sistema dinâmico. Essa visão é especialmente produtiva quando associada à biomimética, pois permite traduzir processos naturais em estratégias arquitetônicas inovadoras.

Diante dessas contribuições, pode-se afirmar que a arquitetura paramétrica não se limita ao formalismo digital, mas representa uma ferramenta poderosa de projeto integrada a princípios ambientais, funcionais e sociais. No contexto do centro cultural proposto, ela oferece a possibilidade de criar formas que dialogam com o entorno e respondem às exigências climáticas e simbólicas da comunidade.

5.3 Bioclimatismo

O bioclimatismo é uma abordagem arquitetônica que considera as condições climáticas locais como fundamento para a concepção dos espaços construídos, buscando promover conforto térmico, eficiência energética e harmonia com o meio ambiente (Figura 27). Essa estratégia é especialmente relevante em regiões tropicais como Goiânia, onde o controle passivo do clima pode ser alcançado com soluções simples e eficazes.

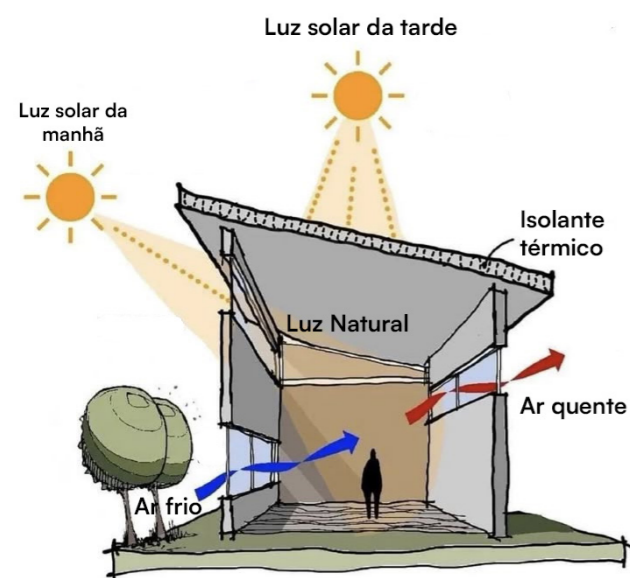


Figura 27: Diagrama Bioclimático
Fonte: 07Sketches, Modificado pelo autor

De acordo com Givoni (1998), o projeto bioclimático se baseia na análise detalhada de variáveis como radiação solar, temperatura, umidade e ventilação. A partir disso, define-se a orientação das edificações, os materiais utilizados, os sistemas de sombreamento e a ventilação natural, com o objetivo de reduzir ou eliminar a necessidade de sistemas mecânicos de climatização.

Szokolay (2008) reforça essa perspectiva ao destacar que a arquitetura deve atuar como mediadora entre o ambiente externo e o conforto interno. O autor propõe uma série de estratégias de projeto

— como o uso de pátios, brises, coberturas ventiladas e massa térmica — que se adaptam às diferentes zonas climáticas e maximizam o desempenho ambiental dos edifícios.

Baruch Givoni e Yannas (2006) argumentam que o bioclimatismo é mais do que uma técnica: é uma postura ética e ecológica frente ao projeto. Eles mostram, em seus estudos, como projetos vernaculares ao redor do mundo já incorporam soluções bioclimáticas há séculos, e como a arquitetura contemporânea pode reaprender com esses modelos, adaptando-os às exigências urbanas atuais.

Com base nas reflexões de Givoni, Szokolay e Yannas, entende-se que o bioclimatismo oferece fundamentos sólidos para a criação de espaços confortáveis, sustentáveis e contextualizados. No projeto do centro cultural, a adoção dessa abordagem permite aliar baixo consumo energético com qualidade ambiental, contribuindo para um espaço acolhedor, eficiente e exemplar do ponto de vista ecológico.

5.4 Acessibilidade Universal

A acessibilidade universal é um princípio fundamental para a construção de espaços arquitetônicos inclusivos, garantindo que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas, possam usufruir de forma autônoma e segura dos ambientes construídos, como pode ser visto nos exemplos da Figura 28. Ela não diz respeito apenas ao cumprimento de normas, mas à afirmação do direito à cidade e à cultura para todos.

Segundo Campanili (2007), a aces-

sibilidade deve ser compreendida de forma ampliada, envolvendo desde os elementos arquitetônicos até a inserção urbana e o acesso à informação. Ela destaca que eliminar barreiras físicas é apenas o primeiro passo; é preciso também criar espaços que promovam a autonomia, a orientação e o conforto para todos os públicos, incluindo idosos, crianças, gestantes e pessoas com deficiência.

Gehl (2013), ao tratar da escala humana no planejamento urbano, ressalta que cidades verdadeiramente acessíveis são aquelas que priorizam o pedestre, o convívio social e a legibilidade dos espaços. Para ele, acessibilidade é também criar ambientes legíveis, seguros e atraentes, nos quais a diversidade de corpos e modos de vida seja respeitada.

A NBR 9050 (ABNT, 2020) sistematiza os critérios técnicos para a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Ela estabelece diretrizes para dimensionamento de rampas, corrimãos, sanitários acessíveis, sinalização tátil, visual e sonora, garantindo que os projetos atendam de forma padronizada às demandas de inclusão.

Frente a essas referências, a acessibilidade universal deve ser tratada como um valor central no projeto do centro cultural. Não se trata apenas de seguir uma norma, mas de adotar uma postura ética e democrática, criando um equipamento que valorize a diversidade humana e garanta o pleno acesso à cultura, ao lazer e à convivência urbana.

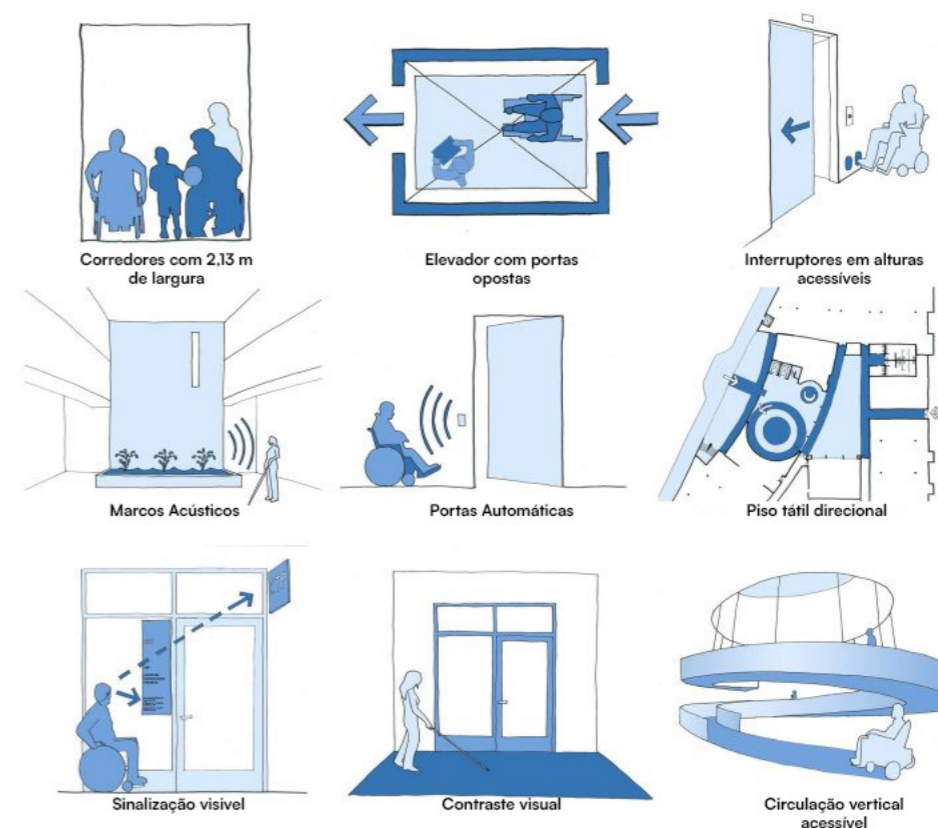
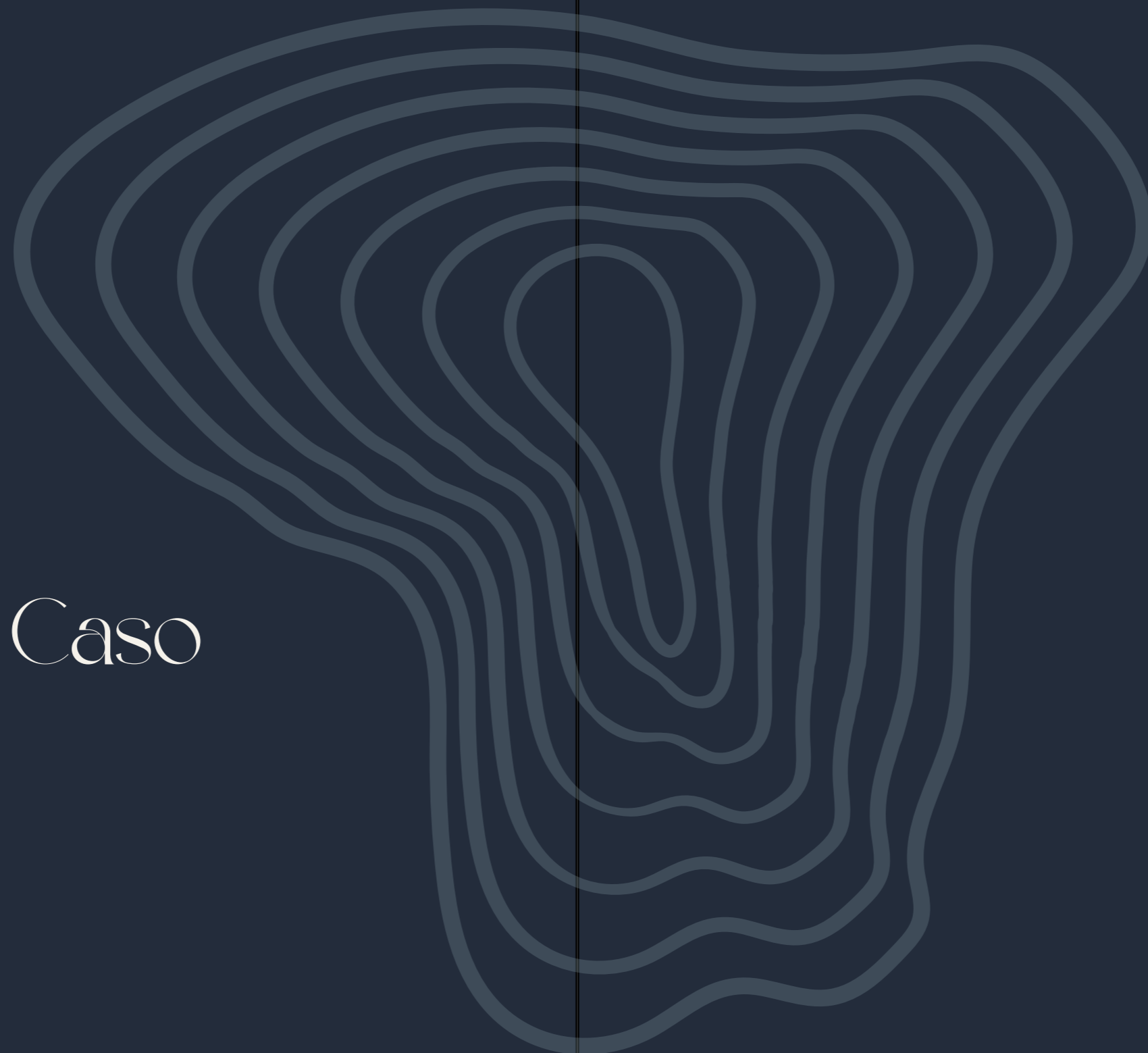


Figura 28: Diagrama de instrumentos de acessibilidade física na arquitetura
Fonte: Je'Nen Chastain, Modificado pelo autor

06

Estudios de Caso





6.1 Centro Cultural Oscar Niemeyer

Localização: Goiânia, Goiás, Brasil

Ano de conclusão: 2006

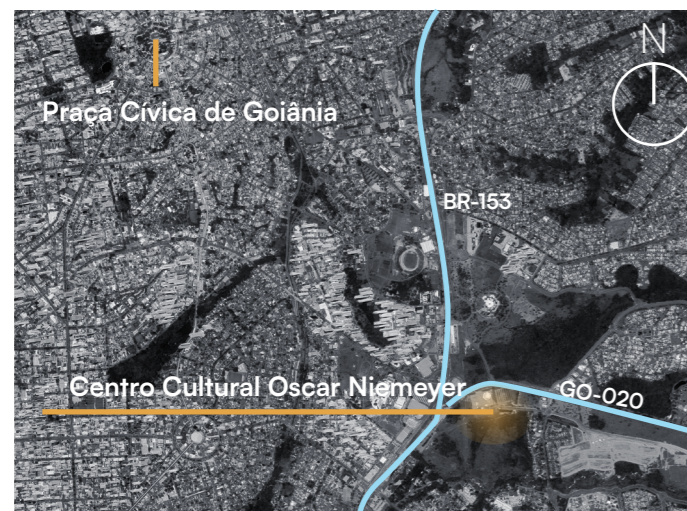
Autor: Oscar Niemeyer

Área construída: Aproximadamente 25.000 m²

Uso predominante: Equipamento cultural público — museu, teatro, biblioteca e espaços expositivos

Soluções aplicadas: Arquitetura modernista, monumentalidade formal, grandes esplanadas

O Centro Cultural Oscar Niemeyer (CCON), situado em Goiânia (GO), é um dos principais equipamentos culturais do estado de Goiás. Inaugurado em 2006 e projetado por Oscar Niemeyer, o complexo abriga diferentes espaços dedicados à cultura e à arte, como o Palácio da Música, o Museu de Arte Contemporânea (MAC), a Biblioteca Estadual e a Esplanada Cultural. Sua implantação em um terreno amplo e aberto, próximo à GO-020, visa oferecer à cidade um conjunto arquitetônico simbólico, com linguagem modernista e caráter monumental.



60 Figura XX:

Figura 28: Centro Cultural Oscar Niemeyer
Fonte: Leonardo Finotti

Do ponto de vista funcional, o CCON oferece diversidade programática, com ambientes voltados a exposições, música, leitura e eventos culturais. As atividades são distribuídas entre os blocos, o que permite usos distintos e especializados. No entanto, essa separação também implica deslocamentos externos entre os edifícios, atravessando áreas abertas que nem sempre favorecem o conforto ambiental ou a permanência prolongada do público.

O partido arquitetônico privilegia a plasticidade das formas e a monumentalidade dos espaços, com largos planos horizontais e a predominância do concreto branco. A linguagem adotada se alinha à tradição modernista brasileira, destacando a obra enquanto marco simbólico e cultural. A organização dos edifícios, no entanto, prioriza eixos visuais e composições formais, mais do que fluxos cotidianos ou relações urbanas diretas com o entorno.

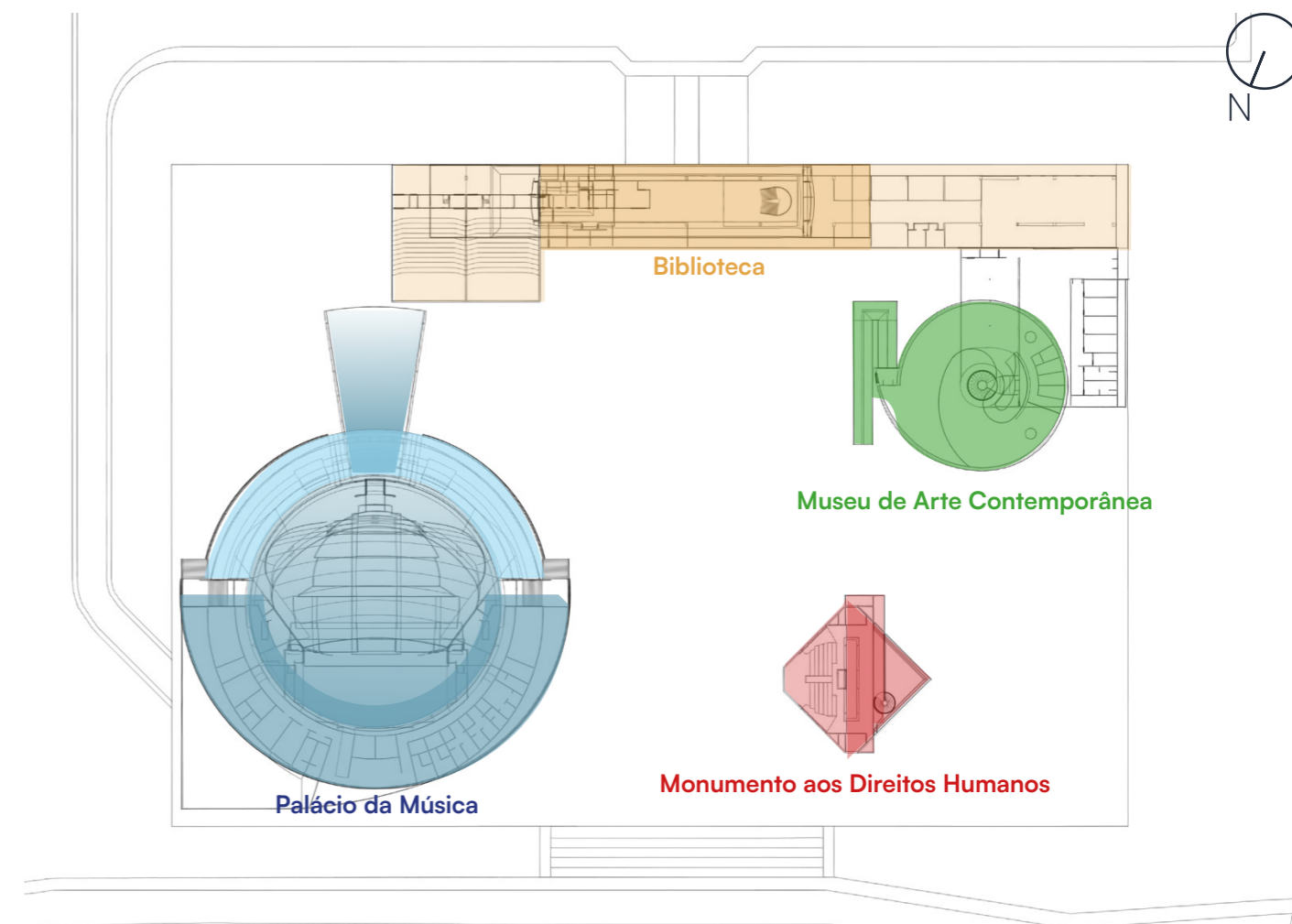


Figura 29: Planta Baixa do Centro Cultural Oscar Niemeyer. Fonte: João Niemeyer

Biblioteca

O edifício da Biblioteca homenageia os escritores Bernardo Élis e J.J. Veiga, além do historiador Paulo Bertran. Com 4.020 m² de área construída, apresenta uma volumetria em forma de caixa de vidro fumê, suspensa sobre pilotis. A edificação é composta por três pavimentos principais, além de subsolo e cobertura. No terraço, encontra-se um restaurante panorâmico com vista aberta para o conjunto arquitetônico e o entorno. Internamente, o prédio abriga espaços de leitura, acervo e auditório com 135 lugares, configurando-se como um espaço voltado tanto ao estudo quanto ao encontro cultural.

Museu de Arte Contemporânea (MAC)

O Museu de Arte Contemporânea (MAC) se destaca pela forma circular suspensa, com cerca de 4.000 m² de área útil e um total de 35 mil m² de área cons-

truída. A estrutura do edifício é apoiada sobre um pilar central, o que permite uma esplanada livre em torno da construção. O acesso ao museu se dá por meio de uma rampa em balanço, que se estende sobre uma solução estrutural expressiva e simbólica. O interior é dividido entre o piso térreo, onde ocorrem as exposições principais, e um mezanino superior. O espaço é projetado para receber mostras temporárias e permanentes de arte contemporânea, funcionando como ponto central da programação cultural do complexo.

Palácio da Música

O Palácio da Música, nomeado em homenagem à pianista Belkiss Spenziere Carneiro de Mendonça, possui aproximadamente 7.000 m² e apresenta uma forma semicircular, característica da linguagem arquitetônica de Oscar Niemeyer. O edifício abriga um teatro com capacidade para

até 1.500 pessoas, incluindo fosso para orquestra e camarotes. O espaço conta com tratamento acústico adequado, visando garantir qualidade sonora e conforto ambiental para artistas e público. A volumetria e a disposição interna seguem o partido funcional de grandes salas de espetáculos, com foco em apresentações musicais e eventos culturais de grande porte.

Monumento aos Direitos Humanos

O conjunto é completado pelo Monumento aos Direitos Humanos, uma estrutura de concreto vermelho em forma de pirâmide com base triangular e altura de 33 metros. Sua presença escultórica e cromática contrasta com os demais edifícios brancos do complexo. O volume funciona como uma espécie de portal simbólico, servindo de entrada para o espaço interno e abrigando o foyer. A proposta do monumento é marcar, de forma simbólica, o compromisso com os valores universais de liberdade, justiça e igualdade, conferindo ao espaço cultural uma dimensão cívica e política.

A disposição dos volumes no terreno, embora valorize a autonomia formal de cada edifício, contribui para a conformação de amplos vazios entre os blocos. Esses espaços, organizados em torno da grande esplanada central, assumem papel multifuncional na dinâmica urbana da cidade. Além de servirem como elementos de valorização visual da monumentalidade arquitetônica, também se tornaram palco de eventos de grande porte, como o “Natal do Bem” e o “Arraiá do Cerrado”, que atraem públicos diversos e ocupam a área com programação cultural temporária. (Figuras 30 e 31).

Fora desses momentos, a esplanada é amplamente utilizada pela população

para lazer informal, com atividades como patinação, skate, ciclismo e passeios em bicicletas alugadas, favorecidas pela presença de comerciantes locais. No entanto, apesar de seu potencial como espaço público de convivência, a área ainda carece de sombreamento adequado, mobiliário urbano e presença vegetal significativa, o que compromete o conforto térmico e ambiental, especialmente nos períodos de maior insolação.

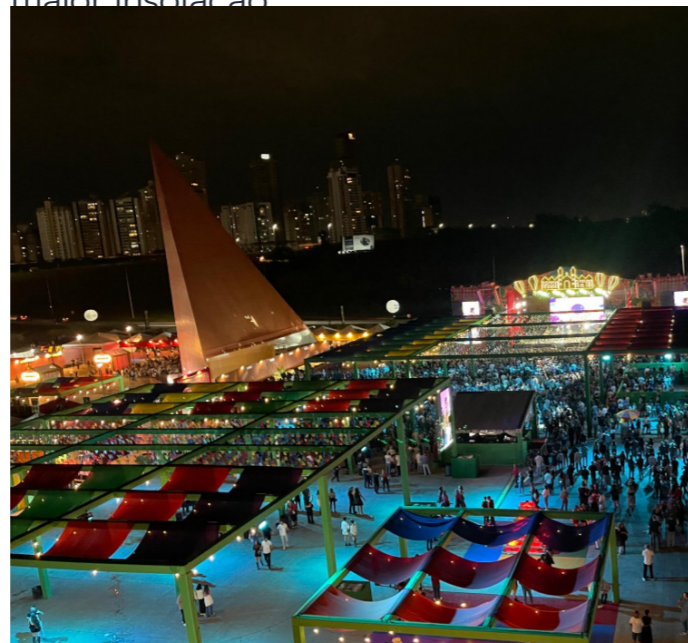


Figura 30: Fotografia publicada no Instagram do Centro Cultural Oscar Niemeyer

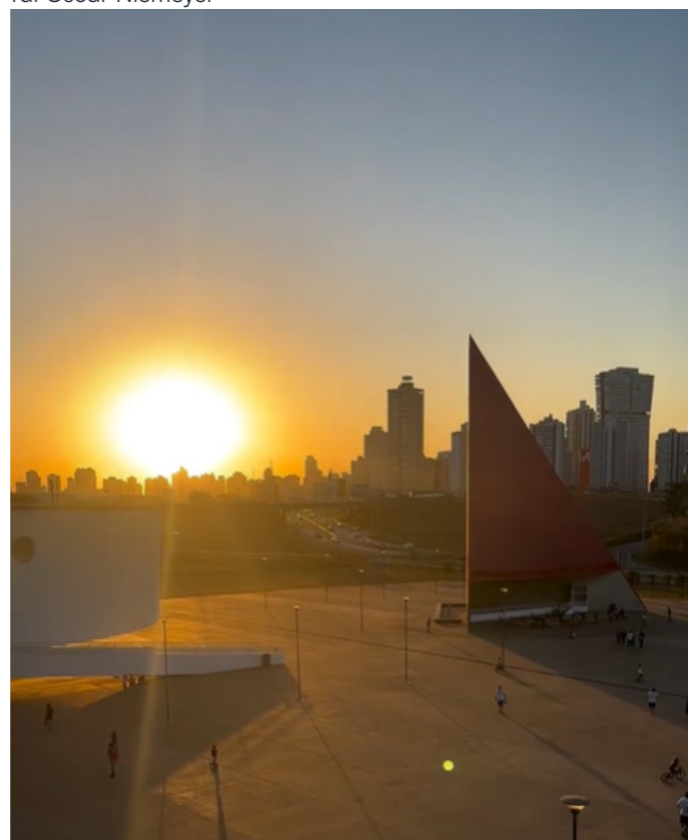


Figura 31: Fotografia publicada no Instagram do Centro Cultural Oscar Niemeyer



6.2 Google Bay View

Localização: Mountain View, Califórnia, EUA

Ano de conclusão: 2022

Autores: BIG — Bjarke Ingels Group e Heatherwick Studio

Área construída: Aproximadamente 111.500 m²

Uso predominante: Sede corporativa com caráter educacional, cultural e comunitário

Soluções aplicadas: Arquitetura paramétrica, biomimética, estratégias sustentáveis, espaços modulares e setorização inteligente

Figura 32: Google Bay View
Fonte: Iwan Baan

O projeto Google Bay View Campus foi desenvolvido com o objetivo de criar um ambiente de trabalho inovador que também funcionasse como um espaço de encontro, cultura e interação comunitária. Trata-se da primeira sede corporativa totalmente projetada e construída pelo próprio Google, e se destaca como uma referência contemporânea de arquitetura avançada aliada à sustentabilidade ambiental. Localizado na Califórnia, o edifício está inserido em um clima quente e seco.

A proposta arquitetônica utiliza amplamente ferramentas de modelagem paramétrica para alcançar formas orgânicas e funcionalmente otimizadas. A cobertura do edifício, com geometria em “asa de dragão”, foi concebida por meio de simulações digitais que analisaram a radiação solar e o desempenho energético, permitindo uma solução formal que articula não somente estética e estrutura mas também eficiência energética, uma vez que cada “escama” é na verdade um painel solar.

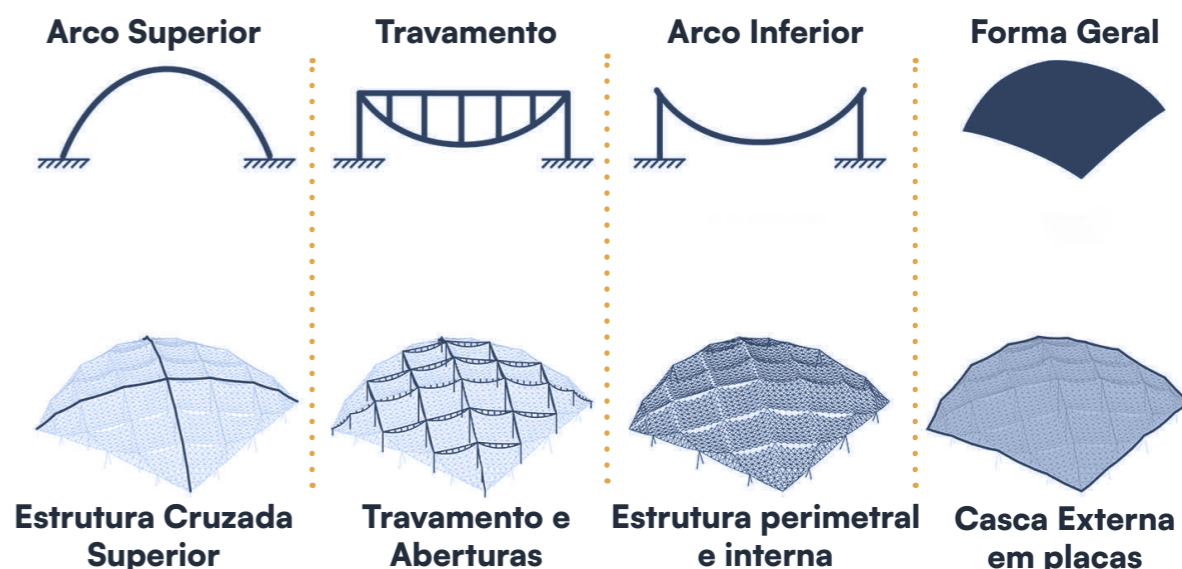


Figura 33: Processo geométrico. Fonte: Heatherwick Studio, Modificado pelo Autor

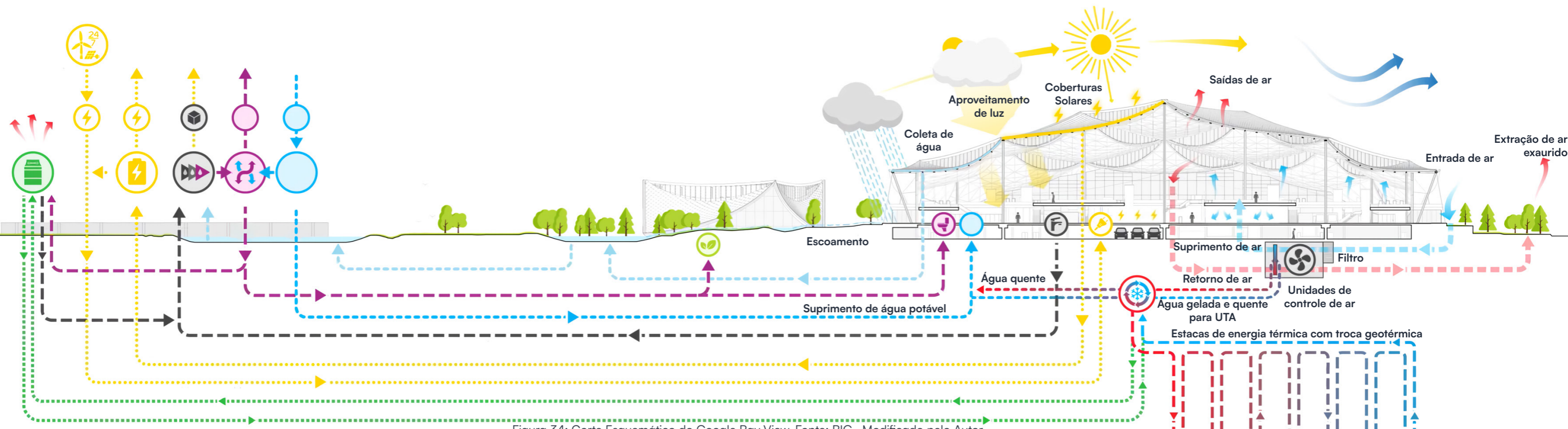


Figura 34: Corte Esquemático do Google Bay View. Fonte: BIG , Modificado pelo Autor

Essa abordagem resulta em um edifício leve, flexível e adaptável, com padrão repetitivo de módulos pré-fabricados, reforçando a lógica de montagem inteligente e racionalizada — algo fundamental para grandes coberturas culturais e multifuncionais.

Inspirado em processos naturais, o edifício incorpora elementos biomiméticos tanto em sua materialidade quanto em seu desempenho ambiental. A cobertura, composta por mais de 50 mil painéis solares com sobreposição semelhante a escamas de répteis (Figura 35), maximiza a captação solar enquanto promove sombreamento e ventilação do envelope.



Figura 35: SunStyle Solar Tile 745 Grey. Fonte: BIG

No interior, o projeto privilegia a ventilação natural cruzada e a iluminação zenital difusa, criando um ambiente confortável e energeticamente eficiente, com menor dependência de sistemas artificiais. (Figura 36)

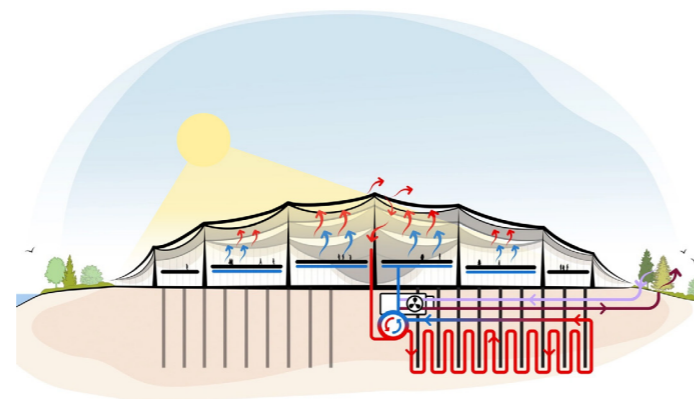


Figura 36: Corte Esquemático do Google Bay View. Fonte: BIG , Modificado pelo Autor

O campus também estabelece uma relação cuidadosa com o terreno. Sua implantação valoriza a paisagem natural local e propõe transições suaves entre os ambientes internos e externos. Percursos fluidos, espaços abertos ao público e áreas de convívio coletivo reforçam o caráter comunitário da proposta.

O campus Google Bay View é um exemplo avançado de arquitetura sustentável, combinando soluções tecnológicas com respeito ao meio ambiente, como pode ser visto no corte esquemático bioclimático e energético do edifício na Figura 34

Funciona totalmente com energia elétrica e conta com cerca de 50.000 painéis solares em formato de escama de dragão, capazes de gerar quase 7 megawatts de energia, suprimindo aproximadamente 40% da demanda energética do edifício. Em conjunto com parques eólicos próximos, isso permite que o prédio opere com energia livre de carbono em 90% do tempo.

Além disso, o sistema geotérmico subterrâneo reduz em cerca de 50% as emissões de carbono e economiza 90% da água usada para resfriamento. O campus ainda reutiliza toda a água não potável, incluindo águas pluviais e residuais, em sistemas de irrigação, descarga de sanitários e torres de resfriamento, o que re-

presenta uma economia anual de aproximadamente 18,9 milhões de litros de água. Como parte do compromisso ambiental da empresa, o campus busca repor 120% da água que consome até 2030.

Em reconhecimento a essas iniciativas, o edifício visa alcançar a certificação LEED-NC v4 Platinum, além da certificação LBC Water Petal, uma das mais rigorosas do mundo em reutilização de água.

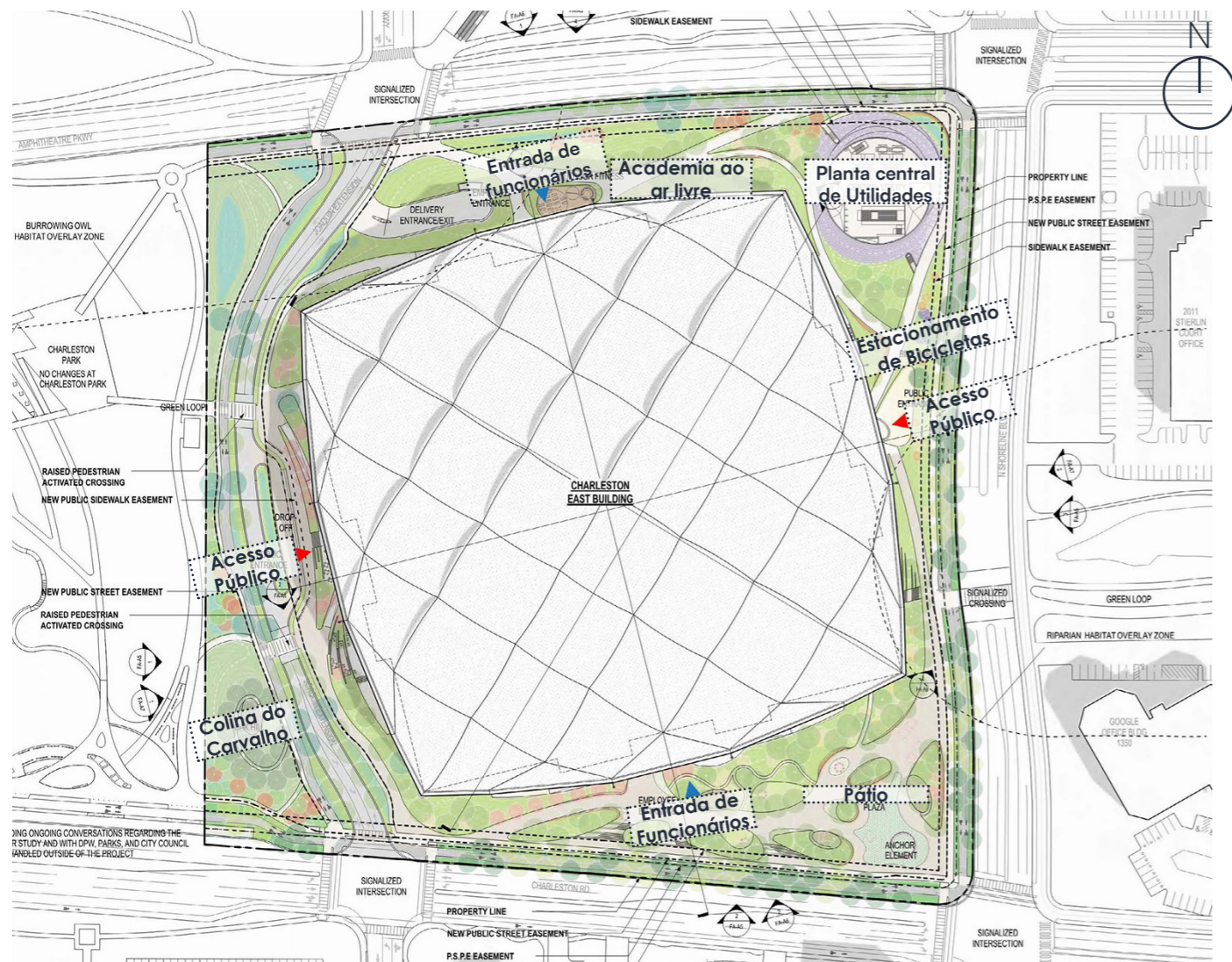


Figura 37: Implantação do Google Bay View. Fonte: BIG , Modificado pelo Autor

Como pode ser visto na Figura 37 da Implantação do edifício, possuindo fachadas voltadas para os quatro pontos cardeais, o edifício organiza seus acessos conforme o perfil dos usuários: funcionários entram preferencialmente pelas faces norte e sul, enquanto o público geral acessa pelas entradas leste e oeste. Ao redor da edificação, encontram-se pátios, caminhos e

áreas de convivência, que facilitam o fluxo e oferecem espaços de permanência. Próximo às entradas, estão localizadas zonas de embarque e desembarque, além de acessos técnicos para carga e descarga, garantindo o funcionamento eficiente sem interferir nos fluxos principais.

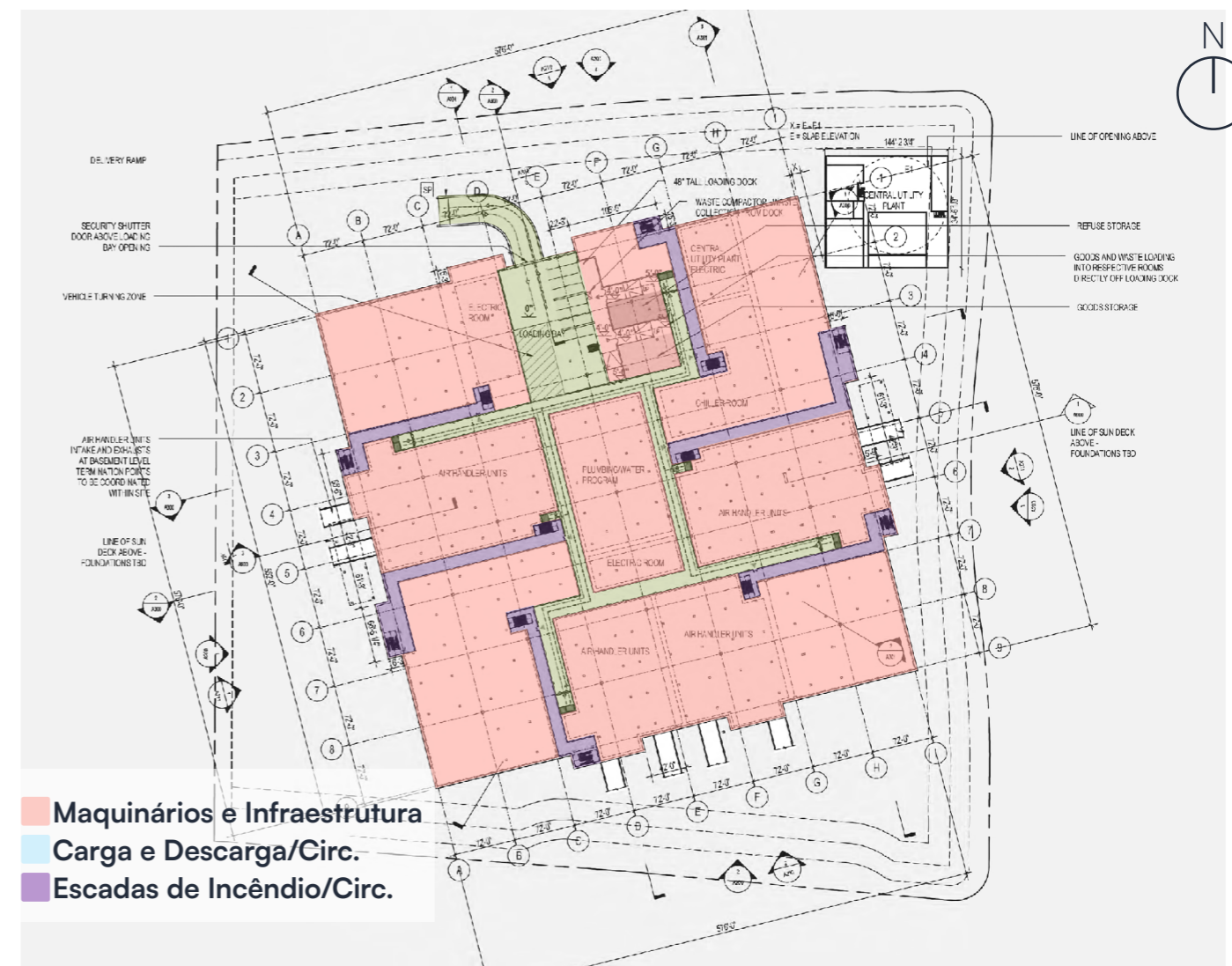


Figura 38: Planta Subsolo do Google Bay View. Fonte: BIG , Modificado pelo Autor

O subsolo abriga toda a infraestrutura operacional do edifício. Como é possível ver na figura 38, no subsolo é onde estão as áreas de carga e descarga, sistemas de bombeamento, centrais de ar e salas técnicas, organizadas de modo funcional e isoladas do uso cotidiano. Essa separação

assegura a fluidez das operações sem comprometer a experiência dos usuários nos pavimentos superiores. (Figura 39),

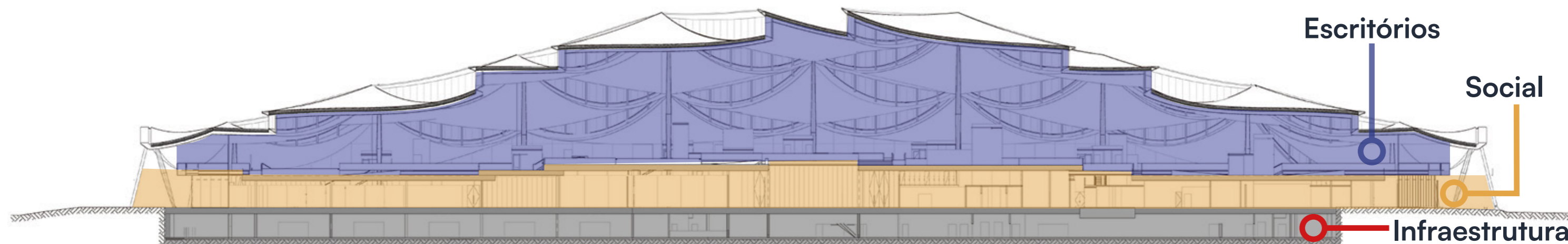


Figura 39: Corte Esquemático do Google Bay View. Fonte: BIG , Modificado pelo Autor

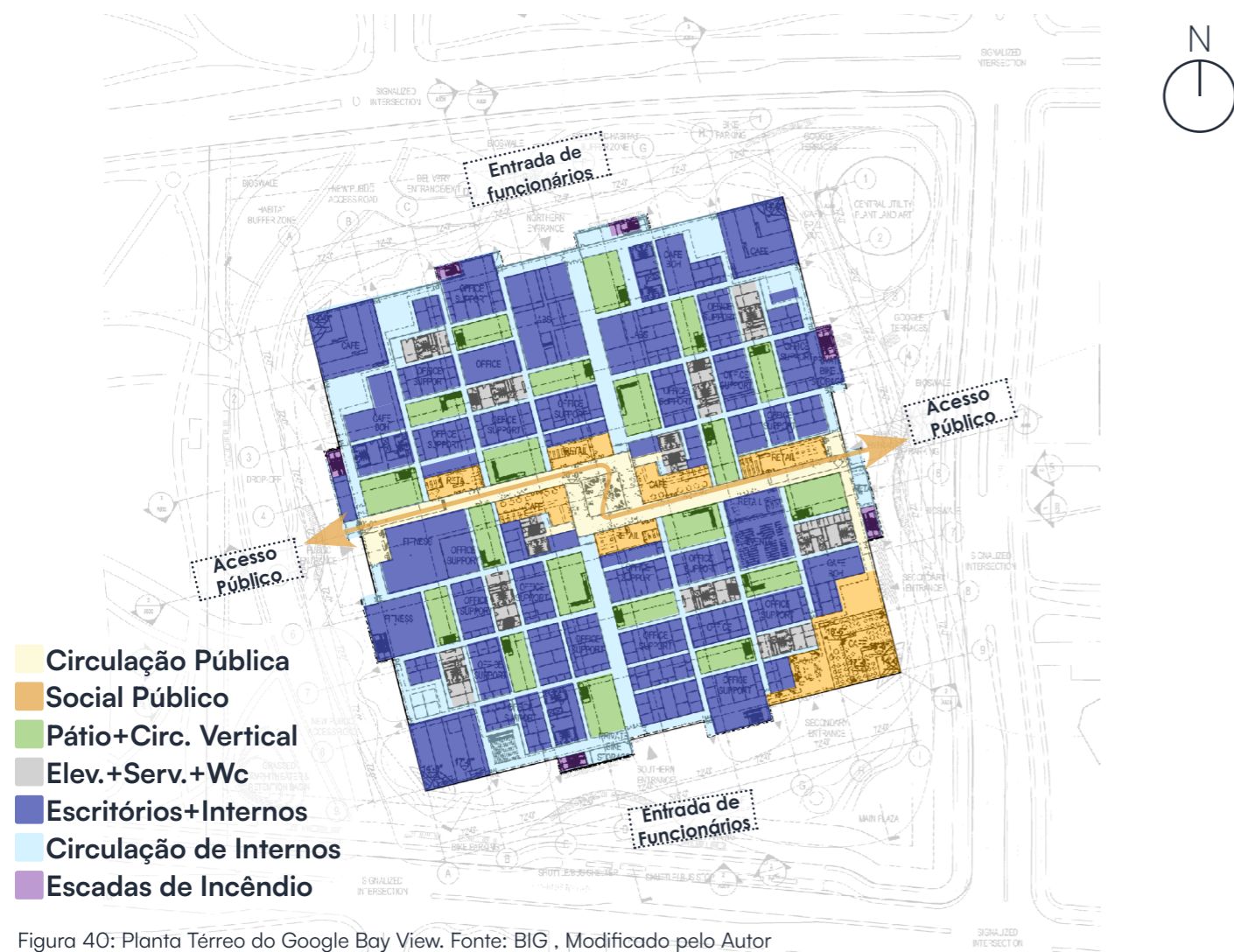


Figura 40: Planta Térreo do Google Bay View. Fonte: BIG, Modificado pelo Autor

O térreo (Figura 40) é o pavimento que simboliza a transição entre o público e o privado, com um eixo central leste-oeste que permanece aberto à comunidade durante o horário de funcionamento. Este eixo abriga uma variedade de usos como lojas, cafeterias, livrarias e pequenos comércios, tornando-se um boulevard interno vibrante e de convivência espontânea. Nas extremidades norte e sul, os espaços tornam-se progressivamente mais restritos, sendo destinados exclusivamente a funcionários e credenciados do instituto. Há ambientes de uso flexível posicionados estrategicamente próximos ao eixo público, como auditórios, salas de eventos, salas de treinamento e espaços expositivos, que podem ser compartilhados com a comunidade ou reservados para atividades internas.

À medida que se avança para áreas mais internas, surgem os setores de suporte administrativo, como salas de descanso, jogos, convivência, departamentos de apoio ao escritório e ambientes administrativos diversos.

A circulação vertical é tratada como elemento arquitetônico expressivo, com pátios internos que proporcionam iluminação natural e ventilação cruzada, além de escadas com diferentes desenhos e funções: escadas curvas que conduzem a espaços de transição, escadas com pontos de permanência e encontro, escadas com biblioteca integrada, e estruturas anguladas que se tornam espaços de pausa e leitura. A verticalidade aqui não é apenas funcional, mas uma extensão da experiência espacial do térreo.

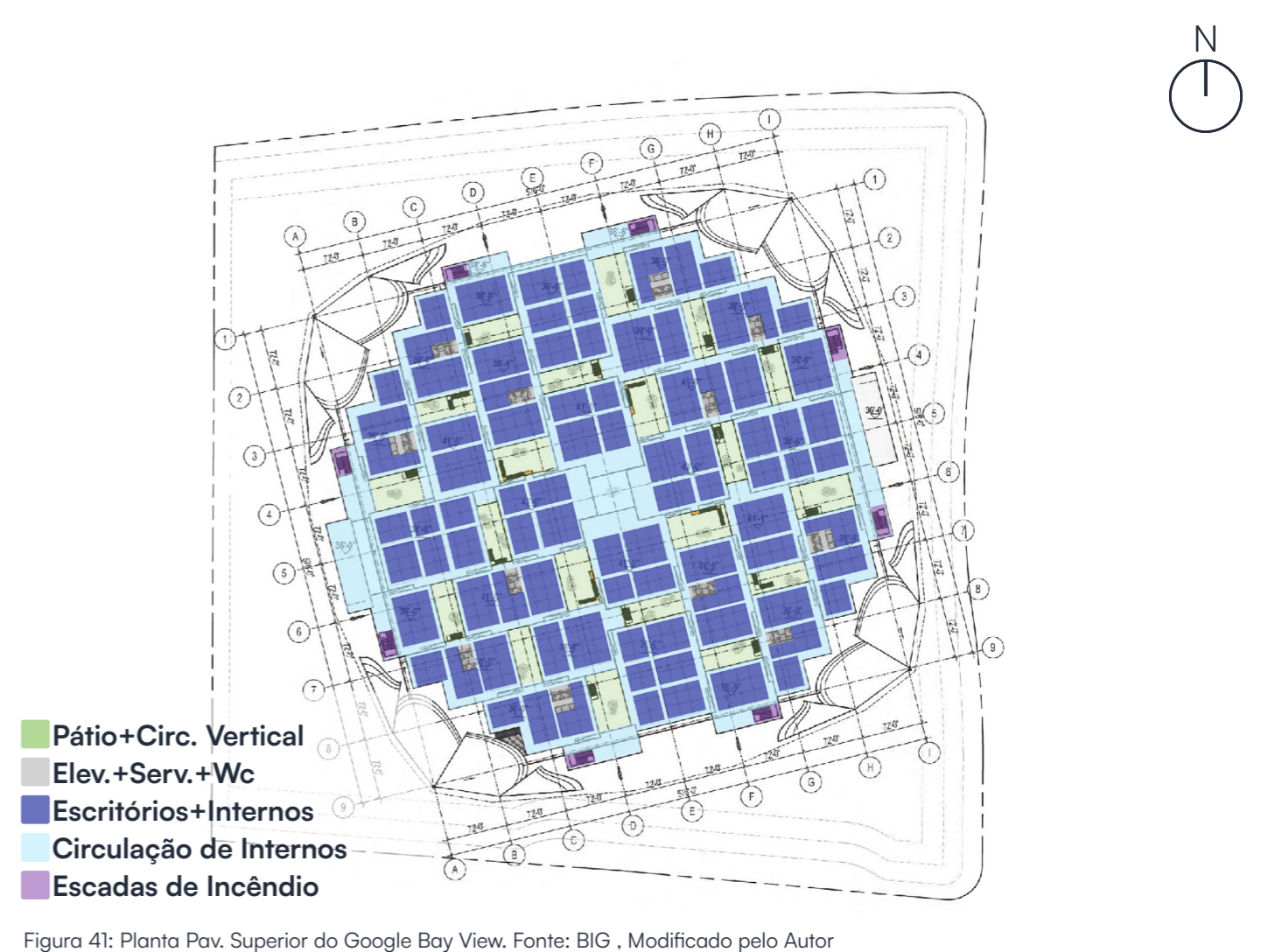


Figura 41: Planta Pav. Superior do Google Bay View. Fonte: BIG, Modificado pelo Autor

O pavimento superior (Figura 41) foi concebido como uma plataforma modular e flexível de criação, voltada essencialmente para os profissionais internos. Funciona como uma grande oficina criativa, na qual cada grupo ou equipe pode adaptar o espaço conforme suas dinâmicas de trabalho.

Desde a organização das mesas e mobiliário até a formação de “vizinhanças” colaborativas, tudo é configurável. Essas vizinhanças representam agrupamentos de mini-escritórios ou células de trabalho que podem se isolar das áreas mais agitadas para concentração ou se posicionar em pontos estratégicos de circulação para favorecer a troca entre equipes. Essa flexibilidade espacial é reforçada pela presença de elementos móveis como biombos, jardins internos e estações de apoio.

O andar superior é um ambiente contínuo, livre de compartimentações rígidas, favorecendo a transparência visual, a entrada de luz natural e a integração entre os usuários, criando um espaço inovador e adaptável às necessidades de uma instituição em constante evolução.

Este projeto em muito inspirou o Limmiar no quesito de organização espacial dentro de uma forma não-convencional, além de toda preocupação ambiental e energética do edifício



Figura 42: Museu do Amanhã
Fonte: Bernard Lessa

6.3 Museu do Amanhã

Localização: Rio de Janeiro, Brasil

Ano de conclusão: 2015

Autor: Santiago Calatrava

Área construída: Aproximadamente 15.000 m²

Uso predominante: Museu de ciências e cultura, com ênfase em sustentabilidade e educação pública

Soluções aplicadas: Biomimética, estratégias bioclimáticas, tecnologia responsiva

O Museu do Amanhã é um dos mais emblemáticos exemplos da arquitetura contemporânea brasileira voltada à ciência, sustentabilidade e inovação cultural. Implantado no Pier Mauá (Figura 43), zona portuária do Rio de Janeiro, integra o programa de requalificação urbana da região, funcionando como íco-

ne de transformação social, cultural e ambiental. O projeto foi idealizado como um museu de novas ideias, questionando os caminhos da humanidade a partir das relações entre sociedade e natureza. Sua linguagem formal, dinâmica e futurista, expressa essa proposta por meio de uma arquitetura que convida à reflexão.

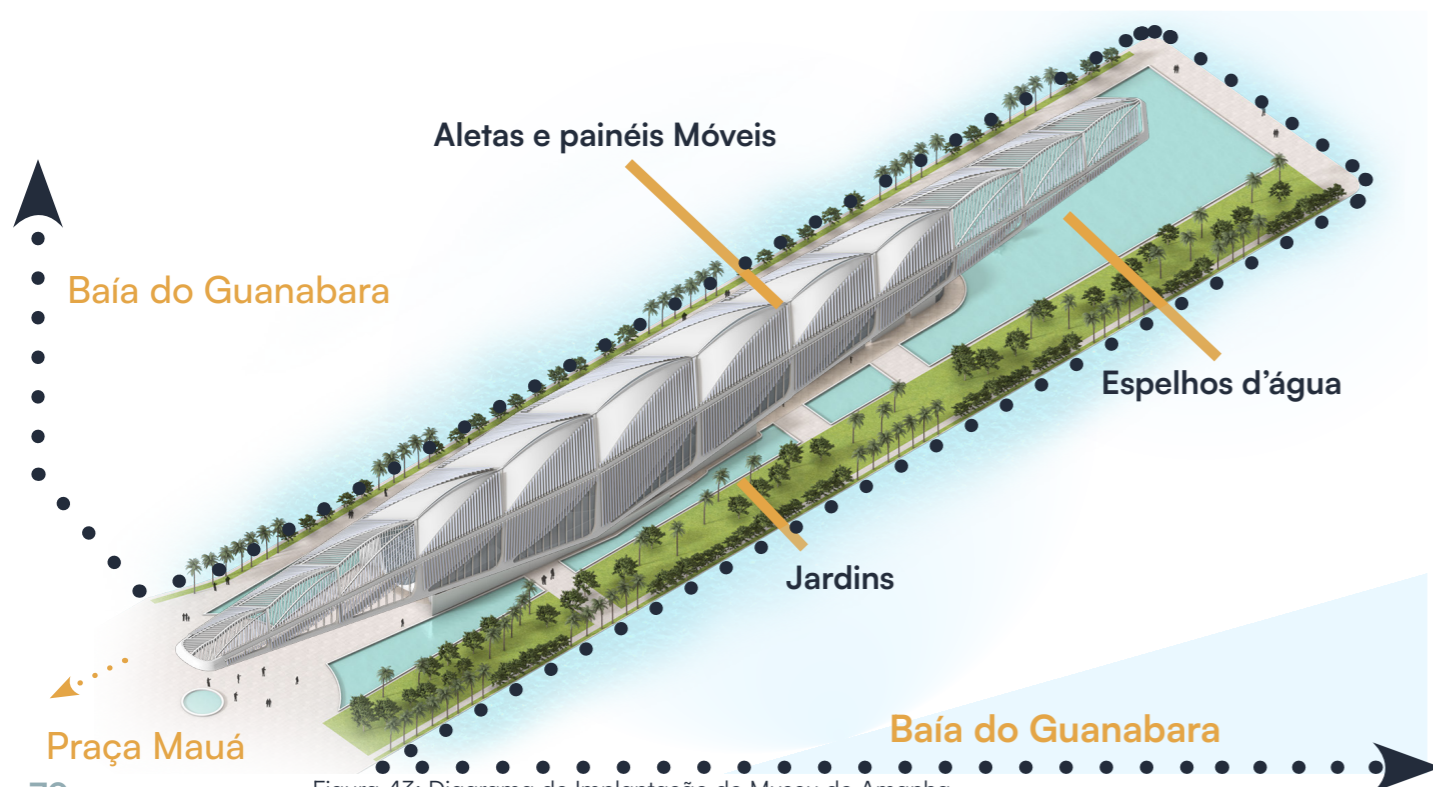


Figura 43: Diagrama de Implantação do Museu do Amanhã.
Fonte: Fruto a beira mar, Globo. Modificado pelo autor

A obra se destaca pela forte inspiração biomimética, expressa principalmente em sua cobertura orgânica e em constante movimento, inspirada na estrutura das bromélias e de organismos marinhos. Segundo o artigo técnico da Célere Engenharia, o edifício é composto por duas grandes estruturas laterais fixas e uma cobertura móvel com painéis que se ajustam ao movimento do sol.



Figura 44: Tilandsia Cyanea
Fonte: Pixabay

Esse sistema (Figuras 45 e 48) possibilita o sombreamento e a ventilação natural do edifício, além de criar uma imagem simbólica de organismo vivo. Essa solução foi projetada com apoio de simulações digitais paramétricas que integraram arquitetura e engenharia para maximizar o desempenho ambiental.



Figura 45: Diagrama de funcionamento das haletas
Fonte: Fruto a beira mar, Globo. Modificado pelo autor

As estratégias sustentáveis vão além da forma: o museu possui painéis solares em parte da cobertura (Figura 48), sistema de captação e reuso de águas pluviais uso de espelhos d'água para resfriamento passivo e sistemas de ventilação cruzada. (Figura 46), Os dados de operação da Célere indicam que esses recursos resultaram em uma significativa economia energética e hídrica, tornando o Museu do Amanhã um exemplo de edificação de baixo impacto ambiental.

A implantação valoriza a paisagem urbana e natural da Baía de Guanabara, criando uma forte conexão entre arquitetura, mar e cidade. O edifício parece flutuar sobre o espelho d'água que o circunda, ampliando sua presença simbólica e climática. O projeto prevê uma ampla esplanada pública que serve como zona de transição entre a cidade e o museu. (Figura 43)

Em relação à organização espacial, o museu adota uma setorização linear (Figura 46 e 49), com um percurso narrativo que conduz o visitante por uma sequência de espaços imersivos e educativos. Essa jornada começa no térreo com os serviços de apoio (bilheteria, loja, café, sanitários), e evolui por exposições permanentes e temporárias, auditório, áreas experimentais e laboratórios de ideias. O fluxo é contínuo, sem interrupções abruptas, permitindo uma leitura clara da proposta. As áreas técnicas e administrativas são discretamente distribuídas nos fundos e subsolos, garantindo funcionalidade sem interferência na experiência do visitante. Essa setorização favorece a integração entre conhecimento, contemplação e cidadania — diretriz essencial para o desenvolvimento do LIMIAR.

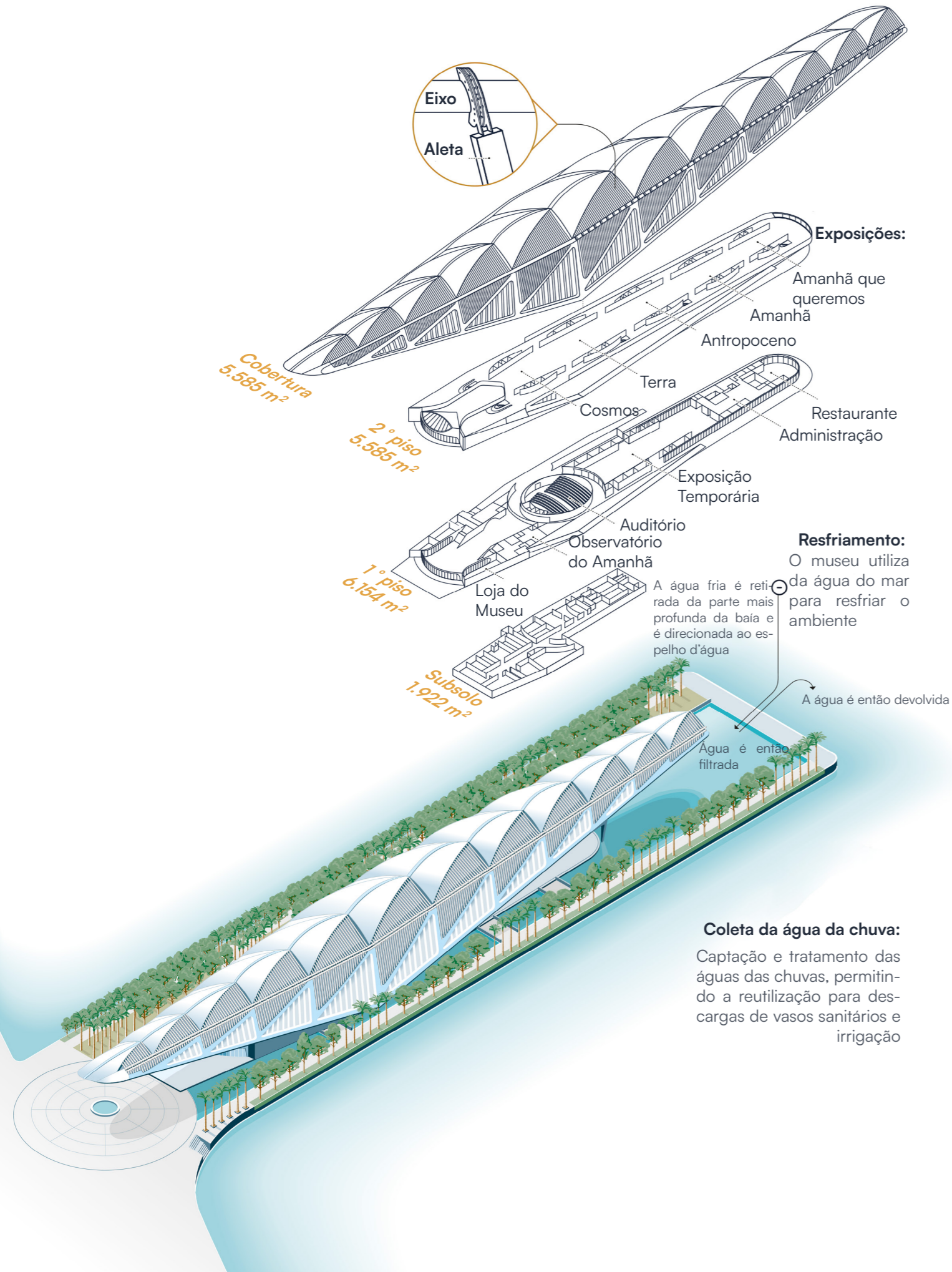


Figura 46: Diagrama esquemático de pavimentos
 Fonte: Fruto a beira mar, Globo. Modificado pelo autor

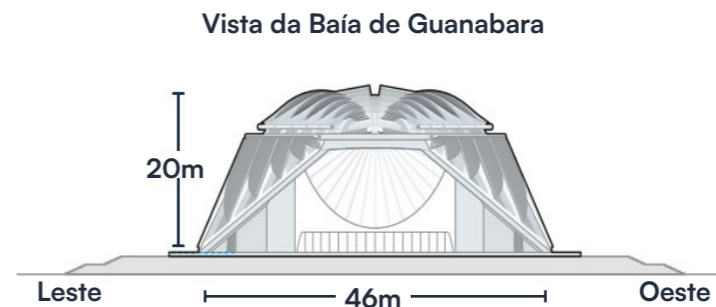


Figura 47: Corte Transversal
 Fonte: Fruto a beira mar, Globo. Modificado pelo autor

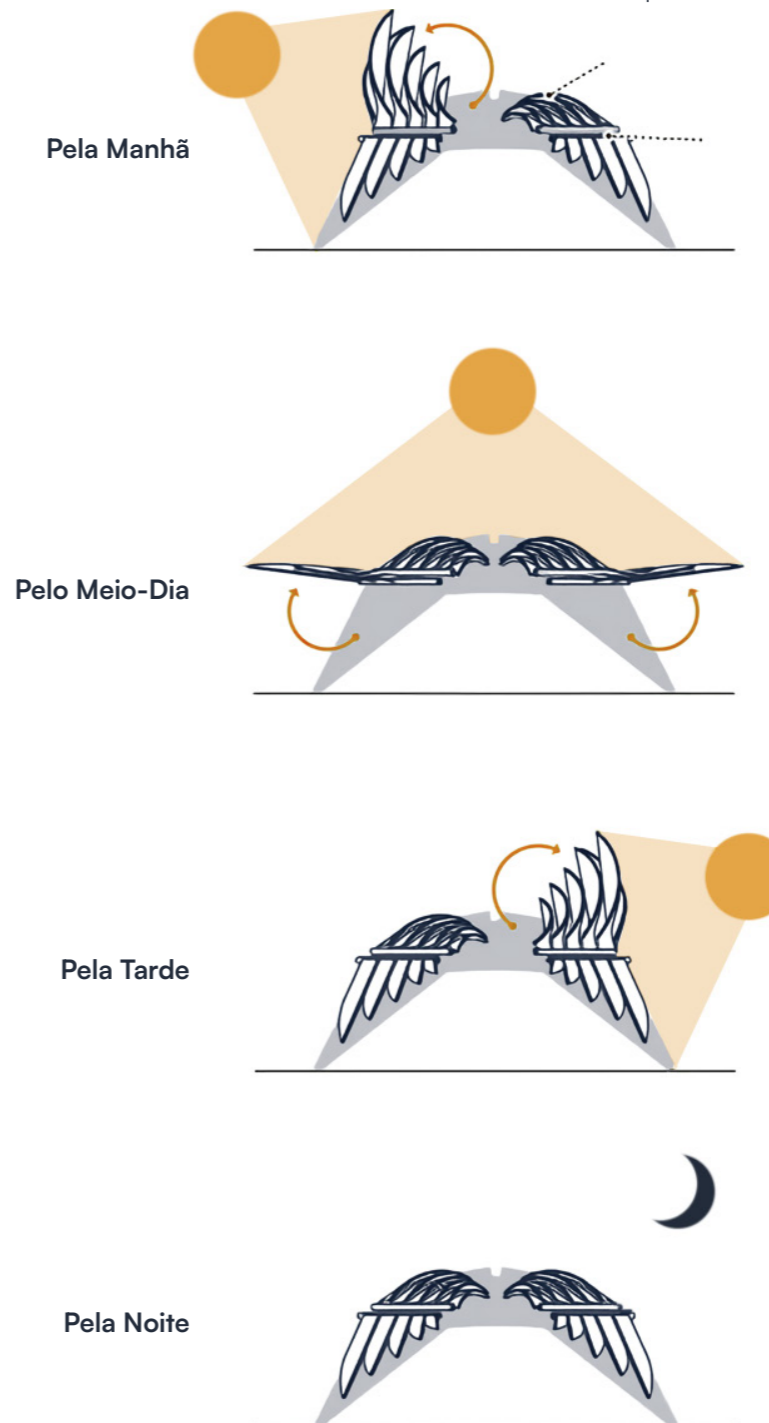


Figura 48: Diagrama de movimentação de painéis solares ao longo do dia
 Fonte: Fruto a beira mar, Globo. Modificado pelo autor

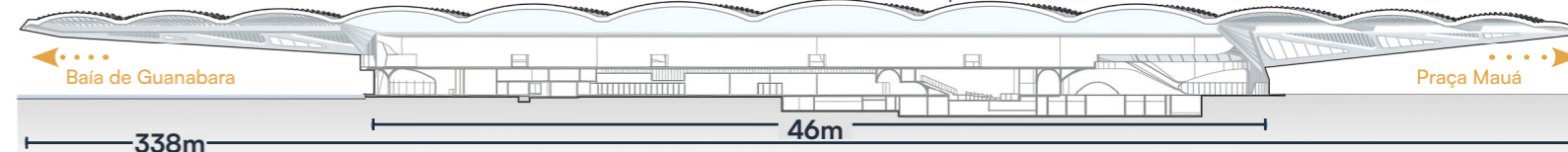
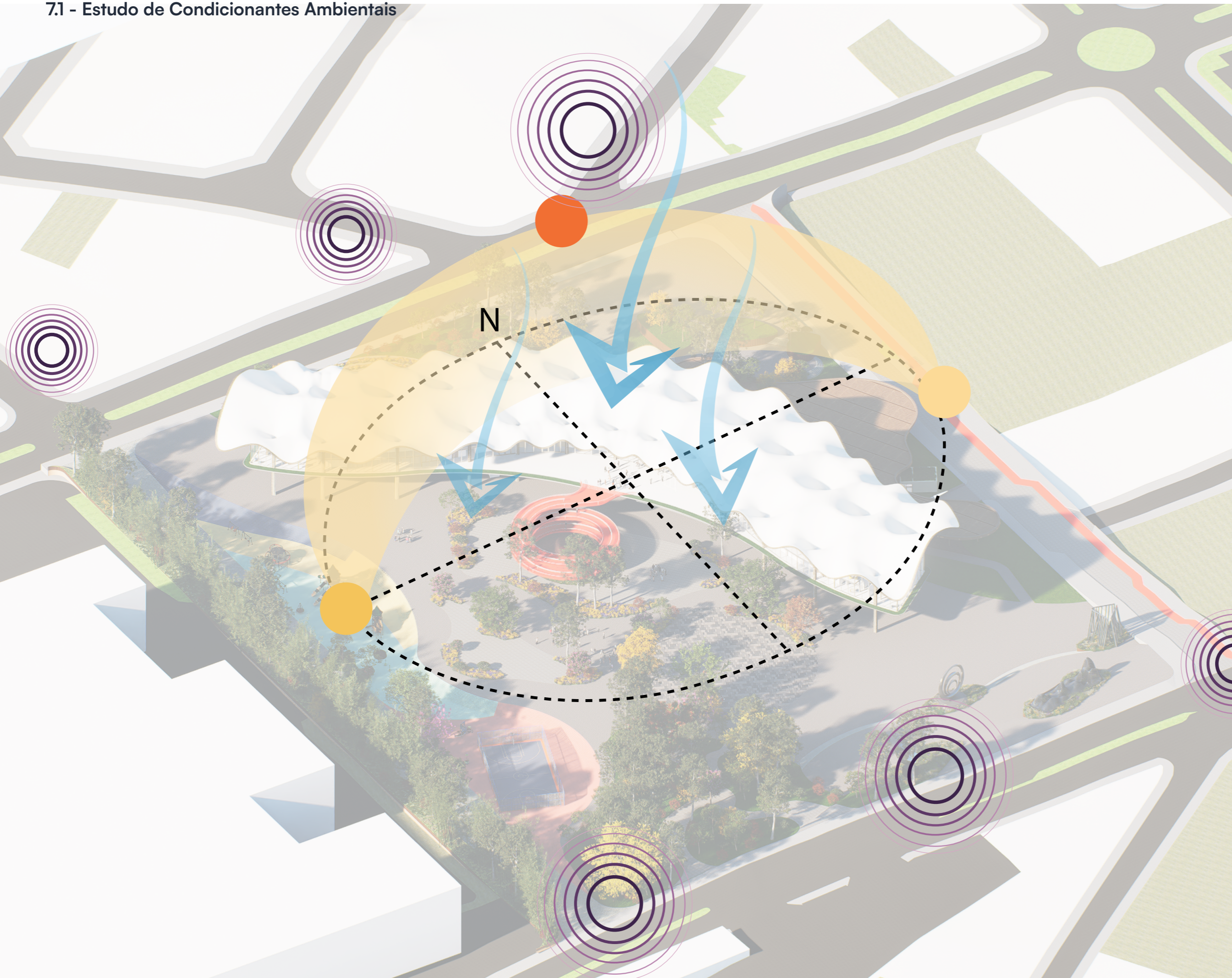


Figura 49: Corte Longitudinal
 Fonte: Fruto a beira mar, Globo. Modificado pelo autor



07

Partido Arquitetônico e
Conceito



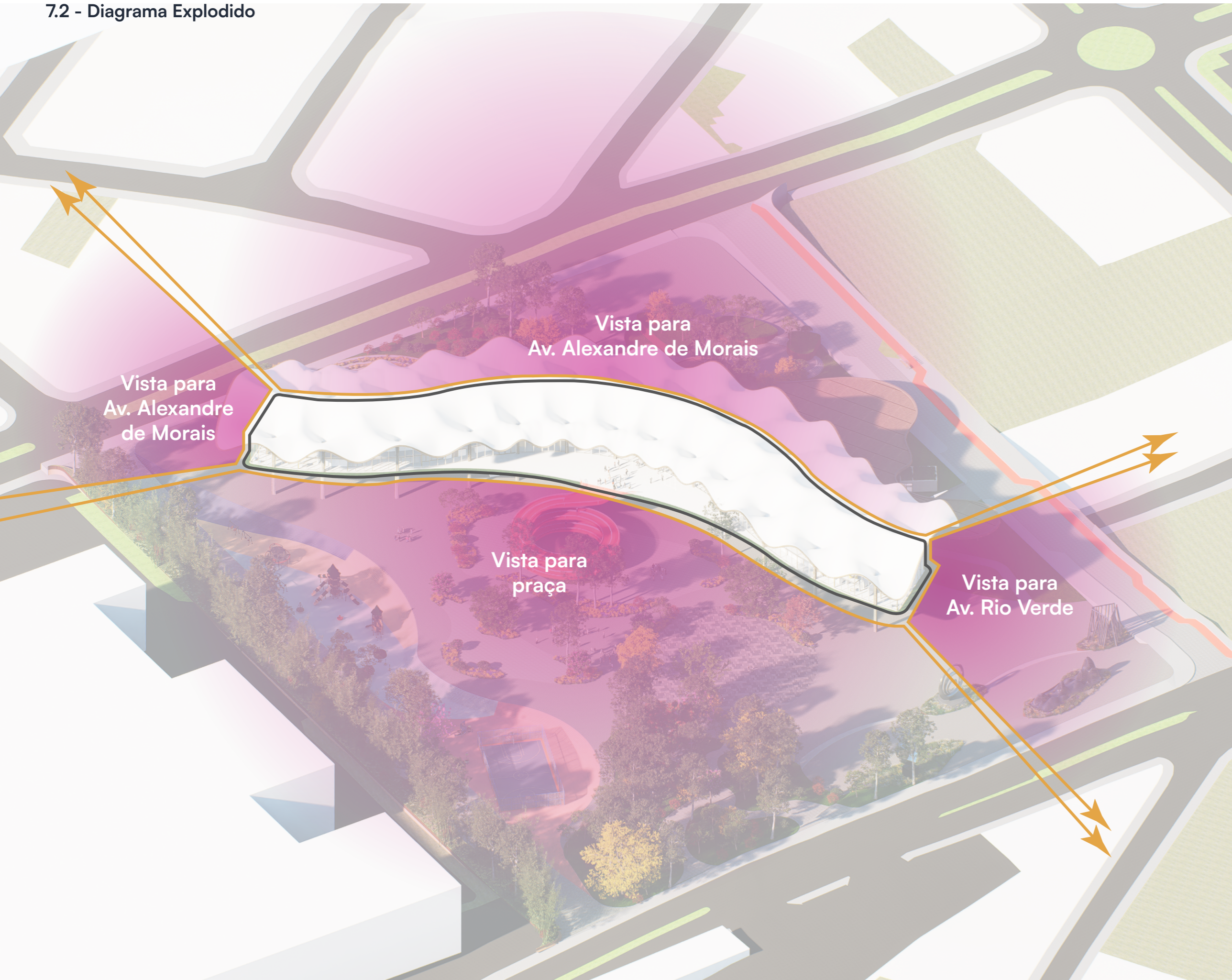
O diagrama explica os principais condicionantes ambientais do terreno.

Os círculos roxos representam os pontos de maior incidência de ruído, concentrados ao longo das avenidas que cercam o lote.

A orientação solar destaca a área mais exposta ao sol da tarde, enquanto as setas indicam a direção predominante dos ventos, que atravessam o conjunto em sentido nordeste-sudoeste.

A sobreposição desses fatores orienta decisões de implantação, aberturas, cobertura e layout, configurando maior conforto para os usuários.

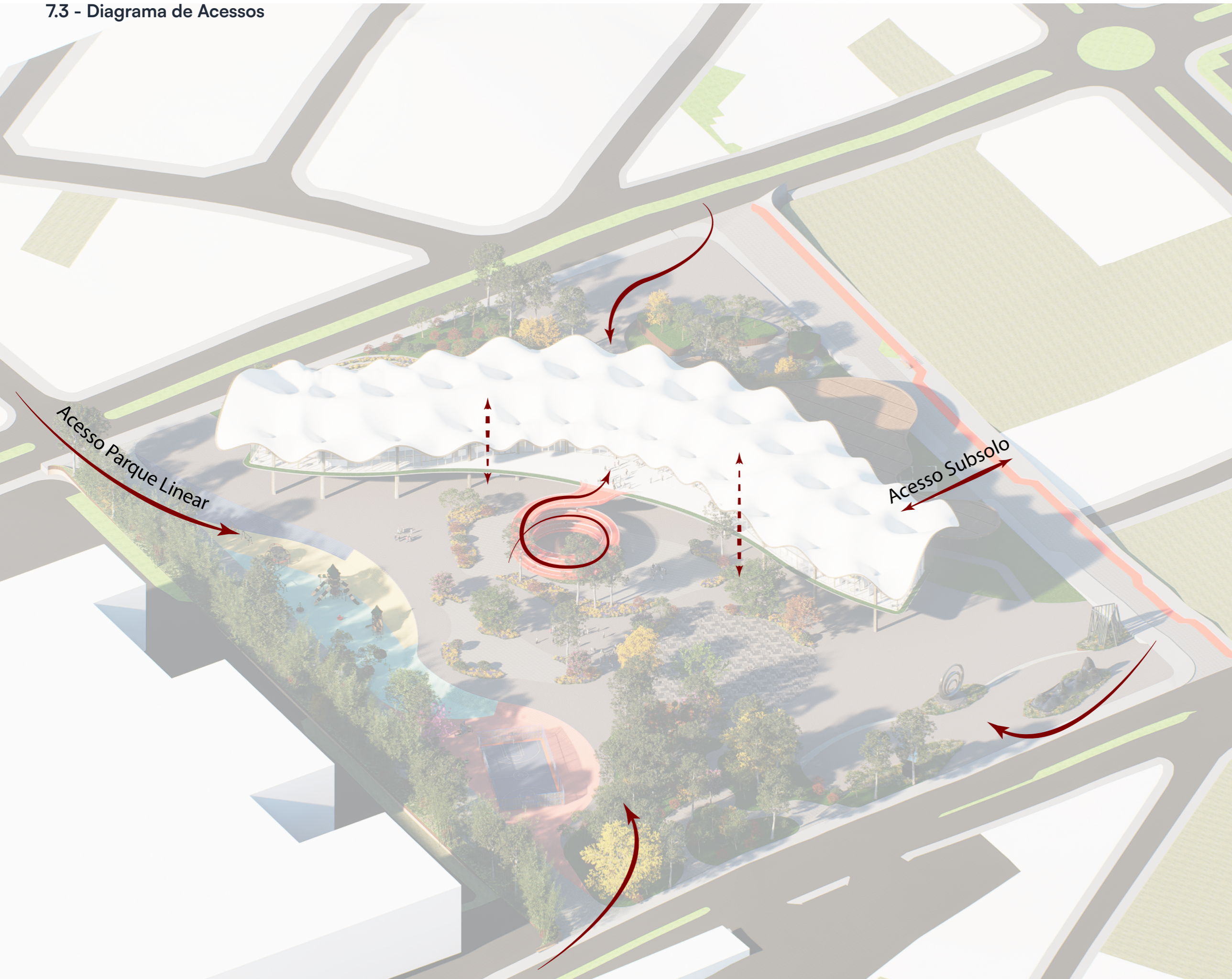
7.2 - Diagrama Explodido



A implantação do edifício cria três direções principais de vista: para a Av. Alexandre de Morais, para a Av. Rio Verde e para a praça interna do terreno.

A forma curva do volume amplia esses ângulos de observação e ajuda o edifício a se conectar visualmente com o entorno e isso também ocorre no sentido oposto, de modo que a curva se abre em meio a praça convidando visitantes a conhecer e adentrar ao projeto.

7.3 - Diagrama de Acessos



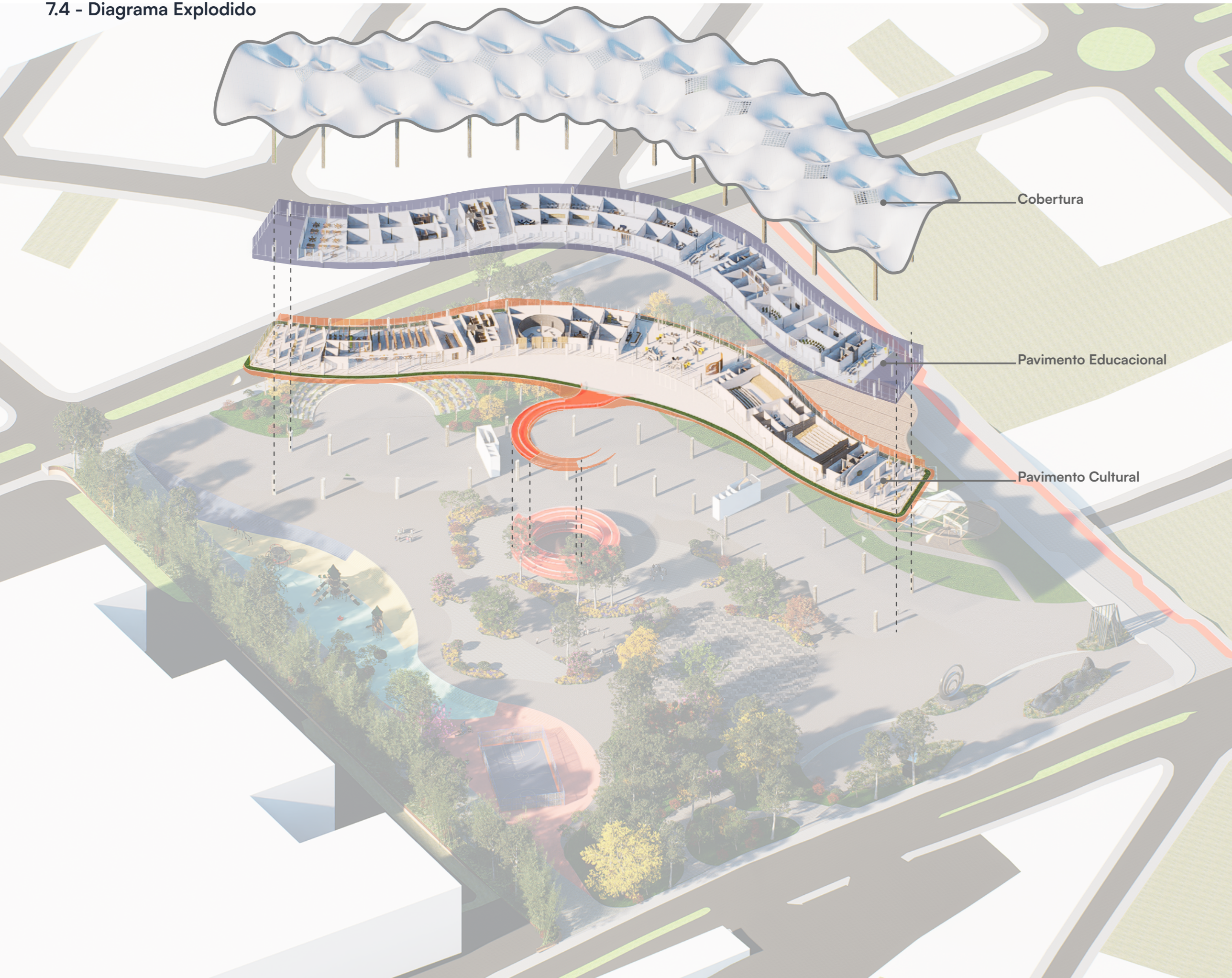
Os diferentes acessos estruturam a circulação e apoiam a organização dos zoneamentos do conjunto.

A praça é o principal ponto de chegada, recebendo pedestres tanto pelo Parque Linear quanto pelo Terminal Cruzeiro e distribuindo o fluxo para o edifício.

O acesso pelo Parque Linear cria conexão direta com as áreas verdes do terreno. No lado oposto, o acesso ao subsolo organiza a entrada de veículos de forma independente, evitando conflitos com os percursos de pedestres.

Esses pontos de chegada, junto à forma do edifício, orientam o usuário e integram o projeto à dinâmica urbana ao redor.

7.4 - Diagrama Explodido



A organização dos pavimentos traduz a lógica programática e a relação do edifício com o entorno.

No nível térreo, o pavimento cultural se abre diretamente para a praça, fortalecendo a conexão entre as atividades públicas e o espaço aberto.

Sobre ele, o pavimento educacional assume um caráter mais reservado, com salas orientadas para áreas de menor ruído e melhor desempenho ambiental, garantindo conforto aos usuários.

A cobertura funciona como um plano contínuo de proteção e unificação, oferecendo sombreamento, e uma leitura integrada dos volumes.

A hierarquia vertical evidencia a transição entre os usos, assegurando independência funcional sem comprometer a unidade formal do conjunto.

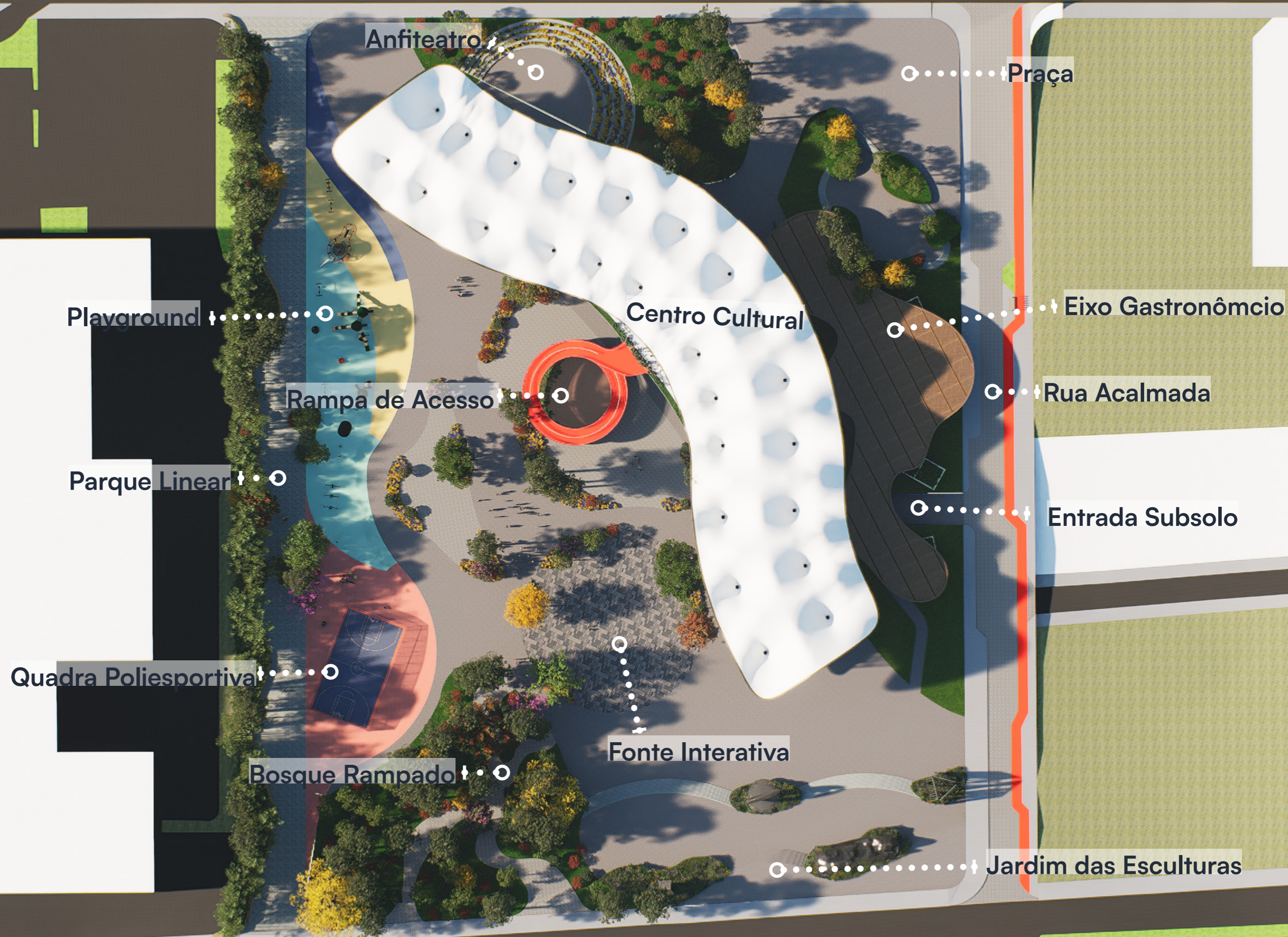


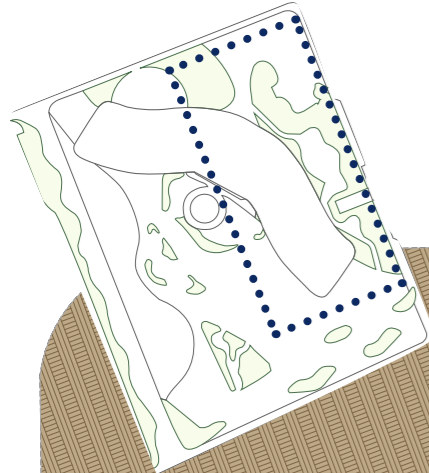
O macrozoneamento do conjunto é definido a partir das análises físicas e ambientais do terreno. As áreas mais protegidas e sombreadas orientam a implantação do Parque Linear, criando um espaço confortável para circulação e permanência com presença de uma quadra poliesportiva e um playground infantil.

O Centro Cultural ocupa a região com maior abertura visual e melhor ventilação, beneficiando-se dos ventos favoráveis e da relação direta com a praça central e ligação com a rampa de acesso central, um anfiteatro aberto e o eixo gastronômico

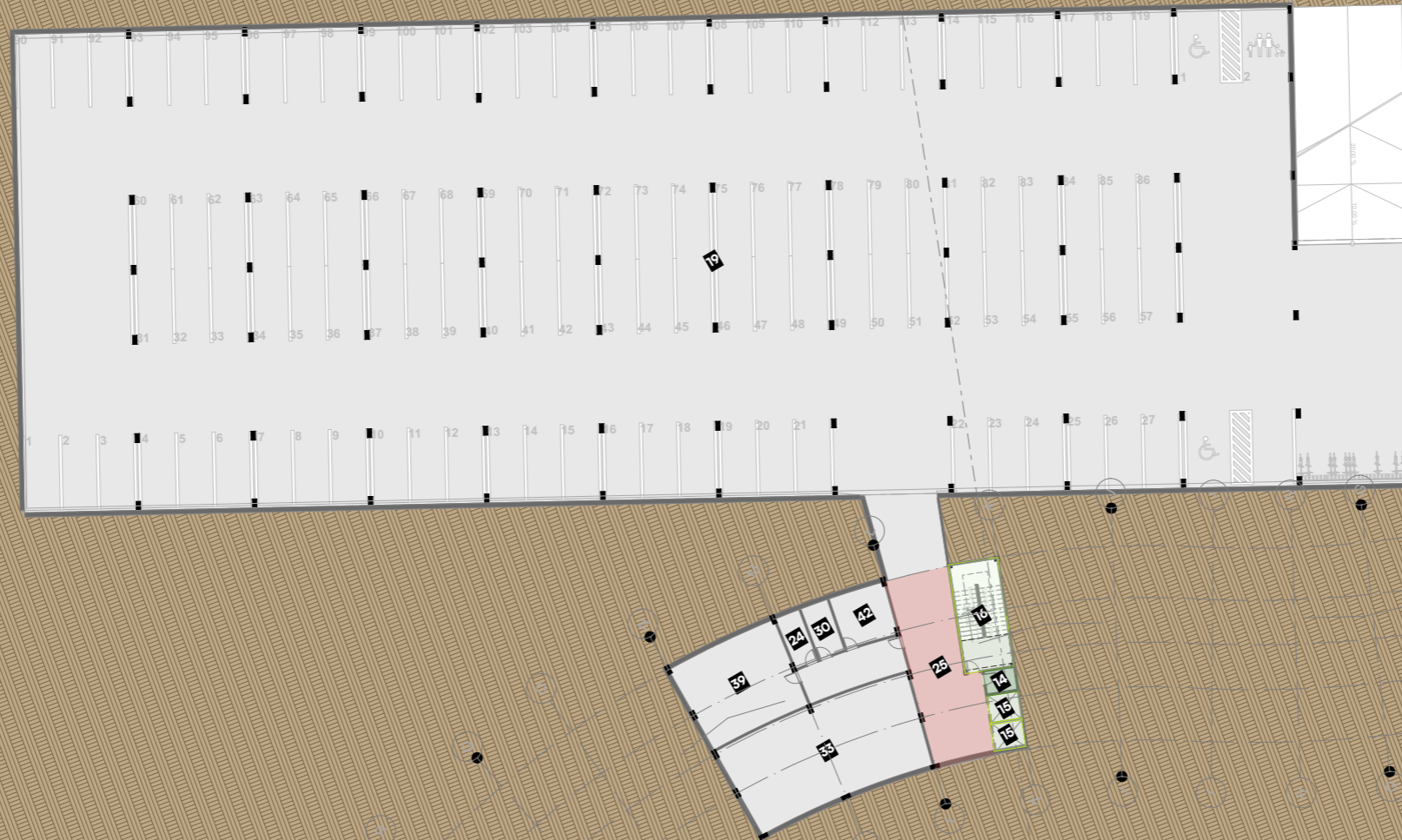
O eixo gastronômico se estabelece na rua acalorada trazendo movimento tanto para essa nova região quanto para dentro do projeto

Essa organização assegura que cada zona responda adequadamente às condições do entorno, resultando em um conjunto integrado, legível e intuitivo para os usuários.





Planta Chave



- | | | | | |
|----------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| 01 Acervo Exp. Temporária | 11 Depósito Da Galeria | 21 Fabricação Digital | 31 Quiosque | 41 Sala Dos Professores |
| 02 Adm Biblio | 12 Depósito De Instrumentos | 22 Foyer | 32 Reserva Técnica | 42 Sala Eng |
| 03 Administrativo | 13 Depósito De Instrumentos | 23 Galeria Expositiva Contínua | 33 Reservatório | 43 Sala Maker |
| 04 Auditório | 14 Dml | 24 Hack Ti | 34 Sala A/v | 44 Salas De Música |
| 05 Biblioteca | 15 Elev. | 25 Hall | 35 Sala De Aula | 45 Salas De Orquestra |
| 06 Brinquedoteca | 16 Escada | 26 Lobby Café | 36 Sala De Dança | 46 Secretaria |
| 07 Camarim | 17 Espaço De Convivência | 27 Oficinas | 37 Sala De Diretor | 47 Vestiario |
| 08 Circulação | 18 Espaço Multimídia Imersivo | 28 Oficinas/ Sala Multi | 38 Sala De Estudo | 48 Wc Fem. |
| 09 Coord. Pedag | 19 Estacionamento 123 Vagas | 29 Psicólogo | 39 Sala De Máquinas | 49 Wc Masc. |
| 10 Copa | 20 Exposições Temporárias | 30 Quadro Energia | 40 Sala De Reuniões | 50 Wc Pcd |

7.8 - Planta Baixa - Térreo - Praça Cultural



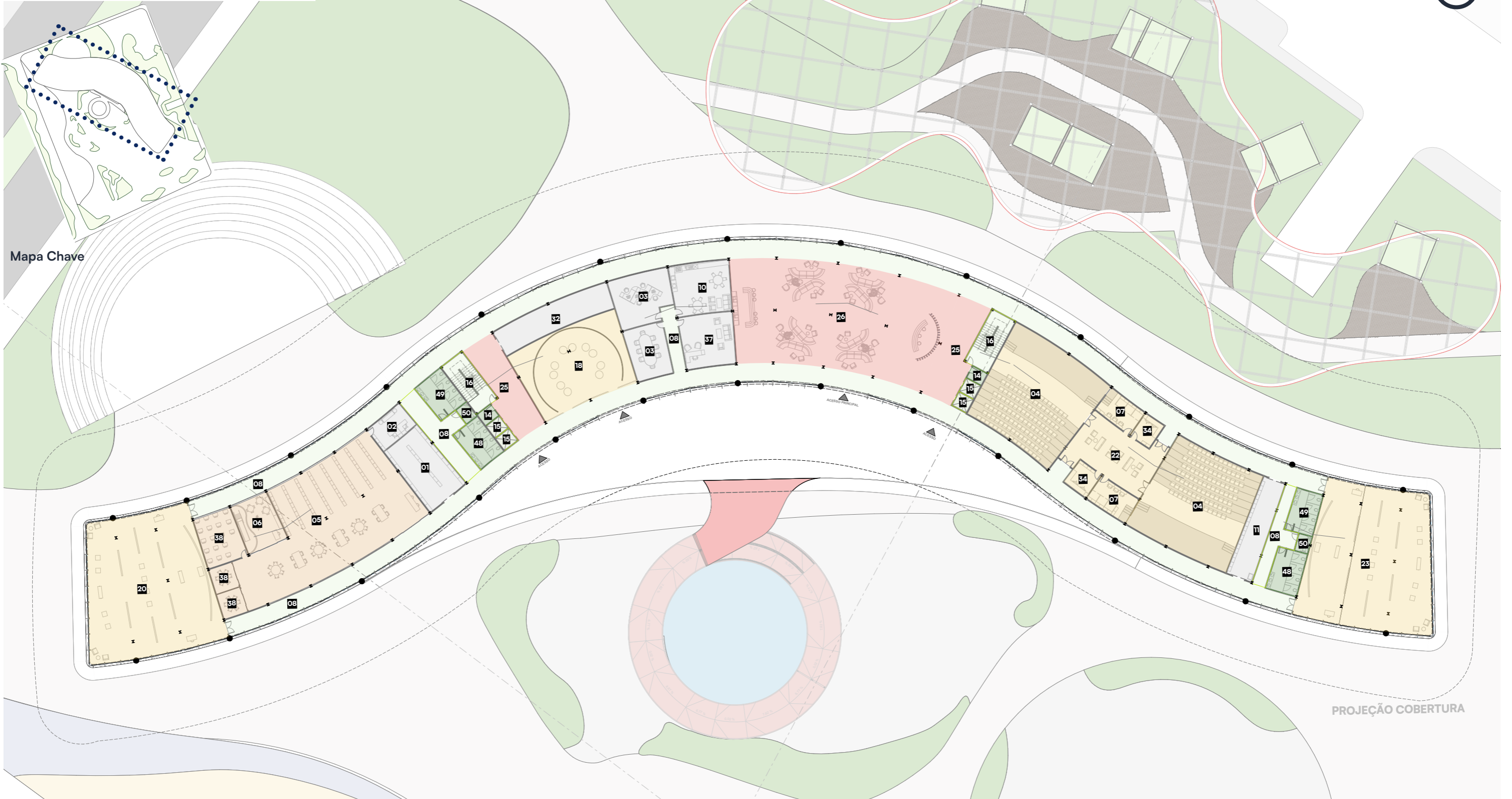
- 01 Acervo Exp. Temporária
- 02 Adm Biblio
- 03 Administrativo
- 04 Auditório
- 05 Biblioteca
- 06 Brinquedoteca
- 07 Camarim
- 08 Circulação
- 09 Coord. Pedag
- 10 Copa

- 11 Depósito Da Galeria
- 12 Depósito De Instrumentos
- 13 Depósito De Instrumentos
- 14 Dml
- 15 Elev.
- 16 Escada
- 17 Espaço De Convivência
- 18 Espaço Multimídia Imersivo
- 19 Estacionamento 123 Vagas
- 20 Exposições Temporárias

- 21 Fabricação Digital
- 22 Foyer
- 23 Galeria Expositiva Contínua
- 24 Hack Ti
- 25 Hall
- 26 Lobby Café
- 27 Oficinas
- 28 Oficinas/ Sala Multi
- 29 Psicólogo
- 30 Quadro Energia

- 31 Quiosque
- 32 Reserva Técnica
- 33 Reservatório
- 34 Sala A/v
- 35 Sala De Aula
- 36 Sala De Dança
- 37 Sala De Diretor
- 38 Sala De Estudo
- 39 Sala De Máquinas
- 40 Sala De Reuniões

- 41 Sala Dos Professores
- 42 Sala Eng
- 43 Sala Maker
- 44 Salas De Música
- 45 Salas De Orquestra
- 46 Secretaria
- 47 Vestiario
- 48 Wc Fem.
- 49 Wc Masc.
- 50 Wc Pcd



- 01 Acervo Exp. Temporária
- 02 Adm Biblio
- 03 Administrativo
- 04 Auditório
- 05 Biblioteca
- 06 Brinquedoteca
- 07 Camarim
- 08 Circulação
- 09 Coord. Pedag
- 10 Copa

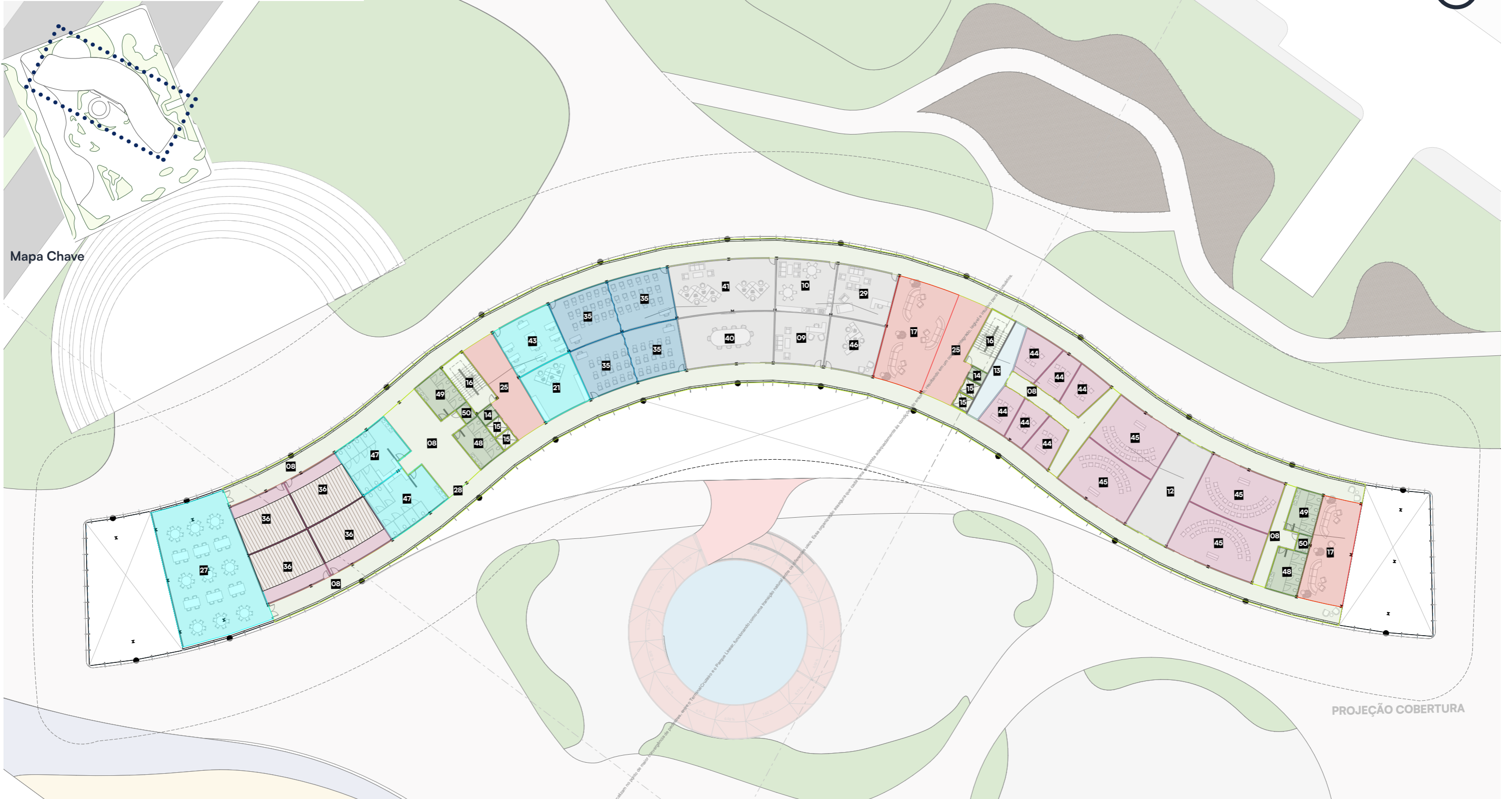
- 11 Depósito Da Galeria
- 12 Depósito De Instrumentos
- 13 Depósito De Instrumentos
- 14 Dml
- 15 Elev.
- 16 Escada
- 17 Espaço De Convivência
- 18 Espaço Multimídia Imersivo
- 19 Estacionamento 123 Vagas
- 20 Exposições Temporárias

- 21 Fabricação Digital
- 22 Foyer
- 23 Galeria Expositiva Contínua
- 24 Hack Ti
- 25 Hall
- 26 Lobby Café
- 27 Oficinas
- 28 Oficinas/ Sala Multi
- 29 Psicólogo
- 30 Quadro Energia

- 31 Quiosque
- 32 Reserva Técnica
- 33 Reservatório
- 34 Sala A/v
- 35 Sala De Aula
- 36 Sala De Dança
- 37 Sala De Diretor
- 38 Sala De Estudo
- 39 Sala De Máquinas
- 40 Sala De Reuniões

- 41 Sala Dos Professores
- 42 Sala Eng
- 43 Sala Maker
- 44 Salas De Música
- 45 Salas De Orquestra
- 46 Secretaria
- 47 Vestiario
- 48 Wc Fem.
- 49 Wc Masc.
- 50 Wc Pcd

PROJEÇÃO COBERTURA

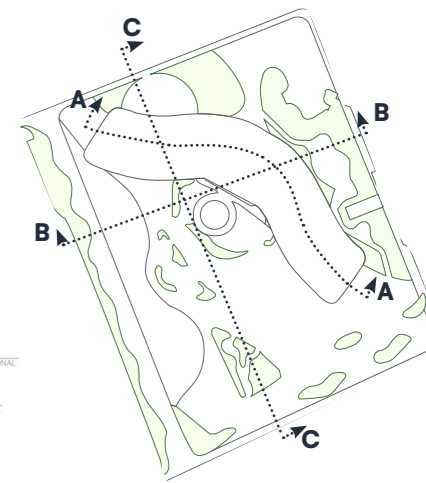


Mapa Chave

PROJEÇÃO COBERTURA

- | | | | | |
|----------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| 01 Acervo Exp. Temporária | 11 Depósito Da Galeria | 21 Fabricação Digital | 31 Quiosque | 41 Sala Dos Professores |
| 02 Adm Biblio | 12 Depósito De Instrumentos | 22 Foyer | 32 Reserva Técnica | 42 Sala Eng |
| 03 Administrativo | 13 Depósito De Instrumentos | 23 Galeria Expositiva Contínua | 33 Reservatório | 43 Sala Maker |
| 04 Auditório | 14 Dml | 24 Hack Ti | 34 Sala A/v | 44 Salas De Música |
| 05 Biblioteca | 15 Elev. | 25 Hall | 35 Sala De Aula | 45 Salas De Orquestra |
| 06 Brinquedoteca | 16 Escada | 26 Lobby Café | 36 Sala De Dança | 46 Secretaria |
| 07 Camarim | 17 Espaço De Convivência | 27 Oficinas | 37 Sala De Diretor | 47 Vestiario |
| 08 Circulação | 18 Espaço Multimídia Imersivo | 28 Oficinas/ Sala Multi | 38 Sala De Estudo | 48 Wc Fem. |
| 09 Coord. Pedag | 19 Estacionamento 123 Vagas | 29 Psicólogo | 39 Sala De Máquinas | 49 Wc Masc. |
| 10 Copa | 20 Exposições Temporárias | 30 Quadro Energia | 40 Sala De Reuniões | 50 Wc Pcd |

7.11- Cortes



Corte A



Corte B



Corte C

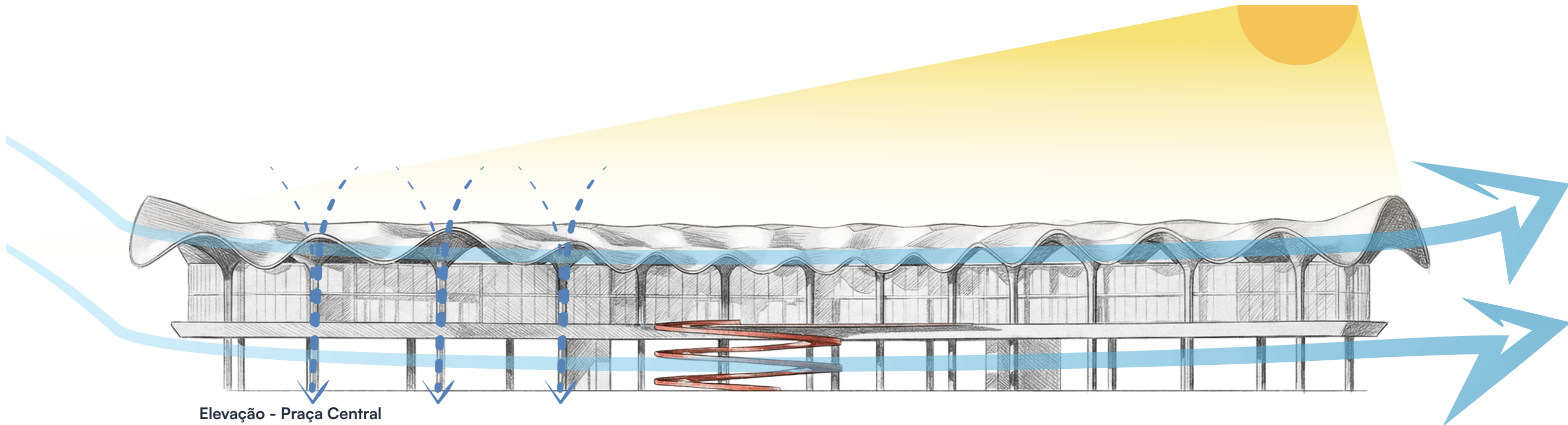
- 01 Acervo Exp. Temporária
- 02 Adm Biblio
- 03 Administrativo
- 04 Auditório
- 05 Biblioteca
- 06 Brinquedoteca
- 07 Camarim
- 08 Circulação
- 09 Coord. Pedag
- 10 Copa

- 11 Depósito Da Galeria
- 12 Depósito De Instrumentos
- 13 Depósito De Instrumentos
- 14 Dml
- 15 Elev.
- 16 Escada
- 17 Espaço De Convivência
- 18 Espaço Multimedia Imersivo
- 19 Estacionamento 123 Vagas
- 20 Exposições Temporárias

- 21 Fabricação Digital
- 22 Foyer
- 23 Galeria Expositiva Contínua
- 24 Hack Ti
- 25 Hall
- 26 Lobby Café
- 27 Oficinas
- 28 Oficinas/ Sala Multi
- 29 Psicólogo
- 30 Quadro Energia

- 31 Quiosque
- 32 Reserva Técnica
- 33 Reservatório
- 34 Sala A/v
- 35 Sala De Aula
- 36 Sala De Dança
- 37 Sala De Diretor
- 38 Sala De Estudo
- 39 Sala De Máquinas
- 40 Sala De Reuniões

- 41 Sala Dos Professores
- 42 Sala Eng
- 43 Sala Maker
- 44 Salas De Música
- 45 Salas De Orquestra
- 46 Secretaria
- 47 Vestiario
- 48 Wc Fem.
- 49 Wc Masc.
- 50 Wc Pcd

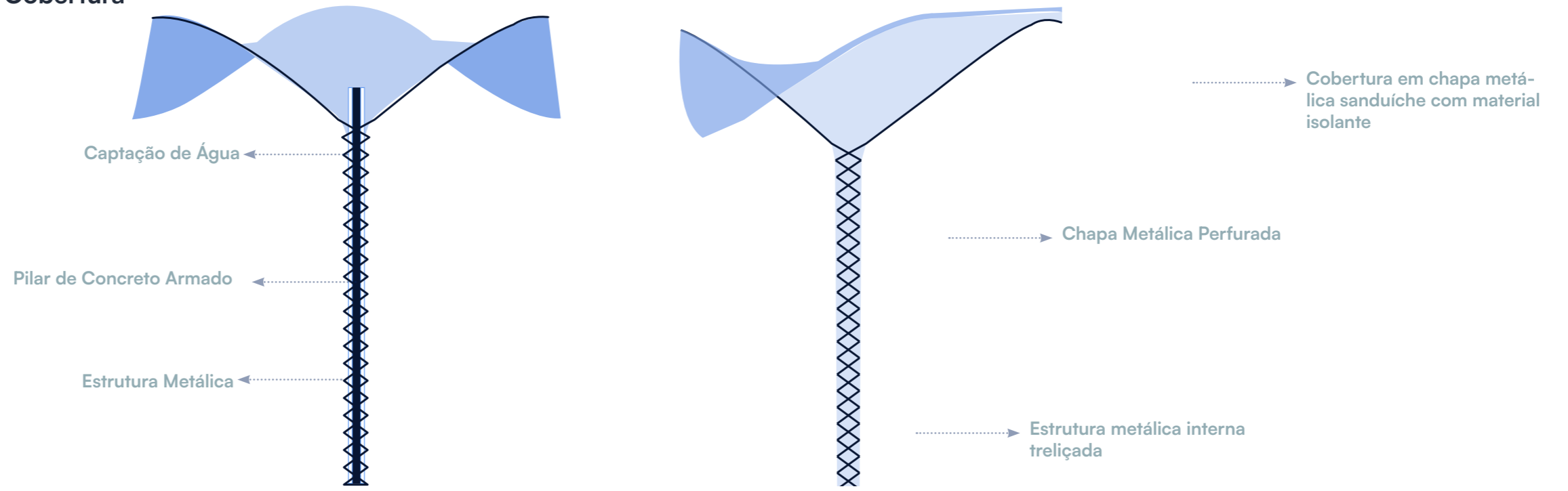


Elevação - Praça Central

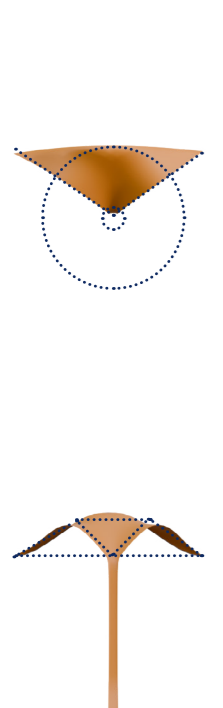
O *Limiar* conta com um tipo de cobertura paramétrico inspirado em buritis do cerrado,

Esse elemento no projeto age não somente como uma cobertura de chapas metálicas mas também é responsável por criar um bolsão de ar que permite o isolamento térmico do edifício e também permite um sistema de captação da água da chuva para armazenamento e utilização para jardinagem, abastecimento do espelho d'água e fontes interativas

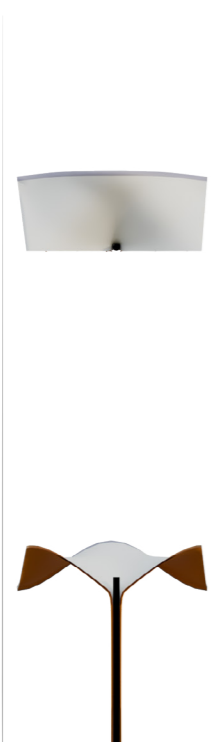
7.13 - Diagrama - Concepção de Cobertura



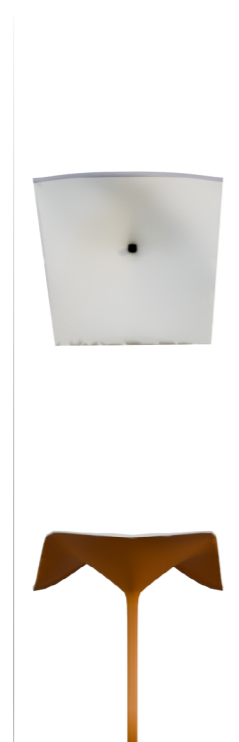
Forma Base A partir do Pilar



Espelhamento (X)



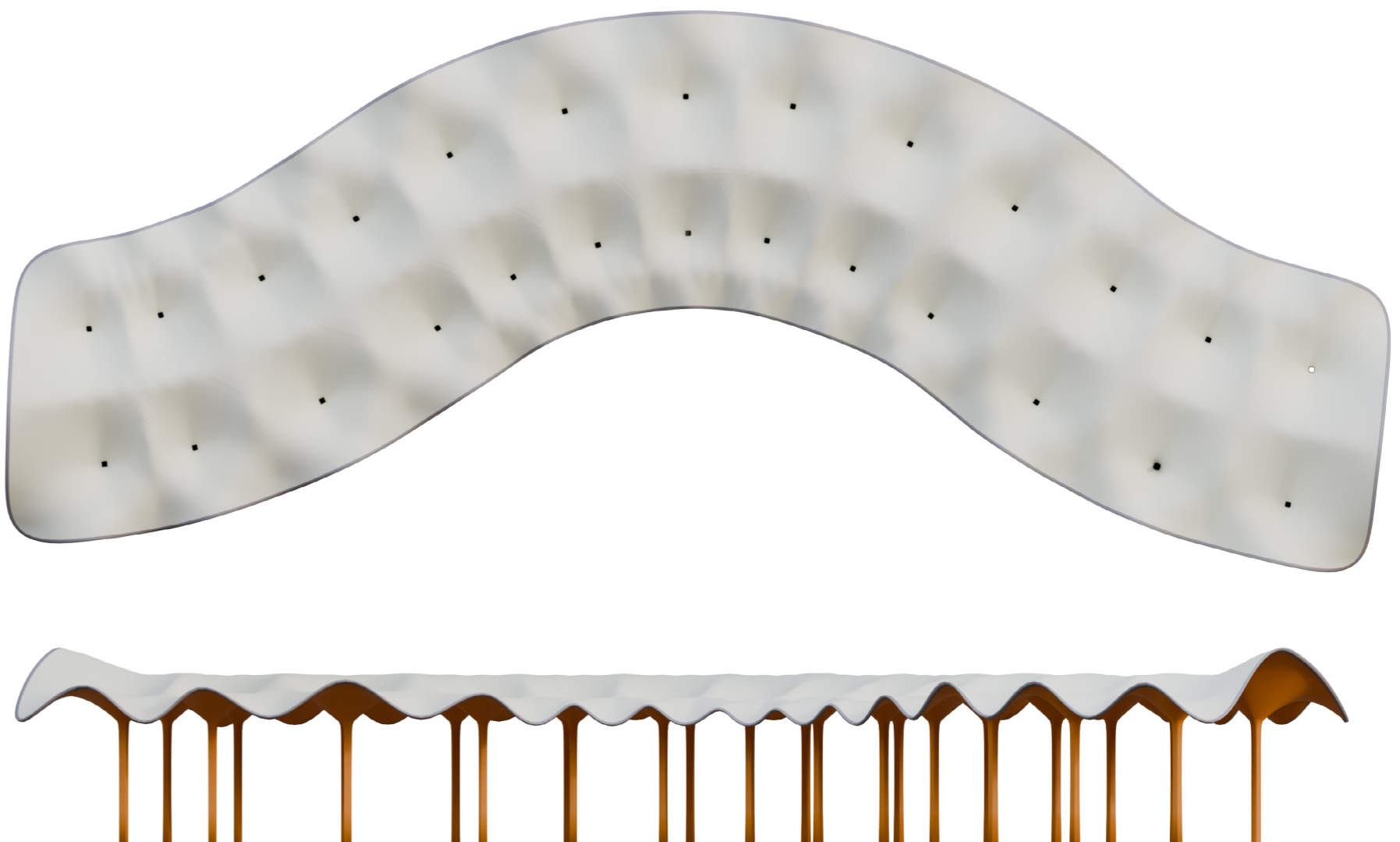
Espelhamento (Y)

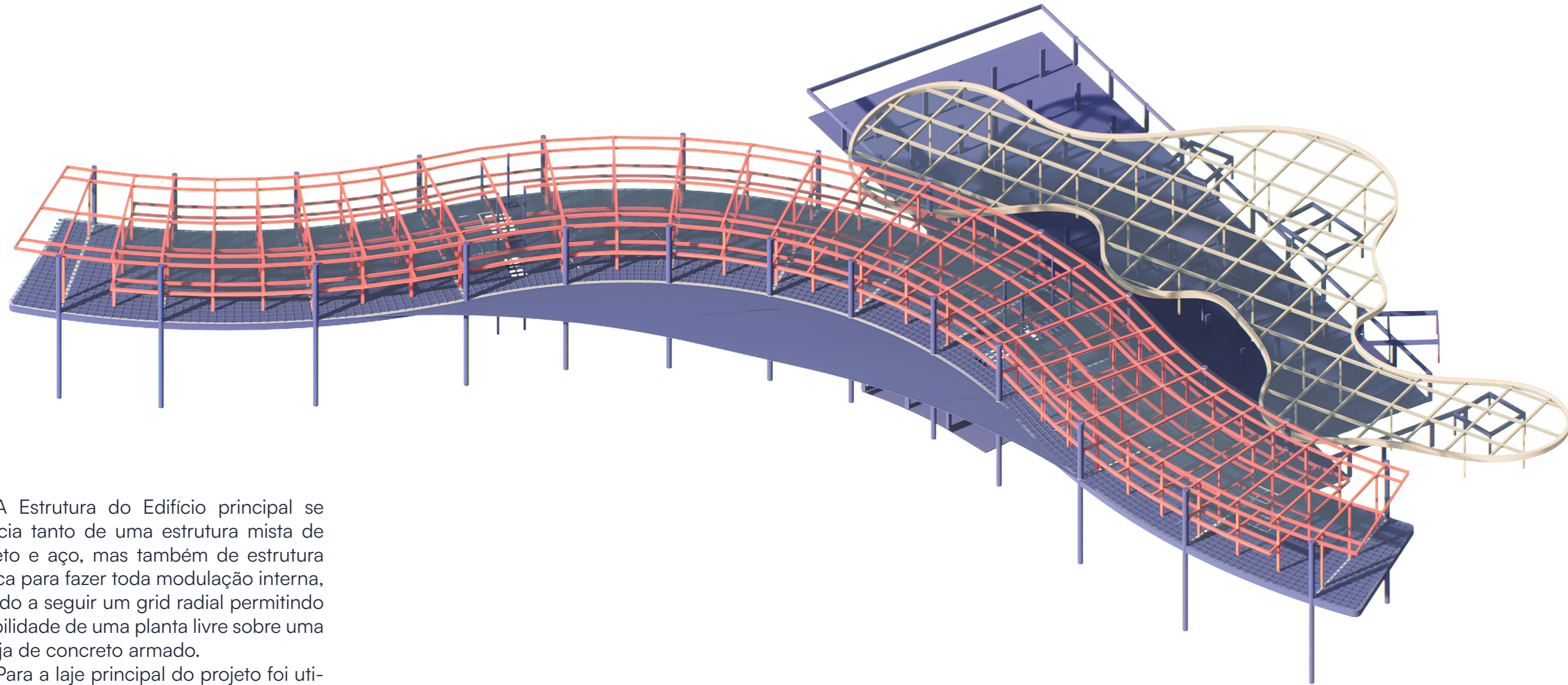


Multiplicação



Prolongamento a partir da forma





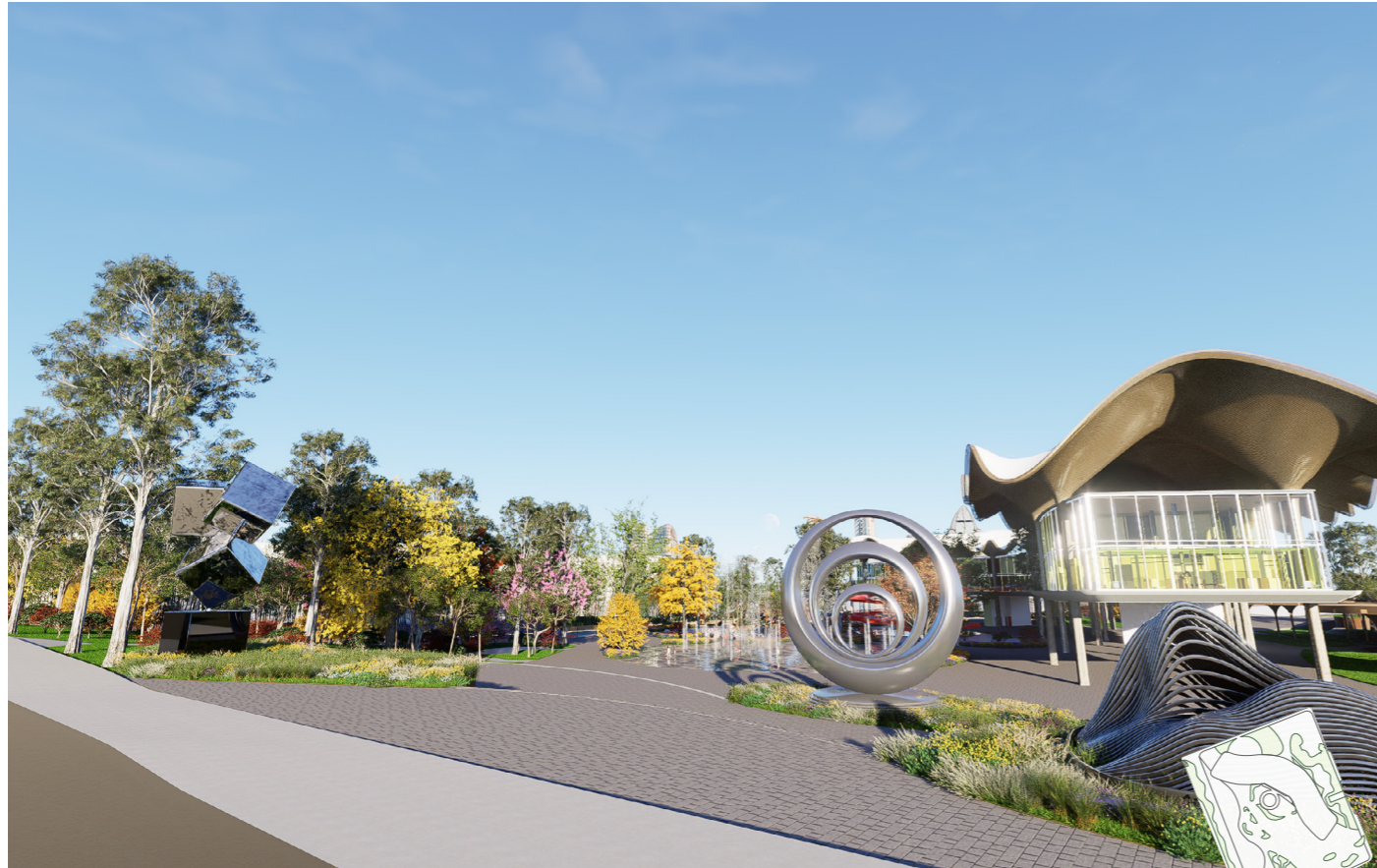
A Estrutura do Edifício principal se beneficia tanto de uma estrutura mista de concreto e aço, mas também de estrutura metálica para fazer toda modulação interna, de modo a seguir um grid radial permitindo a flexibilidade de uma planta livre sobre uma bandeja de concreto armado.

Para a laje principal do projeto foi utilizado uma laje nervurada juntamente com vigas protendidas para conseguir vencer os grandes vãos, Já na modulação metálica foi possível a utilização de uma laje em Steeldeck.

Já os quiosques e subsolo seguem com concreto armado convencional, com facilidade de pré-fabricação dos quiosques pela sua modularidade que também recebe acima de sua área de convivência um pergolado em madeira engenheirada e com sombreamento em biribas de eucalipto.

- Concreto Armado
- Estrutura Metálica
- Madeira Tratada

7.15 - Perspectivas



Perspectiva - Chegada Av. Rio Verde



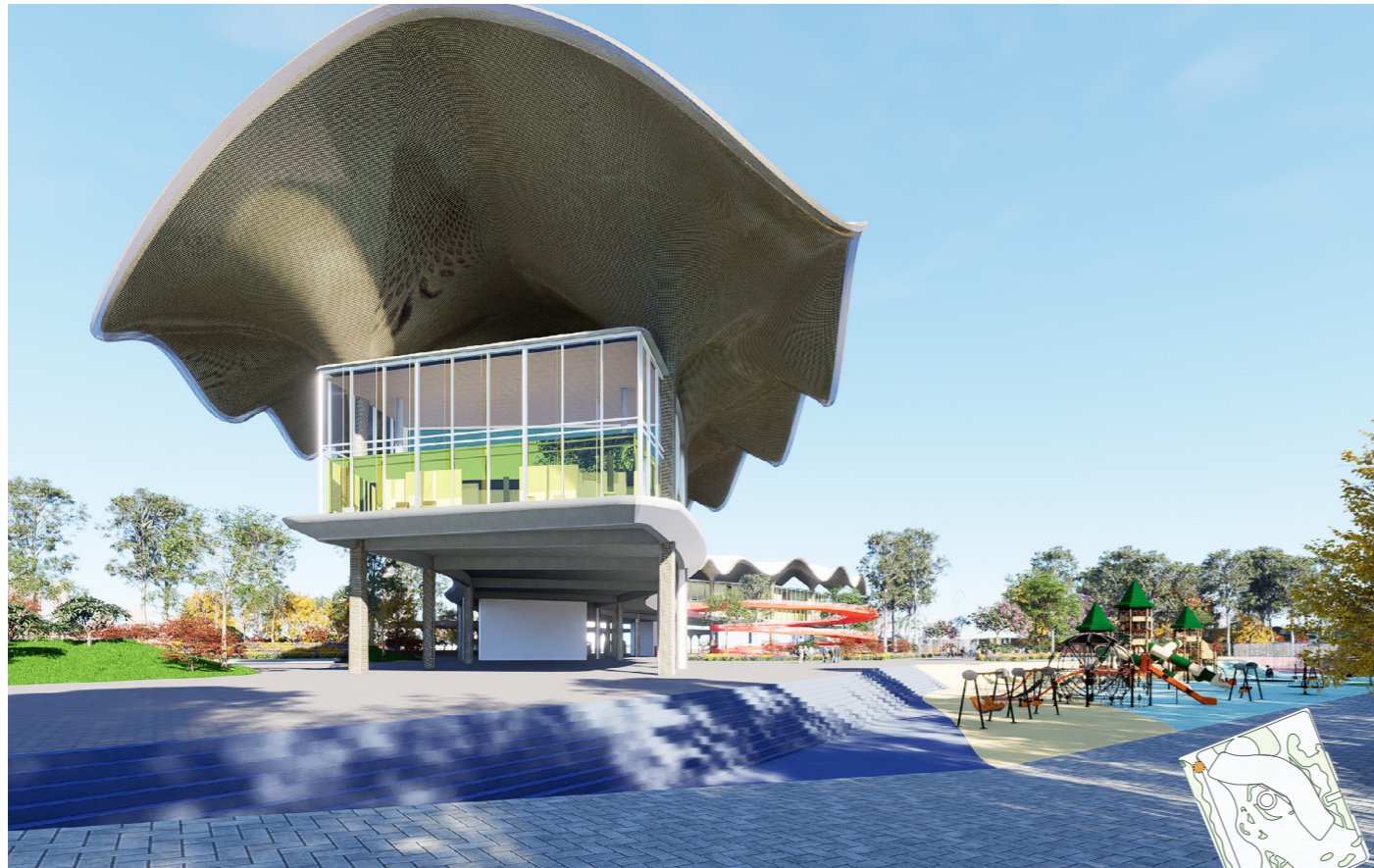
Perspectiva - Praça Central



Perspectiva - Chegada Av. Rio Verde



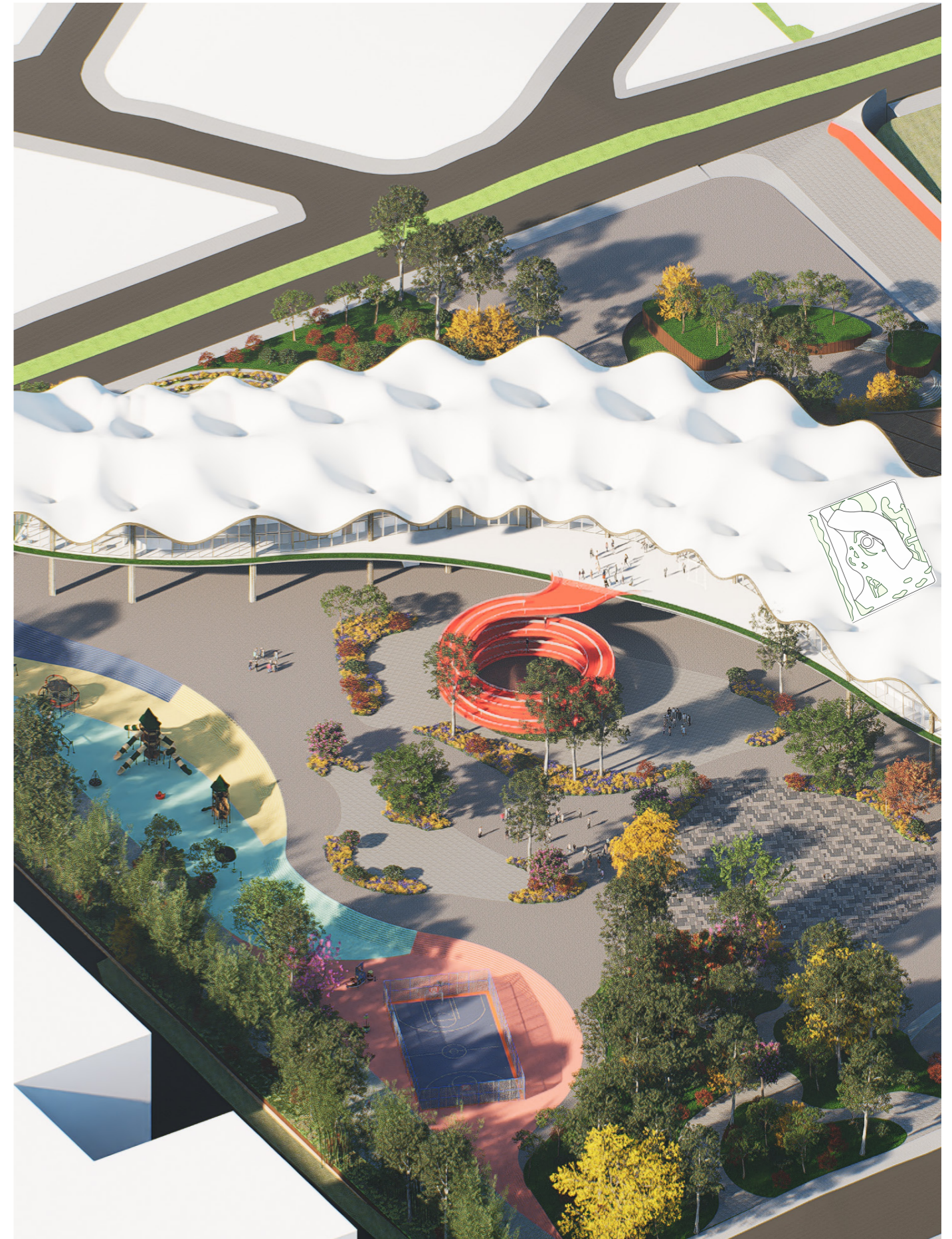
Perspectiva - Arquibancada do Anfiteatro



Perspectiva - Chegada Av. Alexandre de Moraes



Perspectiva - Varanda do Centro Cultural



Isométrica - Vista Aérea



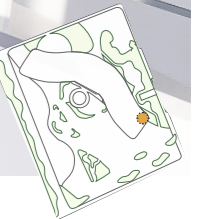
Isométrica - Vista Superior



Perspectiva Interna - Biblioteca



Perspectiva Interna - Sala de Exposições



7.16 - Quadro de Áreas

O projeto parte da setorização clara do programa (Tabela 4) blocos principais, distribuídos conforme as dinâmicas de uso e a fluidez dos fluxos internos e externos.

Ambientes		Área	Qua.
SOCIAL	ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA	162,77	2
	HALL	272,86	5
	LOBBY CAFÉ	345,41	1
	QUIOSQUE	229,14	5
		1010,18 m ²	
SALAS ESPECIAIS	SALA DE DANÇA	211,19	4
	SALAS DE MÚSICA	120,87	6
	SALAS DE ORQUESTRA	265,75	4
		597,81 m ²	
SALAS DE AULA	SALA DE AULA	184,7	4
		184,7	
OFICINAS	FABRICAÇÃO DIGITAL	43,29	1
	OFICINAS	184,17	1
	SALA MAKER	49,08	1
	VESTIÁRIO	102,82	2
		379,36 m ²	
FOYER CULTURAL / EXPOSIÇÃO	AUDITÓRIO	345,45	2
	CAMARIM	39,01	2
	ESPAÇO MULTIMÍDIA IMERSIVO	132,17	1
	EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS	269,93	1
	FOYER	72,53	1
	GALERIA EXPOSITIVA CONTÍNUA	268,97	1
	SALA AV	23,65	2
			1151,71 m ²
ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL	DEPÓSITO DE INSTRUMENTOS	27	1
	ACERVO EXP. TEMPORÁRIA	54,76	1
	ADM BIBLIO	18,94	1
	ADMINISTRATIVO	77,91	2
	COORD. PEDAG	42,98	1
	COPA	96,74	2
	DEPÓSITO DA GALERIA	41,73	1
	DEPÓSITO DE INSTRUMENTOS	67,88	1
	ESTACIONAMENTO 123 VAGAS	2900,63	1
	HACK TI	5,84	1
	PSICÓLOGO	48,42	1
	QUADRO ENERGIA	6,49	1
	RESERVA TÉCNICA	53,14	1
	RESERVATÓRIO	84,32	1
	SALA DE DIRETOR	43,99	1
	SALA DE MÁQUINAS	90,01	1
	SALA DE REUNIÕES	75,16	1
SALA DOS PROFESSORES	85,51	1	
SALA ENG	13,54	1	
SECRETARIA	43,25	1	
		3878,24 m ²	
CIRC.	CIRCULAÇÃO	1685,55	10
	ELEV.	58,1	14
	ESCADA	174,16	7
		1917,81 m ²	
BIBLIOTECA	BIBLIOTECA	264,8	1
	BRINQUEDOTECA	33,33	1
	SALA DE ESTUDO	54,07	3
		352,20 m ²	
APOIO E SANITÁRIOS	DML	26,18	7
	VESTIÁRIO	102,82	2
	WC FEM.	85,12	4
	WC MASC.	81,8	4
	WC PCD	15,76	4
		311,68 m ²	
		8806,52 m ²	

Tabela 04: Quadro de áreas preliminar do programa
Fonte: Elaborado pelo autor

7.17 Partido Funcional

A materialidade do projeto (Figura 53) busca conciliar desempenho técnico, expressão arquitetônica e vínculo simbólico com o contexto ecológico do cerrado. A estrutura principal adota um sistema misto de concreto armado e aço estrutural, permitindo a criação de grandes vãos livres e a elevação dos blocos edificadas, o que favorece a formação de áreas sombreadas e espaços livres no térreo.

Complementarmente, a madeira engenheirada é empregada tanto em elementos estruturais quanto em acabamentos, conferindo leveza visual e conforto

ambiental aos ambientes externos como ocorre com o pergolado do eixo gastronômico

Para o sombreamento das fachadas mais expostas, são utilizados brises verticais e em vidro com tratamento térmico, solução que reforça a identidade e transparência do edifício e contribui para o desempenho bioclimático da edificação. As aberturas recebem esquadrias em alumínio com painéis de vidro, favorecendo a iluminação natural e a permeabilidade visual entre interior e exterior.

Já o elemento de cobertura paramétrica é trabalhado com chapas de alumínio perfuradas

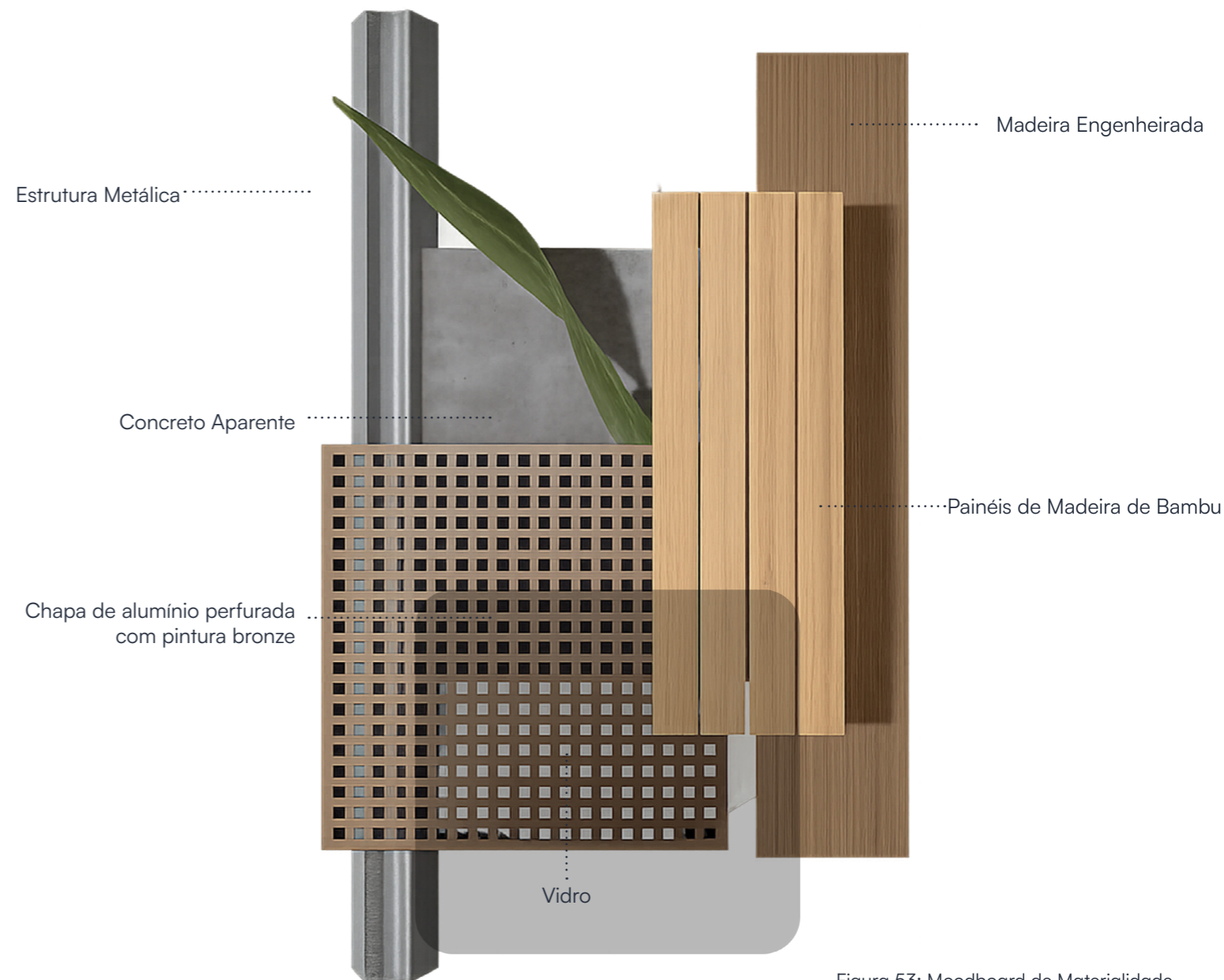


Figura 53: Moodboard de Materialidade
Fonte: Elaborado pelo autor

08

Referências Bibliográficas

ABNT. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2020. Disponível em: <https://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=463981>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ALMEIDA, Renato Souza de. Cartografias Urbanas e Resistência Cultural. São Paulo: Annablume, 2013.

ALMEIDA, Renato Souza de. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 56, p. 151—172, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69010>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BO BARDI, Lina. SESC Pompeia: volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. El espacio público: ciudad y ciudadanía. Barcelona: Electa, 2003. Disponível em: <https://openlibrary.org/works/OL16002270W>. Acesso em: 18 abr. 2025.

CAMPANILI, Márcia. Acessibilidade: um direito de todos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2007. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em: <https://editoracontexto.com.br/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro:

Zahar, 2003. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13417/galaxia_internet_castells.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1997. Disponível em: <https://www.travessa.com.br/o-espaco-urbano/artigo/dca67f95-fc2b-4096-89b1-65a9db73d2a2>. Acesso em: 18 abr. 2025.

EDWARDS, Brian. Sustainable Architecture: European directives and building design. Oxford: Architectural Press, 2001. Disponível em: <https://www.elsevier.com/books/sustainable-architecture/edwards/978-0-7506-5136-9>. Acesso em: 18 abr. 2025.

FERRO, Sérgio. Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/sergio-ferro/arquitetura-e-trabalho-livre/1731853483>. Acesso em: 21 abr. 2025.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. São Paulo: Edusp, 2006. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4170663/mod_resource/content/1/S%C3%A9rgio%20Ferro%20-%20O%20Canteiro%20e%20o%20Desenho.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

GADELHA, Júlio Barretto. Arquitetura participativa: práticas projetuais para o território. Tese (Doutorado) — UFMG, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/44056>. Acesso em: 26 jun. 2025.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013. Disponível em: <https://www.perspectiva.com.br/produto/cidades-para-pessoas>. Acesso em: 21 abr. 2025.

GIVONI, Baruch. Climate considerations in building and urban design. New York: Van Nostrand Reinhold, 1998.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERTZBERGER, Herman. Lessons for Students in Architecture. Rotterdam: O10 Publishers, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas populacionais 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 abr. 2025.

JENCKS, Charles. A linguagem da arquitetura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KOGAN, Sonia. Cultura, cidade e cidadania. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 17, n. 1, 2015. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br>. Acesso em: 24 abr. 2025.

KOLAREVIC, Branko. Architecture in the Digital Age: Design and Manufacturing. New York: Taylor & Francis, 2003. Disponível em: <https://www.routledge.com/Architecture-in-the-Digital-Age/Kolarevic/p/book/9780415259035>. Acesso em: 24 abr. 2025.

LANGLEY, Stuart. The Contextuality of Dongdaemun Design Plaza and Park, an

Iconic Building in Seoul. Buildings, v. 14, n. 4, 2024. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2075-5309/14/4/1011>. Acesso em: 25 jun. 2025.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/henri-lefebvre/o-direito-a-cidade/1608430186>. Acesso em: 21 abr. 2025.

LOVELL, Sophie. Building the Future: Building a Better Future. Berlin: Gestalten, 2015.

LU, Ying et al. An intergenerational perspective on public open space: Needs and preferences across age groups. Journal of Urban Design, v. 30, n. 2, p. 225—242, 2025.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Cambridge, MA: MIT Press, 1960. Disponível em: https://www.miguelangelmartinez.net/IMG/pdf/1960_Kevin_Lynch_The_Image_of_The_City_book.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <https://vozes.com.br/produto/o-impasse-da-politica-urbana-no-brasil>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MILANESI, Luís. A casa da invenção: bibliotecas, centro de cultura. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001780884>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MILANESI, Luís. O que é centro cultural? São Paulo: Brasiliense, 2003.

Disponível em: <https://editorabrasiliense.com.br/produto/o-que-e-centro-cultural>. Acesso em: 21 abr. 2025.

NEVES, Renata Ribeiro. Cultura e território: políticas culturais e desigualdade espacial nas cidades. Tese (Doutorado) — USP, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-04062014-094332>. Acesso em: 21 abr. 2025.

OUTRAS PALAVRAS. Dossiê: Direito à cultura — Os sujeitos periféricos em ação. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/cultura/dossie-direito-a-cultura-os-sujeitos-perifericos-em-acao/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

PAWLYN, Michael. Biomimicry in Architecture. London: RIBA Publishing, 2011. Disponível em: https://www.ribabooks.com/Biomimicry-in-Architecture_9781859463758. Acesso em: 22 abr. 2025.

REISER, Jesse; UMEMOTO, Nanako. Atlas of Novel Tectonics. New York: Princeton Architectural Press, 2006. Disponível em: <https://www.amazon.com/Atlas-Novel-Tectonics-Jesse-Reiser/dp/1568985547>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SAFADI, Thalita Cristina. Aparecida de Goiânia: cultura e planejamento urbano. Dissertação (Mestrado) — UFG, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7554>. Acesso em: 21 abr. 2025.

SÁNCHEZ, Fernanda. Direito à cidade e gestão democrática: o desafio da

sustentabilidade urbana. Cadernos Metrópole, n. 29, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/15412>. Acesso em: 21 abr. 2025.

SCHUMACHER, Patrik. The Parametricist Epoch: Let the Style Wars Begin. The Architectural Review, 2009. Disponível em: <https://www.architectural-review.com>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SKLAIR, Leslie. The Icon Project: Architecture, Cities and Capitalist Globalization. New York: Oxford University Press, 2010. Disponível em: https://eprints.lse.ac.uk/71859/1/Sklair_Introduction_book%20section_2017.pdf. Acesso em: 25 jun. 2025.

SOARES, Evelyn. A Avenida Rio Verde como centralidade urbana em Aparecida de Goiânia. Dissertação (Mestrado) — UFG, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/4551>. Acesso em: 21 abr. 2025.

SZOKOLAY, Steven V. Introduction to Architectural Science: The Basis of Sustainable Design. Oxford: Architectural Press, 2008. Disponível em: <https://www.elsevier.com/books/introduction-to-architectural-science/szokolay/978-0-7506-8566-1>. Acesso em: 24 abr. 2025.

VELHO, Gilberto. Antropologia da Cidade: cultura e sociedade no Brasil urbano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

VELHO, Gilberto. Mudança, crise e violência: política e cultura no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2003.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001. Disponível em: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/flavio-villaca/espaco-intra-urbano-no-brasil/3208186552>. Acesso em: 21 abr. 2025.

VINCENT, Julian F. V. Biomimetics — A Review. Proceedings of the Institution of Mechanical Engineers, Part H: Journal of Engineering in Medicine, v. 220, n. 2, p. 123—166, 2006.

Disponível em: <https://doi.org/10.1243/095441105X20961>. Acesso em: 24 abr. 2025.

ZHAO, Y. et al. Biomimicry in Building Design: A Review. Renewable and Sustainable Energy Reviews, v. 75, p. 148—162, 2017.

Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rser.2017.04.117>. Acesso em: 24 abr. 2025.